



*Destino de Ilha sob a mira do Éden:
Fernando de Noronha no percurso do Tempo*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA**

PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS

**DESTINO DA ILHA SOB A MIRA DO ÉDEN:
FERNANDO DE NORONHA NO PERCURSO DO TEMPO**

MACEIÓ

2009

PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS

**DESTINO DA ILHA SOB A MIRA DO ÉDEN:
FERNANDO DE NORONHA NO PERCURSO DO TEMPO**

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Angélica da Silva

MACEIÓ

2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

D192d Dantas, Pedriane de Souza.
 Destino da ilha sob a mira do Éden : Fernando de Noronha no percurso do
 tempo / Pedriane de Souza Dantas, 2009.
 183 f. : il. color.

 Orientadora: Maria Angélica da Silva.
 Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço
 Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e
 Urbanismo. Maceió, 2009.

 Bibliografia: f. [177]-183.

 1. Fernando de Noronha, ilha (PE) – História. 2. Fernando de Noronha, ilha
 (PE) – Patrimônio histórico e natural . 3. Turismo. 4. Paraíso terreal. I. Título.

CDU: 711.4(813.4)

PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS

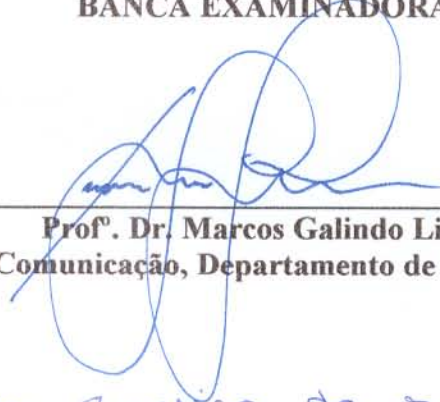
DESTINO DA ILHA SOB A MIRA DO ÉDEN:

FERNANDO DE NORONHA NO PERCURSO DO TEMPO

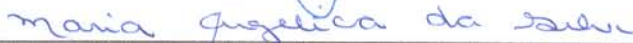
Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em Dezembro de 2009

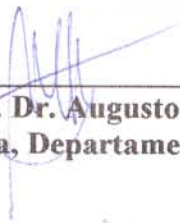
BANCA EXAMINADORA



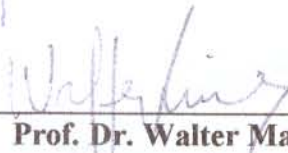
Prof. Dr. Marcos Galindo Lima
Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Biblioteconomia – UFPE



Prof. Dra. Maria Angélica da Silva
Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof. Dr. Augusto Aragão de Albuquerque
Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof. Dr. Walter Matias Lima
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Filosofia - UFAL

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que
contribuem na construção do Paraíso Terreal.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente àquele que conduz o meu viver, proporcionando-me a alegria de desfrutar intensamente desta passagem.

Aos meus familiares tão queridos e essenciais, pelos ensinamentos e sincero desejo de um futuro próspero. Aos meus pais e irmãos (Nem, Pedinho e Patrick) pelo apoio e confiança incondicionais. A minha querida Mãe, agradeço os deliciosos mergulhos em seus encantados olhos verdes azulados. Demonstro ainda imensa gratidão a minha linda avó Ester pelas doces lembranças de infância e amor veemente dedicado a mim.

Aos amigos de ontem e de hoje, agradeço a cumplicidade e os momentos de alegrias. Aos meus queridos alunos a possibilidade de extasiar-me na experiência de ensinar.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus dedicados mestres, eternas estrelas brilhantes. Especialmente aos “meus queridos professores”: Leonardo Bittencourt por me ensinar a sonhar e a Maria Angélica por transformar esses sonhos em realidade.

À Universidade Federal de Alagoas, aos irmãos da Tudepa, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas, Administração do Arquipélago, Professora Marieta Borges, Professor Mota Menezes, Miriam Cazzeta e a Srta. Noronha, Grazielle Rodrigues, muito obrigada por viabilizarem o tão ansiado encontro com a Ilha Fernando.

E para finalizar agradeço ao meu “Pequeno” gigante, companheiro das grandes aventuras pelo “Maravilhoso” e “Tenebroso” mar da vida em busca do Paraíso Terreal.

“Depois pensou na Ilha e a definiu como inatingível
proximidade”

Umberto Eco – A Ilha do Dia Anterior

RESUMO

O arquipélago de Fernando de Noronha listado pela UNESCO como patrimônio Natural da humanidade em 2001 é hoje em dia um dos famosos destinos turísticos para viajantes de todo o mundo em busca de paisagens “selvagens”. No entanto, Noronha acumula uma longa história. Situado no rol das primeiras paisagens visitadas pelos europeus no contexto do século das “Descobertas”, pertence a um momento da história no qual as terras americanas recém encontradas eram acolhidas pelo viajante como um território desconhecido, cuja interpretação muitas vezes era creditada ao discurso bíblico, aventando-se inclusive a possibilidade de nele se situar o Paraíso Terreal. No século XVII, foi invadido pelos Holandeses, os primeiros a efetivamente ocupar e povoar o arquipélago. No século XVIII, tendo retomado seu domínio, os portugueses definitivamente fortificaram e povoaram Fernando de Noronha, mantido como prisão até o século XX. Nas últimas décadas, passou a ser, novamente, admirado por sua natureza. Restos de fortalezas e uma parte significativa da antiga Vila dos Remédios alcançaram os dias atuais. No entanto, listado pela sua beleza natural, seu patrimônio arquitetônico e urbano foram mantidos em silêncio. Esta dissertação busca compreender a interferência da mitografia edênica no processo de exploração da América e de que maneira, os nautas, missionários, colonos e hoje, os turistas, fizeram e fazem em Fernando de Noronha o reconhecimento de uma paisagem, já vislumbrada a partir das inúmeras descrições medievais, que tratavam dos cenários do sonhado Jardim das Delícias, da esperançosa busca pelo Paraíso Terreal perdido após o pecado e expulsão de Adão e Eva e das dificuldades e exigências para acessá-lo.

Palavras-chave: Fernando de Noronha, Paraíso Terreal, História, Turismo e Patrimônio.

ABSTRACT

The archipelago of Fernando de Noronha was listed by UNESCO as a mankind patrimony in 2001. Nowadays it is a famous touristic destination for travellers from all over the world in searching for wild landscapes. However, Fernando de Noronha has a long history. It was occupied by Europeans since the 16th century and, in these first moments, described as a sort of paradise. Since that, it has been cumulated different memories. In the 17th century, it was invaded by the Dutch that used the main island as an acclimation garden. In the 18th century it was occupied by the Portuguese. This is the time of the foundation of its most important urban settlement, the Vila dos Remédios, surrounded by fortifications. It was kept as a prison until the 20th century. Only in the last decades, it started to be, again, admired for its nature. Remains of the fortresses and a significant part of the old Vila dos Remédios reached the present days. However, listed for its natural beauty, the architectonical and urban patrimony of the archipelago has been kept in silence. This dissertation intends on the comprehension of the interference of the edenic mytography in the process of the exploration of America, in a way that the sailors, missionaries, colonists and in the present time the tourists, they did and they've been doing the recognition of a landscape which has glimpsed from many medieval descriptions that attended the scenario of the Garden of Eden in a hopeful search for the lost paradise after the sin and the expulsion of Adam and Eve and the difficulties and the requirements to have access to it.

Key words: Fernando de Noronha, Paradise, History, Tourism and Patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: A ecúmena de Cosmas Indicopleustes (548 d.C.)	21
Imagem 2: Mapa-múndi dedicado a Eutero, bispo de Osma - diocese de Burgos	21
(1109)	21
Imagem 3: Mapa-múndi T-O de Isidoro de Sevilha (Séc. VII)	22
Imagem 4: Mapa-múndi da Bíblia de Turim (Séc. X(?))	22
Imagem 5: Ebstorf mappamundi de Gervais de Tilbury (1236)	23
Imagem 6: Carta dedicada a Henrique V (1130)	23
Imagem 7: Mapa-múndi T-O de Ranulf Higden (1350)	26
Imagem 8: A criação do Mundo (1170)	33
Imagem 9: A criação e expulsão do Paraíso de Giovanni de Paolo (1445)	33
Imagem 10: Mapa-múndi das Grandes Chroniques de Saint Denis du temps de	33
Charles V	33
Imagem 11: Les très riches heures du Duc de Berry Jean e Paul Limbourgue	34
(1412-16)	34
Imagem 12: A história de Adão e Eva (1415) Boucicaut Máster	34
Imagem 13: Idade do Ouro de Lucas Cranach (1530)	35
Imagem 14: O Paraíso Terrestre de Lucas Cranach, o Anciã (1530)	35
Imagem 15: Mapa-múndi Hereford (1300)	37
Imagem 16: Mapa-múndi del Salterio (c.1265)	37
Imagem 17: Mapa-múndi de Andrea Bianco (1436)	38
Imagem 18: O Paraíso de Lucas Cranach, o Anciã (1530)	39
Imagem 19: Eva criada da costela de Adão - A criação do Mundo (1170)	39
Imagem 20: Adão e Eva de Lucas Cranach (1526)	40
Imagem 21: Adão e Eva de Lucas Cranach (1531)	40
Imagem 22: A expulsão do Paraíso, Máster de Jean de Mandeville (1360-1370)	41
Imagem 23: A expulsão do Paraíso de Rogier van der Weyden (1455-1459)	41
Imagem 24: São Brandão e seus monges, no manuscriptum translationis germanicae ...	47
(1460)	47
Imagem 25: Mapa de Grazioso Benicasa (1367)	48
Imagem 26: São Brandão nas Ilhas Canárias, mapa-mundi dos irmãos Pizzigani,	49
1362-1367.....	49
Imagem 27: Atlas de Mercator (1595) – Detalhe Ilha Brasil próxima à Irlanda	49
Imagem 28: Planisfério de Juan de La Cosa (1500) - Detalhe ilha de Fernando de	56
Noronha	56
Imagem 29: Mapa de Cantino (1502) – Detalhe Fernando de Noronha	56
Imagem 30: A Divina Comédia de Dante. Afresco de Domenico Di Michelino (1460) ..	69
Imagem 31: Vista geral do Purgatório de Dante, Helder da Rocha (1999)	70
Imagem 32: O Julgamento Final de Rogier van der Weyden (1448-1451)	72
Imagem 33: Carta do Oceano atlântico, Harmen Jansz (1604) – No detalhe, esquadra ...	81
holandesa de quatro navios ancorada na Ilha de Fernando de Noronha	81
Imagem 34: Fernando de Noronha, Anônimo (c. 1750), provável variante da Carta de ..	86
Keuler (1717). No detalhe o Jardim Elizabeth	86
Imagem 35: Localização do Jardim Elizabeth	87
Imagem 36: Ponte e banco de 1737 – Jardim Elizabeth	87
Imagem 37: Rua de Pedra de 1737 – Jardim Elizabeth	87
Imagem 38: Cacimba do Jardim Elizabeth	87
Imagem 39: Referência ao Ancien Fort, que seria o reduto holandês. L'Ocean, Fernand ..	
de Noronha. Carta gravada publicada em 1738, baseada em informações ..	

colhida em 1734. Philippe, Buache, primeiro cartógrafo do rei da França....	89
Imagem 40: Planta da Fortaleza Velha de Fernando de Noronha, s.d.	89
Imagem 41: Possíveis localizações das fortificações do Arquipélago de Fernando de ... Noronha	103
Imagem 42: Pontos de possíveis desembarques (1 e 2) e suas respectivas fortificações... (A,B,C,D e E)	105
Imagem 43: Pontos de possíveis desembarques (2,3,4 e 5) e suas respectivas ... fortificações (C,D,E,F,G e H)	106
Imagem 44: Pontos de possíveis desembarques (6 e 7) e suas respectivas fortificações... (I e J)	107
Imagem 45: Altitudes das fortificações de Fernando de Noronha, sobre o nível do mar..	107
Imagem 46: Altitudes das fortificações de Fernando de Noronha, sobre o nível do mar, Séc. XIX	107
Imagem 47: Primeira Carta Portuguesa assinalando todos os portos e perspectiva da ilha, 1757	108
Imagem 48: Plano da Ilha de Fernando de Noronha – José Fernandes Portugal, 1798....	109
Imagem 49: Vista do promontório e da Fortaleza dos Remédios, 1926	110
Imagem 50: Vista da ilha secundária de São José e Fortaleza de São José do Morro Ocupando quase toda sua extensão, atualmente encoberta pela vegetação..	111
Imagem 51: Praça do Commando do Presídio de Fernando de Noronha, Aquarela sobre papel, Alexandre Spetz, 1845	139
Imagem 52: Vila dos Remédios e suas edificações	140
Imagem 53: Sala abobadada da Fortaleza dos Remédios	147
Imagem 54: Leitões de pedra da Fortaleza dos Remédios, 1930	147
Imagem 55: Inscrição da Reserva de Fernando de Noronha na lista de Patrimônio Mundial	150
Imagem 56: Fernando de Noronha – Imagens Analisadas	153
Imagem 57: Fernando de Noronha – Natureza e Insularidade	154
Imagem 58: Fernando de Noronha – “Os eleitos”	155
Imagem 59: Mergulho de Apnéia	158
Imagem 60: Os 10 mandamentos do Paraíso	158
Imagem 61: As praia e pousadas do paraíso	158
Imagem 62: Como curtir o paraíso com economia	158
Imagem 63: O luxo é possível	159
Imagem 64: A Maravilha da ilha	160
Imagem 65: Onde estão as diferenças	160
Imagem 66: Pousada Maravilha	160
Imagem 67: Comunhão com a natureza	162
Imagem 68: A erupção da natureza	162
Imagem 69: No cotidiano da ilha, o cuidado com a preservação	163
Imagem 70: Orgulho e responsabilidade	163
Imagem 71: Arquipélago de Fernando de Noronha avistado do mar	165
Imagem 72: Arquipélago de Fernando de Noronha avistado do mar	165
Imagem 73: O navio sueco Götheborg avista Noronha depois de quase 30 dias de mar.. aberto	165
Imagem 74: Arquipélago de Fernando de Noronha avistado de uma embarcação	165
Imagem 75: Vista aérea de Fernando de Noronha	166
Imagem 76: Vista aérea de Fernando de Noronha	166
Imagem 77: Vista aérea de Fernando de Noronha	166
Imagem 78: Vista aérea de Fernando de Noronha	166

Imagem 79: Morro do Pico e Dois Irmãos - Gigantes Adormecidos segundo a lenda	
do Pecado	167
Imagem 80: Morro do Pico e Dois Irmãos - Gigantes Adormecidos segundo a lenda	
do Pecado	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução da palavra Brasil, Gustavo Barroso (1941)	50
Quadro 2: Quadro da descrição do além em obras produzidas entre os séculos II e III ...	65
Quadro 3: Informações referentes ao Fortim Seeburgh	114
Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa dos Remédios	115
Quadro 5: Informações referentes ao Forte de Santo Antônio	121
Quadro 6: Informações referentes ao Reduto de Nossa Senhora da Conceição	123
Quadro 7: Informações referentes à Fortaleza de São José do Morro	125
Quadro 8: Informações referentes ao Reduto de Sant'Ana	127
Quadro 9: Informações referentes ao Reduto de São Pedro do Boldró	129
Quadro 10: Informações referentes ao Reduto de São João Baptista dos Dois Irmãos	131
Quadro 11: Informações referentes ao Reduto de São Joaquim do Sueste	132
Quadro 12: Informações referentes ao Reduto de Santa Cruz do Pico	133
Quadro 13: Informações referentes ao Reduto do Bom Jesus do Leão	134
Quadro 14: Fernando de Noronha – Paraíso Natural e Américo Vespúcio -	
transcrição e Imagens	156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O PARAÍSO PRIMITIVO E O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA	20
1.1 O PARAÍSO NA ANTIGUIDADE OCIDENTAL: A COMUNHÃO DOS MITOS.....	28
1.1.1 Idade do ouro, Campos Elísios e Ilhas Afortunadas	29
1.2 O RELATO BÍBLICO DO PARAÍSO	32
1.3 O PARAÍSO NA IDADE MÉDIA: O IR-E-VIR DE DEFINIÇÕES E LOCALIZAÇÕES	43
1.3.1 Ilhas paradisíacas	45
1.3.2 Além-Atlântico: Um contratempo paradisíaco no caminho para as Índias	50
1.4 VISÕES DO PARAÍSO: O JARDIM DAS DELÍCIAS FEITO DE TINTA E PAPEL	54
1.4.1 Fernando de Noronha: Paraíso Terreal	55
2 NO PURGATÓRIO, MAS COM O OLHAR NO PARAÍSO	64
2.1 PURGATÓRIO COLONIAL.....	72
2.2 FERNANDO DE NORONHA: PARAÍSO INFERNAL.....	76
2.3 A PERSPECTIVA HOLANDESA: ENTRE PARAÍSO E INFERNO, “UM MOUREJAR SEM FIM”	80
2.4 ÉDEN INTERIOR X ÉDEN EXTERIOR	95
3 A INSULA FORTIFICADA	98
3.1 O IDEALIZADOR: ENGENHEIRO MILITAR DIOGO DA SYLVEIRA	100
3.2 O SISTEMA FORTIFICADO DE FERNANDO DE NORONHA E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES	101
3.3 PUNIR PARA PURGAR: A VASTIDÃO DO MAR E A AMPLITUDE DOS CIANOS CÉUS COMO MURALHAS INTRANSPONÍVEIS	135
4 PARAÍSO À VISTA: OS JARDINS DO ÉDEN OFERECIDOS PELA MÍDIA ...	149
CONCLUSÕES: POR ARES NUNCA D’ANTES NAVEGADOS	164

INTRODUÇÃO

No mundo moderno, as ilhas invadiram os meios de comunicação sendo vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranqüilo configurando-se como um dos símbolos mais claros do exotismo. Turistas, fotógrafos, jornalistas e escritores, cada vez mais respondem aos apelos da magia insular, viajando para pequenos pedaços de terra no oceano, à procura de fragmentos de um Paraíso que teria se mantido intacto ante os avanços da História e da sociedade moderna.

No Brasil, o arquipélago de Fernando de Noronha, de acesso controlado por se tratar de um Parque Nacional é o modelo de ilhas procurado por uma clientela seleta em busca de aventura, do desconhecido e de paisagens marítimas de grande beleza. A integração entre mar, relevo, flora e fauna adornados por seu isolamento e posicionamento geográfico resultam num cenário de sonhos, reduto de elementos edênicos, desejado e visitado por olhos do mundo inteiro.

Através do turismo a idéia de Paraíso perdido numa forma terrena e atraente ressurge. O antigo e acalentado desejo de voltar ao jardim do Éden, ao lugar da origem humana, apesar de difícil agora é possível?

O interesse por Fernando de Noronha surgiu durante a graduação como integrante do Grupo de Pesquisas Estudos da Paisagem da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, iniciado em 1992 com o apoio do CNPq. No projeto “Marcas Edificadas no Paraíso”, buscou-se o levantamento histórico e iconográfico do arquipélago, com o intuito de construir um olhar mais detido na arquitetura, em busca da compreensão de como determinadas edificações contribuíram na construção da vila, destacando-se a importância da segurança nos lugares urbanos, sempre protegidos através de fortificações tão evidente até hoje na silhueta urbana de antigas cidades coloniais brasileiras.

Ainda como bolsista, uma viagem ao Arquipélago foi realizada com o apoio da UFAL, Administração do Arquipélago e II Comando Aéreo Regional, sediado no Recife. Através desta visita *in loco*, baseada nos registros históricos, foi possível verificar as permanências e transformações na Paisagem de Fernando de Noronha, bem como a realização de um levantamento fotográfico com mais de 500 fotografias, complementado posteriormente no ano de 2005, com uma nova visita e alcançando o número de 1000 imagens. Como produto desta pesquisa foi elaborado o meu Trabalho Final de Graduação em 2004.

Nesta dissertação, foi realizado o aprofundamento na questão do mito do Paraíso, que deste a antiguidade, livros sagrados o descreveram, profetas o anunciaram, estudiosos avaliaram seu significado e viajantes o procuraram em regiões remotas.

Investigou-se a interferência da mitografia edênica no processo de exploração da América e de que maneira, os nautas, missionários, colonos e viajantes lusos, fizeram no Novo Mundo o reconhecimento de uma paisagem, já vislumbrada através das inúmeras descrições medievais, que tratavam dos cenários do sonhado Jardim das Delícias, da busca pelo Paraíso Terreal, perdido após o pecado e expulsão de Adão e Eva e das dificuldades e exigências para acessá-lo.

Para isso foi realizado um levantamento completo e exaustivo em fontes primárias do século XVI e XVII, relatos de viajantes e cronistas, cujos “olhares” ajudaram a ilustrar a presença dos primeiros colonizadores na América. Convém destacar o material holandês e o pouco que se atenta sobre a presença e importância destes povos para o entendimento da ocupação do arquipélago de Fernando de Noronha.

Na tentativa de compreender as marcas materiais da ilha, especialmente as fortificações, que divergem com a noção de Paraíso, foram utilizadas fontes como Pereira da Costa e os relatórios militares do século XX, que registram o funcionamento da Ilha e de suas edificações como presídio.

Portanto uma noção de Paraíso que parecia eternizada foi nuançada quando perseguida na linha do tempo e o Arquipélago de Fernando de Noronha conhecerá também uma história polarizada entre Paraíso e Inferno. Na dúvida, tornar-se-á o Purgatório, tido como um lugar em que os homens podiam ter uma nova chance: redimir-se de seus pecados e livrar-se da tirania do demônio. Poderia, então, vir a ser um Paraíso graças à fé.

Um longo percurso justifica a aproximação a este tema. Na verdade, em Portugal, as duas imagens sobre o Novo Mundo, Paraíso e Inferno, estavam sobrepostas. Por um lado a visão idílica sobre as novas terras e sua gente desnuda espalhava-se entre os europeus. Misturando-se ao indefectível sonho de uma vida melhor, servia como estímulo às viagens rumo ao Brasil. Por outro lado, a América, tida como berço do Inferno, assustava as pessoas com seus monstros, perigos e perdições de toda espécie (RAMOS, 2008, p. 173).

Desta forma, tendo o Arquipélago de Noronha como enfoque principal, esta dissertação foi estruturada em três blocos que se inter-relacionam, o Paraíso, o Purgatório e o Inferno. No primeiro capítulo, **O Paraíso primitivo e o arquipélago de Fernando de Noronha**, são abordados alguns mitos que permearam o imaginário da Antiguidade, seus influxos no Cristianismo e finalmente seus reflexos na grande viragem do Renascimento, época em que as idades míticas se renovaram e ao mesmo tempo, sofreram metamorfoses que as fizeram para o domínio estritamente literário.

Os viajantes - navegadores, missionários, colonos - foram, com certeza, os mais importantes retratistas do Brasil, pois as realidades do Novo Mundo revelavam-se, a cada momento, completamente preenchidas de todos os símbolos que eles tão bem conheciam dos inúmeros relatos medievais que descreviam o Jardim das Delícias, constituindo por isso, aos seus olhos, um verdadeiro acervo de prodígios e maravilhas.

O segundo capítulo, **No Purgatório, mas com o olhar no Paraíso**, trata do Purgatório, já que este assunto está intimamente relacionado às concepções sobre a morte,

Paraíso e Inferno, presentes no medievo, sendo uma invenção do século XII que se insere nas transformações políticas econômicas e sociais da Baixa Idade Média.

No terceiro capítulo, **A insula fortificada**, apresenta-se a Ilha no século XVIII, quando se deu início a sua definitiva ocupação. O perigo de novas invasões rondava aquelas paragens. Era preciso fortificá-la, para que pudesse se defender dos possíveis inimigos. Assim, a ilha terá novamente sombreada sua função paradisíaca e assumirá de forma plena o caráter de “Purgatório” ou até mesmo de Inferno, como local de degredo, onde os apenados teriam a possibilidade de purgarem seus pecados e garantirem uma vaga no céu.

Assim, revela-se cinco séculos de uso do espaço insular como depósito de esperanças, confinamento de homens sem liberdade, de histórias buscadas nos registros deixados, quase ignorados na grande história do Brasil, fragmentados em escritos e iconografias dispersos, que falam do esforço humano em querer transformar a natureza. Após um longo e minucioso trabalho, grande parte do conteúdo referente às fortificações de Fernando de Noronha foi organizado nesta dissertação, elaborando-se quadros informativos que agrupam plantas, vistas aéreas, ilustrações, descrições e fatos curiosos relacionados a cada uma delas num balanço acerca da construção paisagística de tanto peso no arquipélago.

E ao final, a iconografia é novamente convocada, no quarto e último capítulo, **Paraíso à vista: Os jardins do Éden oferecidos pela mídia**, passados os sombrios anos de prisão e chegando aos tempos atuais, a ilha volta surpreendentemente a figurar como reduto de elementos edênicos. Para verificar os contornos da noção de Paraíso no contexto contemporâneo, optou-se pela análise dos discursos de artigos turísticos. Foram analisadas sete revistas¹ (Viaje Mais, Viagem e Turismo, Continente Documento e Continente Turismo, Passaport Nordeste, Trip, Geográfica Universal e Host – hospitalidade & Turismo

¹ Metodologia semelhante foi aplicada por Sabáh Aoun em A procura do paraíso no universo do turismo que procurou analisar os discursos de vendas dos artigos turísticos utilizando como base para sua pesquisa três revistas especializadas em turismo: Vacanes, Horizonte Geográfico e VIP Exame.

Sustentável) e artigos disponíveis na rede universal de computadores, veiculados nas últimas duas décadas².

A busca da paisagem ideal para a produção e construção da embalagem do Paraíso nas revistas pesquisadas se adéqua a diversas chaves. Pode-se vender o Paraíso no discurso do humor, da ironia, na seriedade, apelando para a exclusividade em acessá-lo ou no discurso ecológico e preservacionista vigente no momento.

Concluindo, apesar do fascínio que a natureza de Fernando de Noronha exerce sobre seus visitantes sedentos por um encontro íntimo com um dos últimos “redutos naturais intocados”, ao acessar a ilha é possível identificar as marcas dos tempos infelizes e de sofrimento pelos quais passou. A paisagem de Fernando de Noronha é muito mais do que uma visão, é a epiderme de sua condição histórica, oferecendo pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. Como uma pele, está condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas. O que restou dos 500 anos de história do arquipélago? Como se apresentam as profundas marcas edificadas “rasgadas” na paisagem deste Paraíso Natural?

² A preferência a respeito do material escolhido não recaiu sobre o uso, a consulta ou análise dos canônicos guias de viagem. A seleção foi voltada para um tipo de comunicação, bem mais ampla, flexível, mais valorosa e com mais diálogos. Um universo onde houvesse maior aproveitamento das metáforas.

1 O PARAÍSO PRIMITIVO E O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA

Para dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça ou os temores diante do desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos, as sociedades humanas costumam imaginar a existência, no passado e no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas. A maior parte das religiões concebe uma idade mítica venturosa, senão perfeita, no início do universo. A época primitiva quer o mundo tenha sido criado, ou formado de qualquer outro modo, é imaginada como uma “Idade do Ouro”.

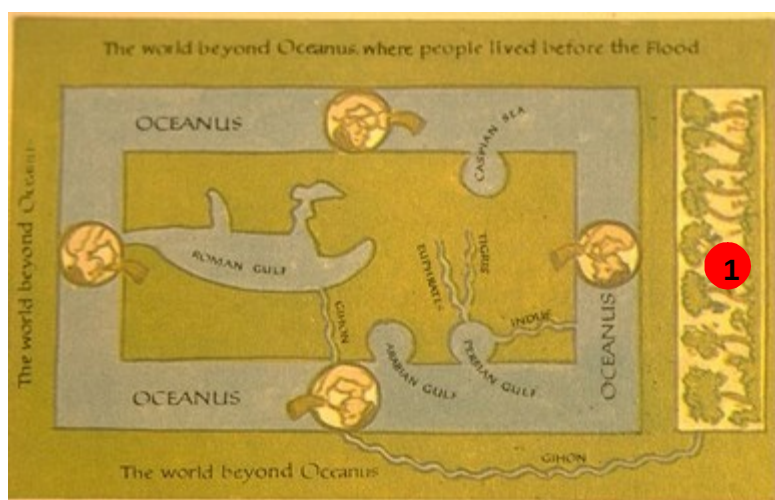
Algumas crenças também concebem outra idade feliz no final dos tempos, caracterizada como o período da eternidade ou a última época antes do fim. Particularmente nas grandes religiões e civilizações, as Idades do Ouro inicial e final estão ligadas por uma série de períodos. A evolução do mundo e da humanidade, ao longo desse intervalo de tempo, é geralmente uma degradação das condições naturais e morais da vida e a idade mítica final é, muitas vezes, a repetição da inicial (LE GOFF, 1990, p.283).

Panosfsky (1979, p. 379-380) refere-se a um ponto de vista chamado primitivismo, que possui duas vertentes. Um, denominado “suave”, que concebe a vida primitiva como uma era de ouro, cheia de inocência e felicidade – em outras palavras, como uma vida civilizada purgada de seus vícios. O outro, a forma “dura”, concebe a vida primitiva quase como subumana, cheia de incríveis dificuldades e destituída de todo conforto – como a vida civilizada despida de todas as suas virtudes.

Ao analisar as grandes religiões e civilizações, a partir desses mitos e crenças relativos ao nascimento do mundo, constata-se que o mito original da Idade do Ouro freqüentemente estará relacionado a um Paraíso³ primordial. O Paraíso da Idade do Ouro é por vezes um jardim, uma ilha ou uma montanha, que tanto poderia estar situado na terra como no céu. Dado que o mar não constituía barreira impermeável para os humanos, buscam

³ A palavra grega *paradeisos* é um decalque do termo persa *pardes*, que significa jardim (LEON-DUFOUR, 2002).

extremar ainda mais essa insularidade dedicada ao Paraíso (Imagens 1 e 2). A crença de que se acharia em algum sítio empinado e íngreme também teria a favorecê-lo, a começar pela própria eminência espiritual de sua condição, que não acharia meio melhor de materializar-se. Neste lugar, reinavam a perfeição, a liberdade, a paz, a felicidade, a abundância, a ausência de coação, de tensões e de conflitos. Os homens entendiam-se e viviam em harmonia com os animais. Comunicavam-se sem esforços com o mundo divino.



Apesar das indicações geográficas do Gênesis apontarem para algum lugar nas vizinhanças da Mesopotâmia, a Idade Média cristã tendeu a acreditar que o Éden, ou o Paraíso Terrestre, se localizava no Extremo Oriente. Essa concepção parece ter-se originado do ex-mercador e monge Cosmas Indicopleustes, que em sua *Topografia Cristã*, escrita por volta de 550 d.C.,

Imagem 1: A ecúmena de Cosmas Indicopleustes (548 d.C.) 1. Paraíso Terrestre

Fonte: http://images4.wikia.nocookie.net/fantasia/pt/images/thumb/f/fb/Map_cosmas_b.jpg/450px-Map_cosmas_b.jpg, 2009

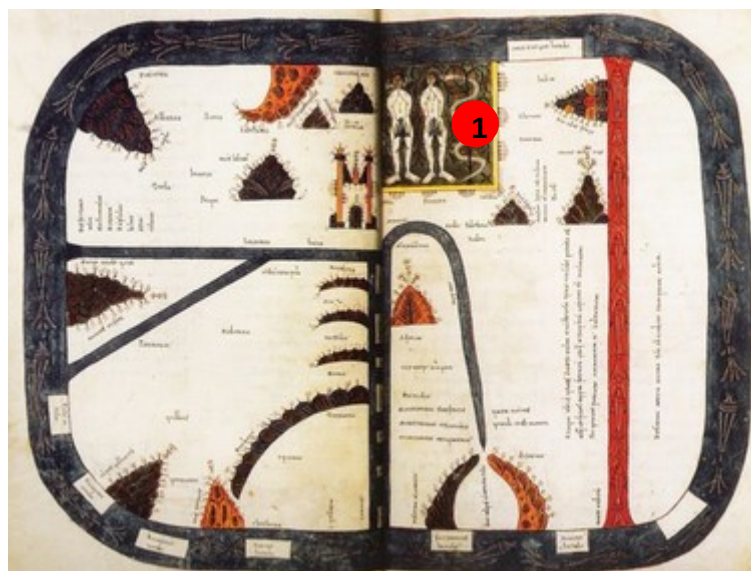


Imagem 2: Mapa-múndi dedicado a Eutero, bispo de Osma - diocese de Burgos (1109)

1. Paraíso Terrestre

Fonte: <http://picasaweb.google.com/editoria.francisco/1300#5148009676127023570>, 2009

Quanto às ilhas no que tange aos processos de representação imagética a cartografia medieval mais antiga corresponde às narrativas de viagens dos grandes homens, cheios de coragem, que saíam a desbravar os oceanos: ela enche de insulas – sinônimo de desconhecido e de mistério – o mar circular que rodeia a ecúmene (Imagens 3 e 4)⁴.

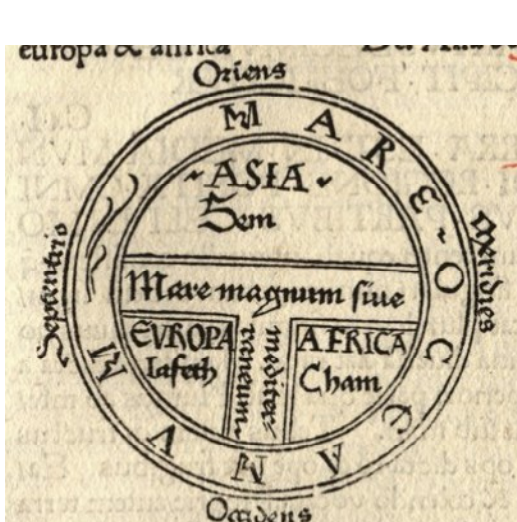


Imagem 3: Mapa T-O de Isidoro de Sevilha (Séc. VII). Terra dividida em 3 partes. Europa e África separadas pelo Mediterrâneo. Estes 3, separados da Ásia pelo Mar Magnum Fine e todos circundados pelo Mar Oceano.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/editoria.francisco/1300#5148009676127023570>, 2009

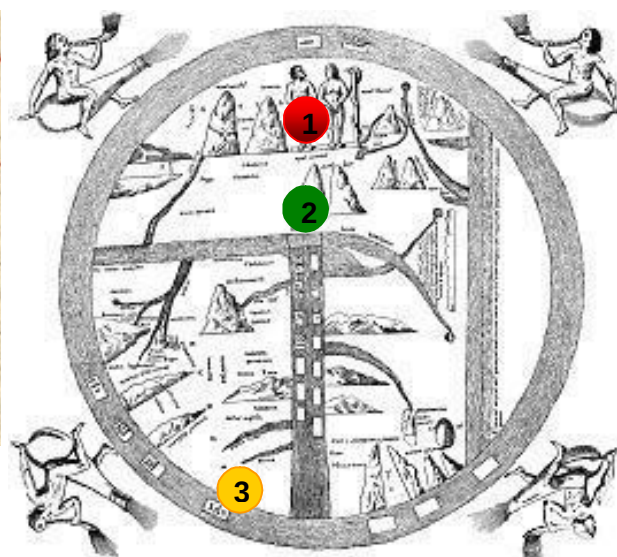


Imagem 4: Mapa-múndi da Bíblia de Turim (Séc. X(?)) 1. Paraíso Terrestre, 2. Jerusalém e 3. Saint Jacques de Compostelle

Fonte: http://www.ub.es/geocrit/-xcol/339_archivos/Figura_1.jpg, 2009

Por estarem situadas as terras desconhecidas pelos espaços dos mares também desconhecidos e perigosos, a localização destas ilhas aumentava a força e o prazer da imaginação e da fantasia, potencializando o mirífico e o maravilhoso medieval.

É importante ressaltar que o Paraíso era um elemento que ligava os homens a Deus, cuja descrição sempre era plena de alegorias e tinha, acima de tudo, um sentido moral e edificante. Mas isto não implica que o mesmo não possuísse existência concreta. Para os medievais toda a Criação era obra da Sabedoria Divina, assim, tudo o que havia no *mundus* correspondia a um sentido específico atribuído pelo Criador (SOARES DE DEUS, 2004).

⁴ Embora as teses cosmológicas de Cosmas tenham sido descartadas pelos setores cultos da Igreja, a idéia do Éden no Extremo Oriente (não necessariamente além do Oceano) continuou popular. O bispo e enciclopedista Isidoro de Sevilha popularizou um esquema circular da Terra no qual Jerusalém ficava no centro e o Éden no Extremo Oriente. Também o mapa de Beatus de Liébana do século XIII, um dos mais populares da Baixa Idade Média, conservava essa concepção tradicional.

Tudo estava disposto em uma ordem e em um específico lugar pela sabedoria de Deus, cada coisa com um propósito e um sentido. O mundo era como um vasto livro, que deveria ser lido e interpretado. Neste livro havia um capítulo para a salvação e a recompensa dos justos, feita no Paraíso. Este precisava, pois, ocupar um espaço no cosmos (Imagens 5 e 6)⁵. Mas sob esta palavra encontravam-se realidades distintas – sentidos distintos. A cada sentido o Paraíso adaptava-se. A cada prédica a descrição deste lugar de recompensa plasticamente transformava-se e se adequava ao significado que deveria carregar.



Imagem 5: Ebstorf mappamundi de Gervais de Tilbury (1236)

Fonte: <http://www.serqueira.com.br/map/041102.jpg>, 2009

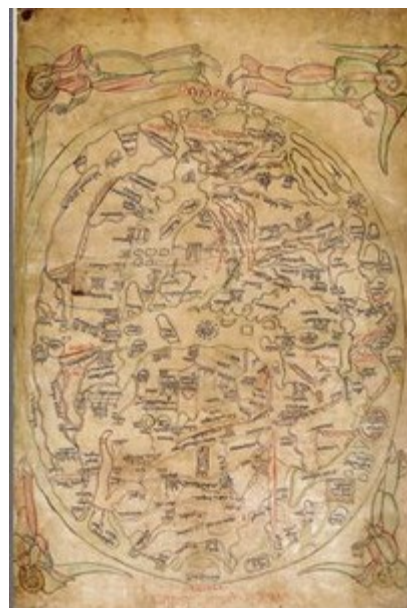


Imagem 6: Carta dedicada a Henrique V (1130)

Fonte: <http://picasaweb.google.com/LunaBrunal/MapasDeLaEdadMedia#5135365230373580802>, 2009

De geração em geração, todos os escritos medievais reafirmavam o anseio deste lugar perdido, misturando de maneira indissociável Bíblia e cultura pagã. O Paraíso foi em primeiro lugar e durante muito tempo o Paraíso Terrestre (DELUMEAU, 1992, p. 9). Daí a profunda nostalgia na consciência coletiva – a do Paraíso Perdido, mas não esquecido – e o poderoso desejo de reencontrá-lo (DELUMEAU, 1992, p.12).

Para melhor compreender a crença do homem ocidental na existência e localização

⁵ O mapa da Imagem 5 está desenhado sobre o corpo de Jesus crucificado. Vê-se a cabeça de Cristo na parte superior, orientada como Leste. Nas extremidades laterais, suas mãos apontam o Norte e o Sul, enquanto os pés aparecem na parte inferior, indicando o Oeste.

deste Paraíso Terrestre busca-se neste capítulo refletir sobre suas concepções ao longo do tempo, e estabelecer uma tipologia mínima dos lugares que esta palavra designava. Esta não pretende, obviamente, ser definitiva, tendo em vista que ao longo da Antiguidade a ambivalência dos símbolos era a única constante possível em suas leituras.

Serão abordados nesta primeira seção alguns mitos que permearam o imaginário da Antiguidade, seus influxos no Cristianismo e finalmente seus reflexos na grande viragem do Renascimento, época em que as Idades Míticas se renovaram e ao mesmo tempo, sofreram metamorfoses que as fizeram passar para o domínio estritamente literário. Busca-se compreender a interferência da mitografia edênica no processo de exploração da América e de que maneira, os nautas, missionários, colonos e viajantes lusos, fizeram no Novo Mundo o reconhecimento de uma paisagem, já vislumbrada através das inúmeras descrições medievais, que tratavam dos cenários do sonhado Jardim das Delícias.

No mundo contemporâneo, mais uma vez, as ilhas são retomadas como redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo. Turistas, fotógrafos, jornalistas, artistas e escritores, cada vez mais numerosos, respondem aos apelos da magia insular, viajando para pequenos pedaços de terras no oceano, à procura de fragmentos de um Paraíso que se teria mantido intacto ante os avanços da História e da sociedade moderna.

No Brasil, o arquipélago de Fernando de Noronha, uma das primeiras paisagens avistadas na época dos Descobrimentos, é um dos lugares no qual ainda sobrevive o mito do Paraíso perdido, território privilegiado onde as leis são abolidas e o tempo parece parar. A ilha deserta, maravilhosa, tão presente na publicidade das agências de turismo quando falam em belezas naturais, é um signo no qual é possível retomar o contato com o primitivo paradisíaco do distante momento de sua “descoberta” com a chegada dos europeus à América? É esta a hipótese que se buscará investigar.

1.1 O PARAÍSO NA ANTIGUIDADE OCIDENTAL: A COMUNHÃO DOS MITOS

Delumeau (1992, p.11) na sua obra seminal denominada *Uma História do Paraíso*, mostra que, no caso da Europa Medieval não se deixou de estabelecer elos e até ligações entre o jardim sagrado da Bíblia e o das outras religiões e civilizações do Oriente de outros tempos. A mesma noção de entrelaçamento das tradições culturais circundantes é apresentada por Sergio Buarque de Holanda (SBH) em *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, como herança do “primitivismo pagão”. O livro de SBH, considerado por diversos autores como a obra mais notável de toda a historiografia brasileira, por sua erudição, reflexão e originalidade ímpares será tomado como base para o entendimento do motivo edênico que habita a imaginação no Novo Mundo desde os primórdios da presença européia.

Holanda (1996, p.167) comenta que na medida em que “se deixa contaminar o cristianismo de elementos herdados da antiguidade clássica, também se vão necessariamente imiscuindo nas novas visões do Paraíso, certos elementos que emanam dos relatos poéticos da *Aurea Aetas*⁶. O autor também se refere à expressão “idéias migratórias” que derivadas das origens religiosas ou míticas, fundamentadas por histórias ou lendas de renome e glória memoriais, moviam-se entre o tempo e o espaço com grande propagação popular acessando as terras americanas (HOLANDA, 1996, p.XVIII).

Vem da Mesopotâmia o mais conhecido mito sumério sobre a criação dos tempos. Um dos testemunhos mais antigos sobre a crença em um período no qual reinava uma paz paradisíaca, a abundância dominava e as pessoas viviam sem medo dos animais selvagens e em harmonia com a divindade, o país da felicidade. Trata-se de uma região mítica com localização oriental indicada para o leste, mencionada numa série de inscrições conhecidas sob o nome de Mito do Paraíso ou Mito de Dilmun:

⁶ A expressão Idade do Ouro é a tradução literal da expressão latina *Aurea Aetas*.

Houve uma época em que não havia serpentes, não havia escorpiões, não havia hienas, não havia leões, não havia cães selvagens e lobos. Não havia medo, nem sustos: o homem não tinha rivais... O mundo todo, todos os povos eram unidos, adoravam [o maior dos deuses] Enlil numa única língua (ou: com um único coração) (KRAUSS, 2006, p. 21).

Como na narrativa do Paraíso bíblico, este mito também se referia explicitamente ao tema da água, sempre associado no Oriente à descrição de uma vida feliz (Imagem 7).



Imagem 7: Mapa-múndi T-O de Ranulf Higden (1350)

1. Jerusalém, 2. Rios que emanam do Paraíso Terrestre

Fonte: http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/dweb/images/maps/decworld/232.jpg, 2009

De acordo com a narrativa o deus Enki, que criou o homem, teria se esquecido da irrigação da terra; mas o deus-sol Uru corrigiu a “distração” de Enki e, por causa do presente da água, a terra de Dilman, que geralmente é identificada com a ilha de Bahrein no Golfo, se transformou num Paraíso (DELUMEAU, 1992, p. 12).

Outro texto de grande popularidade e difusão que provém da Babilônia é o da Epopéia de Gilgamesh⁷, que na busca à imortalidade, chega a um jardim através de uma

⁷ A Epopéia de Gilgamesh na sua forma tardia (século VII a.C.) como é difundida no Ocidente, não foge à regra das obras de origens mesopotâmicas: um compilado de lendas e poemas, cuja origem e veracidade perdem-se na difusão oral, adaptação cultural e textos fragmentados. As narrativas contidas na epopéia deviam ser muito populares em sua época, pois são encontradas em várias versões escritas por vários povos e línguas diferentes, sendo que as primeiras datam do Período Babilônico Antigo (2000-1600 a.C.), podendo ter surgido muito antes, pois o herói desta epopéia é o lendário quinto rei da primeira dinastia pós-diluviana de Uruk, que teria vivido no período protodinástico II (2750-2600 a.C.) (FOLLMANN, 2008).

estrada subterrânea escura de comprimento de doze horas dobradas de caminhada, a qual pertencia à deusa da sabedoria e onde havia árvores magníficas carregadas de jóias e pedras de ônix e lápis-lazúli.

Lá estava o jardim dos deuses; por todos os lados cresciam arbustos carregados de pedras preciosas. Ao vê-los, ele imediatamente se aproximou, pois havia frutas de cornalina pendendo de uma parreira, lindas de ver; folhas de lápis-lazúli cresciam em profusão por entre as frutas e eram doces ao olhar. No lugar dos espinhos e dos cardos encontravam-se as hematitas e as pedras raras, e mais a ágata e pérolas do mar (ANÔNIMO, 2001, p.94).

Reafirmando os paralelos entre o jardim sagrado bíblico e os das antigas religiões e civilizações do Oriente, a epopéia de Gilgamesh contém igualmente “cenários” encontrados na Bíblia: a montanha dos cedros, o jardim maravilhoso, a embocadura dos rios e a planta da vida.

Surge da região entre a Mesopotâmia e a Índia, o Irã, antiga Pérsia, o terceiro mito sobre o jardim de Yima ou Jima. Chamado Airyana Vaejo, é descrito no Avesta, livro sagrado do Zoroastrismo, como um lugar de perfeição, situado numa montanha mítica, onde o clima é suave, com árvores mágicas e entre elas “nomeadamente a árvore da vida” da qual “corria uma água generosa que levava a fertilidade à terra inteira” (DELUMEAU, 1992, p.12). Mas a Idade de Yima acabou após o aparecimento de Angra Mainyu (Ahriman), a encarnação do mal, que ao fazer um inverno catastrófico descer sobre a terra e o jardim original ocasionou seu desaparecimento na neve e no gelo (HEINBERG, 1991, p. 67).

Outra civilização rica quanto à multiplicidade de deuses que compunham o seu panteão mitológico e famosa por sua grande preocupação com a morte e a vida além-túmulo, traduzida em seus suntuosos e eternos templos erguidos as margens do Nilo é a civilização egípcia. Para essa cultura, os acontecimentos equivalentes a uma Idade do Ouro ocorreram no Antigo Império, na Era de Rá, o deus sol. Nesse tempo das origens, chamado de Primeiro

Tempo Tep Zepi, época dos Deuses Primevos, imperava a abundância, a ordem e a perfeição (HEINBERG,1991, p. 68-69).

Para completar a apresentação sobre a trajetória da construção do protótipo do Paraíso na Antiguidade Ocidental, torna-se fundamental falar sobre a tradição do legado Greco-Romano. Nas mitologias destas culturas encontram-se os mais tradicionais textos registrados sobre a gênese do mundo e dos deuses, obras consagradas publicamente que mostram uma época sem iniquidades e passam a idéia da “beatitude original dos seres humanos e sua subsequente degeneração” (HEINBERG,1991, p. 70).

Toda essa “beatitude original” ocorria necessariamente em um lugar do passado para o qual não era possível mais retornar. Para Delumeau (1992, p.13) três grandes temas favoreceram esta evocação de uma terra ditosa: os da Idade do Ouro, dos Campos Elísios e das Ilhas Afortunadas – sendo estes temas ora confundidos, ora separados.

1.1.1 Idade do ouro, Campos Elísios e Ilhas Afortunadas.

O mito grego de uma “Idade do Ouro” aparece pela primeira vez no mito das raças de Hesíodo, em Os trabalhos e os dias. Segundo este, existiram inicialmente na terra, quatro raças humanas denominadas por metais, cuja ordem ia do mais precioso ao menos precioso: em primeiro lugar o ouro, depois a prata, o bronze e, finalmente o ferro. A estas raças, Hesíodo adiciona uma quinta, entre as raças do bronze e do ferro, a dos heróis, que não é denominada por nenhum metal. A raça do ouro, sob a proteção de Cronos vivia feliz, sem preocupações, sem sofrimento, em harmonia com a natureza benevolente que a nutria; os humanos viviam como deuses, com o coração livre: a velhice miserável não pesava sobre eles; mas, de braços e pernas sempre jovens, divertiam-se nos festins, longe de todos os males. Ao morrer pareciam sucumbir ao sono. Todos os bens lhes pertenciam: o solo fecundo produzia sozinho uma abundante e generosa safra e eles, na alegria e na paz, viviam dos seus campos no meio dos bens inúmeros (HESÍODO, 1991, 31-35).

A ordem dessas cinco raças é hierárquica porque ela revela a queda, – assim como a de Adão e Eva no Paraíso Terrestre - a decadência moral a que a humanidade está destinada. Os homens de bronze morriam, com os heróis da Idade de Ouro, na guerra, mas, após a morte, iam para o Hades, o mundo dos mortos, e seus nomes seriam esquecidos. Os heróis continuariam a viver na ilha dos “Bem Aventurados” ou dos “Afortunados”, e seus nomes, lembrados pelos poetas, permaneceriam para sempre na memória dos homens (MENDONÇA, 2007, p.94-95).

Sobre os míticos Campos Elísios, no canto IV da Odisséia, Proteu anuncia a Menelau que mesmo estando nos confins da terra, os deuses o levariam à morada do louro Radamante, a mais doce das vidas é oferecida aos humanos, onde, sem neve, sem inverno rigoroso, sempre sem chuva, se sentem apenas zéfiros, cujos risos sibilantes sobem do oceano para refrescar os humanos. Na segunda Olímpica, escrita em 476 a. C., Píndaro situa nas Ilhas Afortunadas a felicidade dos justos, que passaram por três reencarnações terrestres e saíram vitoriosos da prova do julgamento. São então recompensados nestes lugares refrescados pela brisa marinha e de onde foram banidos o sofrimento e o medo (DELUMEAU, 1992, p. 14-15).

Segundo Heinberg (1991, p. 109), as coincidências não param nas descrições do início dos tempos, elas estendem-se aos finais dos relatos. O autor enfatiza que “em nenhuma tradição a Idade do Ouro dura para sempre” e acrescenta ainda, que para as culturas já mencionadas, “o Paraíso conheceu um fim trágico”. Já o poeta latino Virgílio, no sexto livro d’A Eneida coloca os Campos Elísios embaixo da terra, habitados simultaneamente por bem-aventurados definitivos como Anquises e por outros – a maior parte – que bebem da água do Letes antes de voltar a encontrar um corpo. Segundo Delumeau (1992) trata-se sem dúvida de um Paraíso Terrestre situado nos infernos.

De acordo com a narrativa, Eneias chega com efeito,

[...] aos espaços risonhos, as aprazíveis campinas dos bosques afortunados as moradas bem-aventuradas. Ali um éter mais vasto ilumina as planuras e reveste-as de púrpura; têm o seu sol e os seus astros. Uns exercitam-se em palestras relvadas, medem-se por recreio e lutam sobre a areia fulva. Outros marcam com o pé o ritmo de um coração e entoam poemas [...] num bosque perfumado de loureiros, de onde o rio Eridano, correndo para jusante, envia as suas águas potentes através da floresta”⁸ (DELUMEAU, 1992, p15).

O outro jardim bem conhecido na mitologia grega é o Jardim das Hespérides. “Ninfas do poente” que na Teogonia de Hesíodo correspondem às filhas da noite que mais tarde, foram sucessivamente designadas como filhas de Zeus e Témis, de Fórcis e de Ceto, e por fim, de Atlas – o suserano na Atlântida. Segundo a lenda, as Hespérides habitavam no Ocidente, junto às Ilhas Afortunadas, nas margens do Oceano.

Porém, à medida que o mundo ia sendo melhor conhecido, precisou-se a sua localização junto ao monte Atlas. Tinham como função essencial cultivar e vigiar, com a ajuda de Ládon – o dragão das cem cabeças - o jardim dos deuses onde cresciam as maçãs de ouro, presente outrora dado por Geia a Hera, na altura das suas bodas com Zeus. O jardim em que as Hespérides habitavam era afamado, não só pelas maçãs, mas também por possuir, de entre todas as regiões terrestres, o clima mais ameno, atributos que fizeram com que fosse identificado como o Paraíso Perdido.

A versão poética do horto das Hespérides tendia a situar o Paraíso em uma ou mais ilhas perdidas no meio do oceano. Provavelmente, surgiu primeiramente, entre os povos navegadores, tais como os gregos ou os fenícios. Seria a forma inicial, e talvez o longínquo modelo, do romantismo insular que invadiu toda a Europa a partir da era dos grandes descobrimentos marítimos (HOLANDA, 1996, p.152).

Contudo, desde a Antiguidade Grega, as ilhas são os lugares prediletos para as aventuras humanas e divinas mais notáveis. E não é de se surpreender que essa mitologia tenha sido intensamente alimentada por estes povos, já que suas costas eram banhadas por um

⁸ A mesma natureza encantatória, mas situada desta feita aquém da morte, fora descrita por Homero no canto VII d’*Odisseia*.

mar particularmente rico em ilhas (KAPPLER, 1994 apud DIEGUES, 1998, p.150). Nelas situavam-se toda espécie de grandes prodígios e maravilhas: Zeus nasceu em Creta, Afrodite em Citera, Apolo e Latona em Delos. A maior parte das aventuras que a Odisséia de Homero nos relata aconteceu também em ilhas imaginárias: nelas viviam deuses, feiticeiras, monstros, sereias e povos fabulosos.

Para os helenos, as ilhas que se localizavam afastadas, e algumas até desaparecidas, serviam-lhes para forjar no seu nebuloso solo, constituições ideais e utópicas. Estas possuíam características comuns, tendo em vista que sobre elas foram projetadas ilusões, esperanças ou ainda, medos e angústias.

Em uma alargada sistematização, as ilhas imaginárias poderiam ser boas ou más. As boas iriam desde um mundo encantado, onde tudo era sorridente e amável, passando por uma insula simplesmente feliz e prazerosa, até um verdadeiro Éden, que no mais alto grau poderia chegar a constituir o prêmio ultra terreal de uma vida (ou de várias) repleta de virtudes. Na religião cristã este lugar corresponde ao Paraíso, localizado por vezes em uma ilha. No segundo grupo, o das ilhas maléficas, poderiam ser inóspitas pela sua condição desértica. No entanto, “sua maldade” seria multiplicada caso fossem infestadas por animais daninhos, povoadas por homens perversos ou monstros, se servissem de morada para magos, feiticeiras ou deuses e deusas malignos. Podendo ser em último caso, a própria entrada do inferno. Por vezes o bem e mal não se excluía e uma mesma ilha poderia reunir as duas condições (GIL, 2001, p. 14).

A posterior divulgação do Cristianismo não constituiu embaraço insuperável para o bom crédito da lenda das *Insulae Fortunatae*. Não só a idéia de um sítio deleitosos, apartado dos humanos, tendia a lisonjear a idéia ainda vivaz da materialidade do Paraíso Terreal, como a própria mitologia das Hespérides tinha por onde acomodar-se, a alguns passos da narrativa bíblica. Neste caso entra principalmente a captura da maçã de ouro, que fora reservada a Hera.

A árvore dos dourados pomos situa-se num horto, tanto quanto a do Éden. Guardam-na as filhas de Atlas, mas como certo dia as surpreendesse Hera a furtar os frutos (o que sugere ainda o paralelo com Eva), decide confiá-la ao dragão Ládon. Este como a serpente do Gênesis é comumente figurado enroscando-se no tronco (HOLANDA, 1996, p. 156-157).

Enfim, os três temas, Idade do Ouro, Campos Elísios e Ilhas Afortunadas, muitas vezes se confundiam, mas sempre caminhavam ligados quando o assunto era referente ao Jardim do Paraíso. Em todas as civilizações até aqui citadas, identifica-se a universalidade das representações e expressões desse Paraíso, que existiu como lugar, em algum momento de um tempo passado, quando a humanidade encontrava-se livre de todos os vícios e imperfeições no instante da criação.

Sintetizando, a herança que o mundo ocidental recebeu do Paraíso Original descrito na Bíblia tem características muito bem definidas. Em primeiro lugar sua forma e nomeação – é para ser lido como jardim, fértil e belo, que possui água em seu solo que irriga uma grande variedade de árvores, plantas, frutas e flores. Possui um clima suave que mantém essa natureza exuberante e sempre abundante e a comunhão entre o homem, os animais e Deus, estabelecendo-se esse estado de perfeição, de saúde e de felicidade. Pensadores como Homero, Hesíodo, Platão, Ovídio e Virgílio refletiram sobre o Paraíso como a felicidade das origens ou o aguardavam para o fim dos tempos. Após discutirem longamente sobre esse sonho coletivo recorrente, outros saíram em busca do paradeiro do jardim descrito na Bíblia.

1.2 O RELATO BÍBLICO DO PARAÍSO

Durante numerosos séculos, cerca de três milênios, os judeus e depois deles os cristãos, com poucas exceções, não questionaram o caráter histórico da narrativa do Gênesis (2,1-17). A palavra Paraíso, sem outro epíteto, designava essencialmente o Éden, jardim das delícias que Deus tinha feito surgir e no qual viveram por breve instante Adão e Eva (DELUMEAU, 1992, p. 9) (Imagens 8 e 9).



Imagem 8: A criação do Mundo (1170)
 Fonte: <http://www.getty.edu/art/gettyguide/artObjectDetails?artobj=112577&handle=li>, 2009



Imagem 9: A criação e expulsão do Paraíso de Giovanni de Paolo (1445)
 Fonte: <http://www.wga.hu/art/g/giovanni/paolo/creation.jpg>, 2009

“O Senhor plantou um jardim no Éden⁹, da banda do oriente¹⁰, e pôs ali o homem que tinha formado. O Senhor Deus fez brotar da terra toda a árvore agradável à vista e boa em frutos comestíveis, e a árvore da vida no meio do jardim, e árvore da ciência do Bem e do Mal” (GÊNESIS, 2:8-9)¹¹ (Imagem 10).

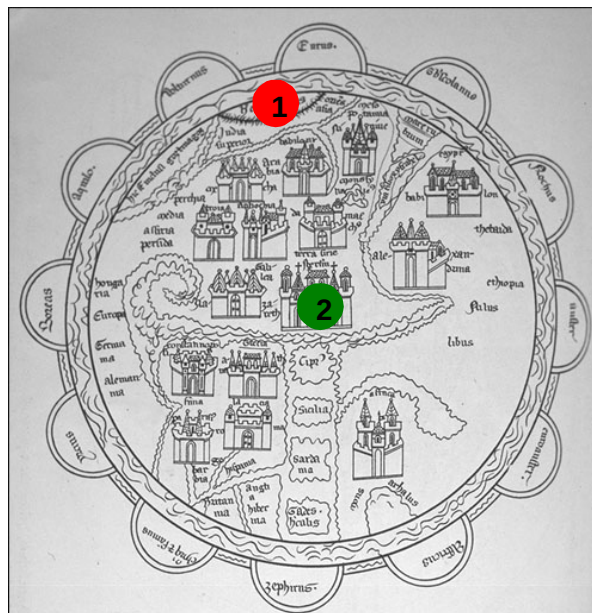


Imagem 10: Mapa-múndi das Grandes Chroniques de Saint Denis du temps de Charles V
1. Paraíso Terrestre e 2. Jerusalém

Fonte: http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/dweb/images/maps/decworld/234.jpg, 2009

⁹ Segundo nota do Gênesis (2,8) – Bíblia Ave- Maria - Um jardim, chamado também um paraíso – Éden significa estepe, mas evoca a idéia de delícias.

¹⁰ Segundo Krauss (2006, p.30), a direção mencionada no Oriente remete a uma distância indeterminada, talvez com conotação positiva: na direção do sol nascente.

¹¹ Optou-se pela utilização da Bíblia na sua versão Ave Maria, 79ª edição, p. 54.

A designação do Jardim do Paraíso como Éden, conforme mencionado anteriormente vem do grego *parádeisos*, palavra com a qual a tradução bíblica do século III – II a.C. adaptou o empréstimo hebraico *pardes*, que vem da expressão persa *apiri-daeza* ou *pairidaeza* para um pomar cercado por um muro (LEON-DUFOR, 2002, p. 716) (Imagens 11 e 12).



Imagem 11: Les très riches heures du Duc de Berry
Jean e Paul Limbourgue (1412-16)

Fonte: Acervo Estudos da Paisagem, 2009



Imagem 12: A história de Adão e Eva (1415)
Boucicaut Master

Fonte: <http://www.getty.edu/art/gettyguide/artObjectDetails?artobj=112325&handle=li>, 2009

A palavra portuguesa jardim vem do francês e remonta ao germânico, como o alemão *Garten*, e significa igualmente um terreno cercado para cultivo de plantas. O jardim correspondia à necessidade de delimitação em face da vida selvagem das florestas, que era sentida como ameaçadora. Somente por meio da cerca era possível um cultivo tranquilo da natureza. Neste recinto, poderiam ser acolhidos todos os tipos de plantas úteis e decorativas, mantidos por meio de um poço ou de canais artificiais de água (KRAUSS, 2006, p.30).

Foi evidentemente um privilégio o homem de Deus ter sido colocado em um “jardim”, ao invés de ter de começar sua existência com o fatigante lavrado do solo. Sua vida nesse jardim implica certo trabalho já que teve a tarefa de “cultivar e guardar” este “jardim”. (GÊNESIS 2,15).

Embora este jardim paradisíaco se revista dum caráter de felicidade ideal que recorda em mais de um pormenor as clássicas descrições da Idade de Ouro: familiaridade com Deus, livre uso dos frutos do jardim, domínio sobre os animais (2,19s), harmoniosa união do primeiro casal (2,18.23s), este não é apresentado como um país da Cocanha¹² e o homem não devia ficar ocioso, mas ativo¹³ (Imagens 13 e 14).



Imagem 13: Idade do Ouro de Lucas Cranach (1530)
 Fonte: http://www.newyorker.com/images/2007/12/17/p646/071217_cr-anach08_p646.jpg, 2009



Imagem 14: O Paraíso Terrestre de Lucas Cranach, o Ancião (1530)

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Cranach.jpg>, 2009

Após proporcionar, desde o primeiro momento, um lugar agradável e adequado ao desenvolvimento do homem criado, cercando-o de todo o bem-estar exterior e material, Deus solicitava agora a participação mais ativa e vital dele no ritmo da vida, de cultivar e guardar aquele solo fértil que também necessitava da ação humana.

Visto que a ociosidade é vista como início de todos os males e a fonte de todos os pecados, o homem teve de trabalhar no Paraíso¹⁴. No entanto, não se tratava de um trabalho imposto como castigo sob condições penosas, mas sim o meio de produção de uma vida feliz e realizada. Seu trabalho não consistia de um fardo nem de fadigas, pelo contrário, lhe proporcionaria prazer, por se tratar de um trabalho de jardinagem que foi exaltado já pelos

¹² O País da Cocanha, lugar utópico festivo, conhecido durante a Idade Média, onde a comida era abundante e o trabalho não era necessário, onde existiam rios de leite e de vinho, queijos e pães eram obtidos sem dificuldade era não apenas uma utopia strictu sensu, mas um sonho que às vezes era perseguido como real pelos europeus (CHAHAD, 2008).

¹³ Os comentadores católicos e reformistas do texto atribuído a Moisés são unânimes em afirmar que o homem não foi criado para estar ocioso, mas para trabalhar. Exaltava-se o trabalho e condenavam-se o ócio e a preguiça, pois o valor da agricultura paradisíaca, tão defendido por Santo Agostinho, não era penosa, mas fonte de delícias (AGOSTINHO, t.49 apud DELUMEAU, 1992, p. 236). O trabalho, na sua origem, era uma das formas de felicidade, pois a terra não era maldita e nem estéril e não estava, segundo Calvino, revestida de seu atual traje de luto. Não existia então recanto da terra que fosse estéril; nem um que fosse grandemente rico e fecundo (apud DELUMEAU, 1992, p. 233).

¹⁴ Segundo Lutero, antes da falta, o trabalho no jardim paradisíaco não era penoso. O homem, é certo, trabalhava - pois o ócio é um mal - mas para seu prazer. O trabalho, antes do pecado original era uma das formas da felicidade (apud DELUMEAU, 1992, p. 233).

antigos autores em sua glorificação da vida no campo mais como atividade prazerosa do que como suplício.

A beleza das árvores incomuns e do sabor das frutas deste jardim mostra-o especial. Uma destas, a “Árvore da Vida” se entende como um símbolo muito divulgado no Oriente e responde a ânsia humana pela vida eterna. Na epopéia de Gilgamesh, citada anteriormente, na corrida do herói pela imortalidade, apresenta-se uma planta do fundo do mar, cuja ingestão causaria o rejuvenescimento. Também entre as árvores de pomos de ouro da lenda grega, que são guardadas pelas Hespérides, mais uma vez aparece o tema da Árvore da Vida capaz de conferir eternidade. No entanto, a história de uma “Árvore do Conhecimento” ocorre apenas na Bíblia (KRAUSS, 2006, p. 32).

Outro elemento constante na descrição das paisagens do Paraíso, como já foi mencionado, é a água :

E saía um rio do Éden para regar o jardim, e dali se dividia em quatro braços. O nome do primeiro é Píson, este é o rio que cerca toda terra de Havilá, onde há ouro. E o nome do segundo rio é Giom: este é o que rodeia toda a terra de Cusi. E o nome do terceiro rio é Tigre: este é o que vai para a banda do oriente da Assíria. E o quarto rio é o Eufrates (GÊNESIS, 2:10-14).

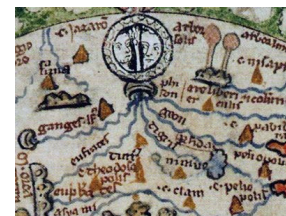
A multiplicidade dos rios, nos quais se divide a corrente original que irriga o Éden ao deixar o Paraíso, corresponde aos quatro pontos cardeais e, com isso, à totalidade do círculo terrestre. Cada canto da terra tem, portanto, um curso d’água que fornece vida e tem sua origem numa única fonte misteriosa (KRAUSS, 2006, p.33).

Quatro é um número significativo que dá a idéia de universalidade, simboliza o terrestre, a totalidade do criado e do revelado. Além dos pontos cardeais, quatro são os ventos, os pilares do Universo, as fases da lua, as estações do ano, as letras do nome de Deus (YHVH) e do primeiro homem (adão) (CHEVALIER E GHEERBRANT, 2009, p.759) (Imagens 15-17).



Imagem 15: Mapa-múndi Hereford (1300) Detalhe: Paraíso Terrestre e os quatro rios que dele emanam

Fonte: <http://tessella.files.wordpress.com/2008/09/herford-map-13th-century.jpg>, 2009



Detalhe dos rios que emanam do Paraíso Terrestre no mapa-múndi do Salterio, c.1265.



Detalhe da localização de Jerusalém no mapa-múndi do Salterio, c.1265.

Imagem 16: Mapa-múndi del Salterio (c.1265) 1. Paraíso Terrestre e 2. Jerusalém

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Psalter_map_pamundi.jpg, 2009



**Imagem 17: Mapa-múndi de Andrea Bianco (1436) – 1. Paraíso Terrestre
Detalhe – 4 rios que emanam do Paraíso**

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/99/Biancomap.jpg>, 2009

Obcecados pelo deserto¹⁵ que os cercavam, os autores dos primeiros livros da Bíblia, descreveram esse lugar ideal como um jardim protegido, com águas abundantes, onde tudo crescia espontaneamente. Mais tarde, ele será situado no cimo de uma montanha inacessível, cuja altitude o preservará da destruição do dilúvio universal, que se destinara a castigar a malícia dos homens. Por estes motivos e ainda porque a montanha se associava as várias e antigas tradições do povo de Israel, popularizou-se a noção de que a barreira mais compatível com o caráter do Paraíso se apresentaria melhor sob o aspecto de uma elevadíssima e invencível escarpa. Esta era tão alta que através dela seria possível alcançar o círculo da lua (HOLANDA, 1996, p. 161).

O Paraíso, além do homem, povoa-se de animais (Imagem 18):

Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todas as aves do céu, levou-os ao homem, para ver como êle os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, êsse é o seu verdadeiro nome. O homem pôs nomes a todos os animais, a todas as aves dos céus e a todos os animais dos campos; mas não se achava para êle uma ajuda que lhe fosse adequada (Gênesis, 2, 18-20).

¹⁵ O deserto – autêntico e imaginário – desempenhou um papel importante nas grandes religiões euro-asiáticas: judaísmo, islamismo, cristianismo. Habitualmente representou os valores opostos aos da cidade. No cristianismo medieval, a ideologia do deserto apresentou-se de uma forma inédita: o deserto foi a floresta. Sobre este tema consultar Le Goff (1983, p. 37).

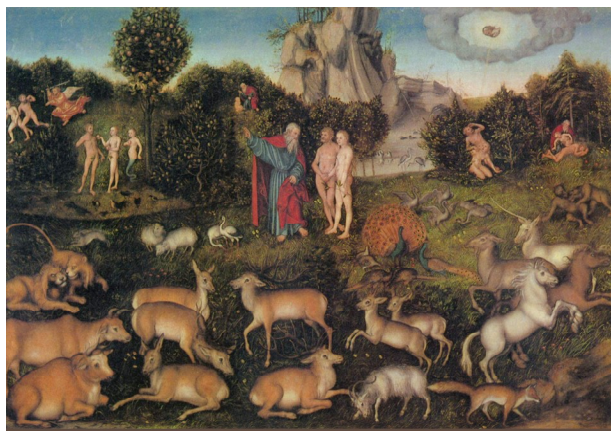


Imagem 1: O Paraíso de Lucas Cranach, o Anciã (1530)

Fonte: http://www.vidimus.org/archive/issue_8_2007/issue_8_2007-02.html, 2009

Para adequar-se realmente ao homem, foi formada não da terra, como os animais, mas “fabricada” literalmente de uma parte do corpo humano, a mulher: “Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem” (GÊNESIS, 2, 21-22). Segundo Krauss (2006, p.35) “costela” provavelmente denote nada mais que uma parte fixa do corpo humano, comparável ao cerne da madeira, que os oleiros muitas vezes usam para dar um apoio fixo para moldar suas esculturas. Significa que a matéria-prima para a criação da mulher, diferente da dos animais, que foram formados do solo, é uma indicação da identidade e similaridade da nova criatura ao homem (Imagem 19).

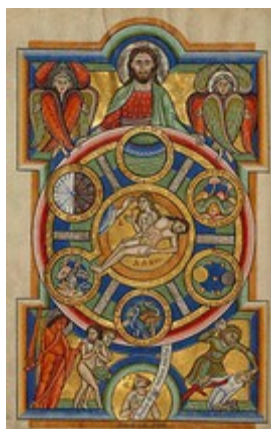


Imagem 19: Eva criada da costela de Adão - A criação do Mundo (1170)

Fonte: <http://www.getty.edu/art/gettyguide/artObjectDetails?artobj=112577&handle=li>, 2009

A dramaticidade da narrativa tem seu desfecho, na descrição do Paraíso, na citação de duas árvores especiais, a Árvore da Vida no meio do jardim e a Árvore da Ciência do Bem e do Mal¹⁶ (GÊNESIS, 2, 9). Comer do fruto das árvores de todo jardim foi abertamente permitido ao homem, a única exceção diz respeito à árvore que estava ao meio. Deus disse: “Vós não comereis dele, nem o tocareis, para que não morrais” (GÊNESIS, 3, 3). Portanto, os seres humanos teriam podido prolongar sua existência no Paraíso de forma ilimitada sem o “pecado original” (Imagens 11,12, 14, 20 e 21).



Imagem 20: Adão e Eva de Lucas Cranach (1526)
 Fonte: http://www.vidimus.org/archive/issue_8_2007/issue_8_2007-02.html, 2009



Imagem 21: Adão e Eva de Lucas Cranach (1531) Staatliche Museen, Berlim
 Fonte: <http://www.weisetraducoes.com.br/origem.html>, 2009

Não há nenhuma justificativa pormenorizada para a proibição. A continuação da narrativa apenas mostrará que o homem não pode ter ao mesmo tempo a imortalidade e a capacidade de conhecimento adquirida após o pecado. O aviso de que terá de morrer após comer do fruto proibido não deve ser entendido tanto como uma ameaça de punição, mas como afirmação sobre a incompatibilidade entre a vida eterna e o conhecimento. De fato Deus não deixará o casal humano morrer no dia em que comem o fruto proibido. A morte é resultado apenas do impedimento do acesso à Árvore da Vida pelos humanos expulsos do Paraíso.

¹⁶No uso lingüístico bíblico, o conhecimento é menos uma compreensão puramente intelectual e conceitual dos objetos – como entre os gregos e sua razão – e mais uma sensação do que é salutar ou nocivo ao homem. Bem e Mal é uma expressão cristalizada e engloba todo um domínio daquilo que é significativo para lidar com o ser humano, ou seja, tudo (KRAUSS, 2006, p.32).

A bondade daquele jardim deleitoso revela-se então plenamente, por contraste, depois do castigo a que se viram sujeitos esta primeira mulher e seu esposo por terem comido do pomo que lhes vedara o Senhor Deus (Imagens 22 e 23).



Imagem 22: A expulsão do Paraíso, Máster de Jean de Mandeville (1360-1370)

Fonte: <http://www.getty.edu/art/gettyguide/artObjectDetails?artobj=2892&handle=li,> 2009



Imagem 23: A expulsão do Paraíso de Rogier van der Weyden (1455-1459)

Fonte: http://www.artrenewal.org/images/artists/v/VanderWeyden_Rogier/large/Triptych_of_the_redemption_EUR.jpg, 2009

O perfeito acordo entre todas as criaturas, a feliz ignorância do bem e do mal, a isenção de todo mister penoso e fatigante, e ainda a ausência da dor física e da morte: estes são os elementos constitutivos da condição primeira do homem, que foram abolidos com o pecado e a queda. Fechado depois do pecado original, o Paraíso passou a ter suas portas permanentemente vigiadas e sua localização tornou-se secreta permanecendo apartado de todo e qualquer contato com os homens (HOLANDA, 1996, p. 150-151).

Quanto à condição corporal do primeiro casal no jardim do Éden, enquanto a maioria dos teólogos aceita que esta não se diferenciava da situação pós-paradisiaca, alguns estudiosos que se apóiam na tradição platônica, acreditavam que o homem, antes do pecado original, possuía uma corporalidade de um material totalmente diferente, um corpo espiritual, transparente e cheio de gloria celestial (KRAUSS, 2006, p.75).

Todas as características desagradáveis do corpo definitivo de hoje lhe faltariam, como o lento crescimento, a velhice, a necessidade de comer e de dormir ou o metabolismo. A passagem do corpo espiritual original para o corpo carnal, que se submete às doenças tanto quanto à velhice e à morte, é anunciada no texto bíblico por meio das “peles” que os homens receberam de Deus após o pecado original (GÊNESIS 3, 21). Alguns teólogos deduzem daí que os homens, se tivessem ficado no Paraíso, teriam vivido para sempre sem relações sexuais, “como os anjos”.

Em contrapartida, Santo Agostinho afirmou na *Civitas Dei* (apud KRAUSS, 2006, p. 77) que havia na criação original não só a diferença entre homem e mulher, mas que se o ser humano tivesse ficado no Paraíso, também manteria relações sexuais e haveria reprodução, pois teria de obedecer às ordens divinas: “Frutificai, [...] e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a” (GÊNESIS 1,28).

O pecado original, porém, despertou o desejo, que se concentrou nas genitálias e o homem se tornou igual ao animal que se procria como animal (Imagens 11, 12, 14,20-23). No Paraíso, a relação poderia ter ocorrido sem esse desejo, pois o homem colocaria sua semente de forma racional e, portanto desapaixonada na mulher, como o camponês semeia no campo, uma suposição que se tornou ideal de uma sexualidade dominante para o objetivo da ética eclesiástica medieval¹⁷.

1.3 O PARAÍSO NA IDADE MÉDIA: O IR-E-VIR DE DEFINIÇÕES E LOCALIZAÇÕES

Durante muito tempo, judeus e cristãos mantiveram-se persuadidos de que o Paraíso terreal tinha realmente existido e que este continuava a subsistir como lugar de espera para os justos, antes da ressurreição e do julgamento final. (DELUMEAU, 1992, p. 33). Provavelmente situado no Oriente, talvez na Índia, o Paraíso achava-se afastado do resto do

¹⁷ Lutero compartilha dessa interpretação de uma relação sexual do casal, sem desejo, no Paraíso. Ele achava que o amor de um sexo pelo outro era completamente livre de desejos e que as mulheres teriam dado a luz sem dores (apud KRAUSS, 2006, p. 78).

mundo por um imenso espaço de terra e mar, era um lugar concreto que podia ser descrito com precisão e riqueza de detalhes. Numerosos autores estavam convictos de que fora poupado pelo dilúvio, embelezado pela distância e preservado pelo isolamento. Contudo, tornara-se inacessível devido a certos obstáculos, seja de montanha, de mares ou de alguma região escaldante que não podia ser atravessada, a não ser por viajantes munidos do passaporte excepcional de um guia angélico (DELUMEAU, 1992, p.33, 61-71)¹⁸.

Não se pode dizer que a sedução do tema paradisíaco tenha sido menor para a Idade Média, do que o fora para outros povos da Antiguidade. A crença na realidade física e atual do Éden parecia inabalável. E esta não se fazia sentir apenas em livros de devoção ou recreio, mas pode ser entendida como aliciadora no contexto de viagens reais e fictícias. A consequência disso foi um interesse extremo em tudo que fosse relacionado com o tema. A este respeito testemunham as obras de inúmeros teólogos, além de outros poetas, que se ocuparam com o assunto.

Inicialmente os primeiros escritores cristãos rejeitaram os mitos greco-romanos. No entanto, estes foram sendo progressivamente cristianizados chegando a ser evocados por toda uma plêiade de poetas – latinos e cristãos – que constantemente associavam com êxito o Paraíso Terrestre aos dados do Gênesis e à tradição greco-romana (DELUMEAU, 1992, p. 18.21). Muitas obras literárias da Antiguidade clássica, a partir do século II d. C, foram redescobertas, preservadas e cristianizadas, cooperando neste processo de emulsão de culturas e crenças.

Num exercício de racionalização pode-se estabelecer a existência de três Paraísos no pensamento baixo-medieval. O primeiro deles era o lugar onde viveram Adão e Eva – o **Paraíso Terrestre**; o segundo, o lugar onde os Justos aguardam o Julgamento Final – o **Paraíso Celeste**; e o terceiro a **Jerusalém Celeste**, que com ou sem sua ante-sala, o Milênio,

¹⁸ Segundo este autor, muitos ainda acreditavam que o paraíso tinha sido retirado do solo depois do primeiro pecado e transportado para o céu.

seria o lugar da eterna felicidade, atingida quando da segunda vinda do Messias e do retorno à eternidade. Estes diferentes tipos de Paraíso misturavam-se e separavam-se de maneiras variadas.

Segundo AOUN (2003, p. 52) edificada a questão da realidade histórica e física do Jardim do Éden pelos teólogos da igreja, duas outras teses fundamentais apresentavam-se logo a seguir: A primeira, denominada milenarismo ou quilialismo - deslocava o Paraíso para um futuro mais ou menos distante (HOLANDA, 1996, p. XIII), Trata-se de uma herança da tradição hebraica, de um povo perseguido e humilhado que “manteve durante muito tempo a crença num paraíso intermediário onde as almas dos eleitos esperam a ressurreição e a entrada no reino dos céus (DELUMEAU, 1992, p. 36).

A segunda tratará da localização geográfica do Paraíso, uma vez que, para os teólogos da Igreja, a crença de sua realidade física era inquestionável. Para aqueles homens, o Paraíso perdido depois do pecado original continuava próximo, mas não desaparecido, apesar de estar interditado por querubins e “apartado de todo e qualquer comércio entre os homens” (HOLANDA, 1994, p.160).

As dificuldades em localizar o seu paradeiro se deviam a ele ter-se tornado invisível após o Dilúvio que ocorrera na banda oriental do mundo segundo a narrativa contida no Gênesis. Mas como não existia nenhuma impossibilidade geográfica para os teólogos da Idade Média, diversas localizações inusitadas foram pensadas, sugeridas e explicadas para esse lugar amado (DELUMEAU, 1992, p. 62).

Uma das primeiras sugestões foi de que ele, a exemplo do que acontecera com a arca de Noé, também estaria localizado a uma grande altitude. Durante os séculos seguintes, muitos outros grandes teólogos aceitaram a localização montanhosa do Paraíso. Outra geografia bastante propícia para receber o Paraíso era a ilha, como foi comentado com relação à Antiguidade.

1.3.1 Ilhas paradisíacas

“A lonjura embeleza e o isolamento preserva”. Como foi visto as ilhas, mais do que qualquer outro acidente geográfico, ocupavam espaços nos mapas-múndi, nos atlas e nas narrativas dos viajantes da época vinculadas a grandes mistérios. (DELUMEAU, 1992, p. 121).

Tida como lugares especiais da imaginação, muitas são as características que lhe dedicam, mesmo as não imaginárias, uma fisionomia própria, propensa a fantasias e quimeras. Em primeiro lugar, a sua própria solidão e afastamento conferem-lhe um cunho especial. Desde épocas muito remotas, sua marginalidade foi utilizada como um meio de castigar dissidentes políticos: Zeus encarcerou seu pai, Crono, numa ilha do Mar do Norte, por isso chamada Cronio. Por outro lado, seu distanciamento e isolamento deram asas à eterna aspiração do homem: o desejo de alcançar uma branda existência retirada ou de levar uma virtuosa vida eremítica. A ilha, portanto, pode ser sonho idílico ou prisão, consoante a perspectiva, e às vezes, ambas as coisas ao mesmo tempo (GIL, 2001, p. 12).

Mas vista sob outro ângulo, o mundo insular, fechado em si mesmo, torna-se inquietante, até mesmo perturbador, para o homem nascido em terra firme e acostumado a abarcar vastos e infindáveis horizontes de terra. As nuvens que amiúde toldam o céu das ilhas, deixando apenas descoberto os picos das montanhas, potencializam o seu halo misterioso. Graças a elas ou à sua espessa neblina, as ilhas e com maior razão as lendárias, escondem-se do olhar curioso dos homens. Em terceiro lugar, encerra perigos. O simples fato de chegar a ela representa um risco, pois o mar é sempre ariscado e traiçoeiro. Muitas delas são de origem vulcânica, e o vulcão (palavra derivada do deus do fogo, Vulcano) é para pagãos e cristãos a porta do Inferno. Uma erupção pode fazer com que num piscar de olhos desapareça ou surja uma ilha no meio do mar (GIL, 2001, p. 12).

Todas estas características explicam o interesse apaixonado, não isento de receios, que o homem sentiu, desde tempos remotos, pelo mundo insular e os seus segredos.

Esse foi atingido, pelas viagens, dando origem a um sem-número de narrativas. Essas viagens não se desembaraçam de um forte conteúdo mítico e as diversas narrativas, superpunham entre o real e o mítico, característica do pensamento medieval. É nítida a predileção especial que o imaginário cristão-medieval possuía pelas ilhas consideradas pelo seu aspecto de lugar fechado, onde o maravilhoso existia por si mesmo, fora das leis que governavam o mundo cristão e por isso mesmo espaço do arbitrário, do imprevisível e da transgressão da ordem moral medieval.

As ilhas, cujas baías e enseadas oferecem abrigo nas tempestades ou apoio logístico aos navegadores perdidos, de qualquer forma, são pontos extremamente frágeis e fortuitos, decorrendo a sua utilização pelos autores das narrativas medievais, da necessidade de introduzir novas aventuras ou de proporcionar uma pausa que alivie a tensão dramática. Além disso, se o sentido de proteção é patente em boa parte das aventuras contadas, noutros episódios as estas surgem como presas em disputa, como cativeiro ou locais encantados com segredos por desvendar (BETTENCOURT, 2001, p. 114).

Famosas naquela época foram as Ilhas Afortunadas, a de São Brandão e a Ilha do Brasil, consideradas paradisíacas por reunirem todos aqueles estereótipos básicos: “doce calor, primavera perpétua, frutos deliciosos e perfumados” (DELUMEAU, 1992, p. 125). As Ilhas Afortunadas, anteriormente citadas, aparecem na

[...] tradição poética Greco-romana, baseada nos textos de Homero, de Hesíodo e Plutarco, que situava, além do gigantesco Atlas, ilhas de jardins encantadores, de clima sempre temperado, de brisas perfumadas e onde os homens não tinham necessidade de trabalhar (DELUMEAU, 1992, p. 121).

Já a Ilha de São Brandão, considerada um “paraíso de origem nórdica”, teve também seu lugar de destaque na cartografia medieval, em decorrência do enorme sucesso do romance

Navegação de São Brandão. Trata-se, aparentemente, de um primitivo *imram* – gênero literário que floresceu na Irlanda quase concomitantemente com o apostolado de S. Patrício – cristianizado e latinizado por volta do século X, em que o sítio da bem-aventurança, agora convertido numa espécie de réplica do paraíso terrestre, se situa no meio do oceano e pode deslocar-se daí por diante nos mapas, ora para o norte, ora mais para oeste, à medida que vão progredindo os conhecimentos geográficos, até desaparecer já em fins do século XVI, embora não se dissipe da imaginação popular antes do século XVIII (HOLANDA, 1996, p. 172) (Imagem 24).

A viagem lendária mais conhecida na Idade Média trata, portanto, deste São Brandão, um monge que em determinado momento da sua vida, decidiu alcançar o Paraíso Terrestre. O abade construiu um barco com seus companheiros que durante sete anos vagou por mares desconhecidos e ilhas infernais, enfrentando muitos perigos. Ao longo desse tempo, aconteceram muitos contatos com o Além, benéficos ou não. Enfim, chegaram ao Paraíso, mas não lhes foi permitido ficar muito tempo, o que os fez regressar para a Irlanda (KÜHNER, 2006, p.2).



Imagem 24: São Brandão e seus monges no manuscriptum translationis germanicae (1460)

Fonte: http://pt.fantasia.wikia.com/wiki/Ficheiro:Saint_brendan_german_manuscript.jpg, 2009

Se as lendas envolviam as ilhas num imaginário estonteante, as narrativas dos viajantes reafirmavam o maravilhamento diante de uma realidade que até então não passava de sonho. Crendo que as ilhas não estavam fixas no mar e sim vagando ao acaso, poderiam constituir-se tanto num grande perigo, como também, oferecer refúgio inesperado ao navegante durante uma tormenta. Conseqüência desta mobilidade seria a impossibilidade de se fixar um itinerário preciso nas peregrinações, como também voltar a uma ilha pela segunda vez, o que só poderia acontecer apenas por mérito do próprio navegador. No entanto, a virtude do pretendente pressupunha uma grande ajuda, tanto quanto os secretos desígnios das divindades. Foi o que ocorreu com São Brandão, que navegou confiado na providência de Deus.

Depois das Ilhas Afortunadas e a de São Brandão, uma terceira se destaca no contexto da transição do mundo medieval para o renascentista: é a Ilha do Brasil, *Bracile* ou *Bracir*, que tinha vinculações com a mitologia de São Brandão. Sérgio Buarque de Holanda (1996) refere-se à carta de Pizzigano que datada de 1367, apresentava a *Ysola de Braçir* entre as chamadas “Benaventuras”. Este mesmo autor, também se reporta aos topônimos *Hy Bressail* e *O’Brazil*, que sob às vozes irlandesas significariam “ilha afortunada”. Esta, melhor do que outras razões poderia explicar a forma alternativa de *O Brasil* e *Obrasil* que aparece em vários mapas nomeando terras (HOLANDA, 1996, p. 173) (Imagens 25-27).



Imagem 25: Mapa de Grazioso Benicasa (1367)

Fonte: <http://www.mssanmarino.com/Images/Maps/Benicasa.jpg>, 2009



Imagem 26: São Brandão nas Ilhas Canárias, mapa-mundi dos irmãos Pizzigani, 1362-1367

Fonte: Livro Uma história do Paraíso, 1992

Essa fantástica ilha do Brasil¹⁹, tão estreitamente vinculada a toda mitologia de São Brandão, aparentemente nada teria a ver com a presença em certas ilhas atlânticas de plantas tais como a urzela ou o sangue-de-drago, que dão um produto tintorial semelhante, na cor purpurina, a outro que, pelo menos desde o século IX, era conhecido no comércio árabe e italiano sob os nomes de brasil e verzinho (HOLANDA, 1996, p. 173).



Imagem 27: Atlas de Mercator (1595) – Detalhe Ilha Brasil próxima à Irlanda

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/1595_Europa_Mercator.jpg, 2009

¹⁹ Encontra-se ainda em Bueno (1998, p.13), outro comentário sobre a Ilha do Brasil que diz o seguinte: "A ilha do Brasil, ou ilha de São Brandão, ou ainda Brasil de São Brandão, era uma das inúmeras ilhas que povoavam a imaginação e a cartografia européias da Idade Média, desde o alvorecer do século IX. Também chamada de *Hy Brazil*, essa ilha mitológica, *ressoante de sinos sobre o velho mar*, se afastava no horizonte sempre que os marujos se aproximavam dela. Era, portanto, uma ilha *movediça*, o que explicava o fato de sua localização variava de mapa para mapa. Segundo a lenda, Hy Brazil teria sido descoberta por São Brandão, um monge irlandês que partiu da Irlanda para alto-mar no ano de 565. Como São Brandão nascera em 460, ele teria 105 anos quando iniciou a sua viagem. O nome Brasil provém do celta bress, que deu origem ao verbo inglês *to bless* (abençoar). Hy Brazil, portanto, significa Terra Abençoada. Desde 1351 até pelo menos 1721 o nome Hy Brazil podia ser visto em mapas e globos europeus, sempre indicando uma ilha localizada no Oceano Atlântico. Até 1624, expedições ainda eram enviadas à sua procura".

Nascido de uma inspiração religiosa ou paradisíaca, esse topônimo, senão o mito que o originou, perseguirá teimosamente os cartógrafos, revelando uma longevidade que ultrapassa a da própria ilha de São Brandão (Quadro 1).

ANTIGUIDADE	
Lenda entre quase todos os povos sobre a existência de uma terra misteriosa e venturosa no oceano do lado de oeste.	
IDADE MÉDIA	
A lenda consubstancia-se numa Ilha Brasil, de pouso incerto e nome com variantes, por influência dos vocábulos celtas Hy – Breasail, Hy Bresail e O’Brasil.	O pau de tinturaria vem do oriente, trazido pelos árabes, tomando no comércio europeu os nomes de Verzino, Berzino, Berzil e finalmente, Brasil
RENASCIMENTO	
Acredita-se na existência de uma ilha Brasil, que aparece nos mapas antigos e é procurada pelo oceano Atlântico.	Os portugueses acham em 1500 a terra que veio a chamar-se Brasil e na qual abundava a madeira tintórica desse nome.
DEPOIS DE 1503	
O nome Ilha Brasil e o nome do pau-brasil se confundem no termo geográfico definitivo	

Quadro 1: Evolução da palavra Brasil, Gustavo Barroso (1941)

Fonte: Livro Uma Ilha chamada Brasil (2004), adaptado pela autora, 2009

1.3.2 Além-Atlântico: Um contratempo paradisíaco no caminho para as Índias

Viu-se que a localização do Paraíso, na Antiguidade e no contexto medieval, sempre pressupôs a existência de barreiras. Ora ele poderia estar além de um oceano intransponível, num lugar oposto à terra habitada, “a região dos antípodas”, ora próximo “ao círculo da lua” (DELUMEAU, 1992, p. 58). Todas essas indicações eram seguidas por descrições de poderosos e insuperáveis obstáculos tais como uma “parede de fogo que se eleva até o céu” ou um Paraíso rodeado por “um vasto espaço deserto e impraticável, em razão das serpentes e dos animais ferozes que aí vivem” (AUTUN, 1977 apud DELUMEAU, 1992, p. 58).

A nostalgia do jardim do Éden, a convicção de que se aproximavam os tempos escatológicos, a vontade de estender a religião a terras novas e o desejo de encontrar em

abundância o ouro, as pedras preciosas e os outros produtos raros conjugaram-se para empurrar os viajantes, os religiosos, os marinheiros e os conquistadores para horizontes mais distantes e desconhecidos.

O grande propósito religioso era o de levar a palavra de Deus para os pagãos de terras distantes expandindo, assim, além do comércio, a fé crista para além dos limites geográficos familiares. Essa nobre intenção religiosa não era a única que continuava a instigar as viagens marítimas. Havia o tema ressonante do Paraíso Terrestre e da crença em sua realidade física.

Esse maravilhoso embebia a visão de mundo medieval, construída com base em uma época mítica grega de “projeções deslumbrantes que depositava tesouros inconcebíveis nos espaços inexplorados ou semi-explorados que se consideravam afastados do eixo referencial dos europeus”. Ilhas misteriosas povoadas por pigmeus e grous, fauna e flora exóticos, figuras fantásticas de monstros, raças de gigantes, reinos coalhados de riquezas naturais e de justiça social, até os Paraísos extraordinários representavam o conjunto de elementos de total contrariedade com a fragilidade e a desigualdade dos sistemas vigentes para aquele período. Enfim, o maravilhoso da Idade Média sustentava-se, “no contrário ao conhecido, no inaudito” (GUCCI, 1992, p. 65).

Além da certeza de que o Paraíso continuava a existir na Terra, sempre mencionada de forma convencional no Oriente (HOLANDA, 1996, p. 18), surge, num segundo momento, outra crença, a de que “subsistiam mais ou menos próximos deles, ou algures ao longe, regiões ditosas e maravilhosas que podiam ser alcançadas por homens audaciosos e que lhes trariam riquezas fabulosas” (DELUMEAU, 1992, p. 51). Essa imagem de tesouros, apesar de incertos, despertou a cobiça e foi o que bastou para animar ainda mais a procura pelo jardim perdido.

É importante salientar que durante a era das grandes expansões marítimas européias, os descobridores estavam familiarizados com uma quantidade expressiva e variada de obras literárias que iam muito além do texto bíblico, dos “livros de devoção ou recreio” (HOLANDA, 1996, p. 149) e dos mapas medievais conforme mencionado anteriormente. Incluíam-se entre os livros conhecidos, os relatos que circulavam trazidos por mercadores e viajantes das regiões distantes, que tornavam ainda mais sedutor e carregado de mistério o tema paradisíaco aos olhos e ouvidos do homem da Idade Média.

Entre os mais populares da época, destaca-se o relato de uma viagem imaginária, as *Voyages* de Jehan de Mandeville. Outra obra, dedicada ao cardeal Pierre d’Ailly sob o título de *Ymago Mundi*, concluída em 1410, foi tida como “um dos livros favoritos de Cristovão Colombo” (DELUMEAU, 1992, p. 68). Tratava-se de uma compilação dos conhecimentos da época sobre geografia, na qual o autor localizava o Paraíso Terrestre ao sul do Equador (BERRINI, 1997 apud AOUN, 2003, p. 60).

Por último, pode-se citar as narrativas sobre as Viagens de Marco Pólo (1254 – 1324), o viajante do século XIII que no seu regresso da China, descreveu numerosas ilhas, muitas delas providas de adornos fabulosos. Entretanto, o Paraíso Terrestre não se inclui no itinerário desse viajante (HOLANDA, 1996, p.18) e “nem tampouco foi avistado” (DELUMEAU, 19992, p.75).

Prenúncio das grandes descobertas, as viagens de Marco Pólo descreviam ilhas distantes como lugares onde havia abundância de ouro e pedras preciosas, ao passo que no imaginário clerical da Idade Média, essa mesma riqueza era feita de tesouros espirituais. Com o passar do tempo, as ilusões humanas como sonhar, imaginar, descrever ou simplesmente ouvir falar de um Paraíso Edênico perdido aqui ou acolá, vão deixar um pouco de lado esse universo da criação literária que mistura história com ficção e passam a percorrer trajetórias mais concretas guiadas pelas mãos de homens exploradores, navegadores aventureiros,

religiosos devotos e homens da ciência. Trata-se da passagem que a história do Paraíso realiza da fantasia para o real (AOUN, 2003, p. 61).

A idéia que incitou os portugueses a buscá-lo em terras próximas, como as de Prestes João²⁰, ricas em ouro, pedras preciosas e outros produtos, era a mesma que instigava os sonhos e a convicção de um ilustre navegador genovês que iria revelar uma inesperada descoberta de um novo mundo (AOUN, 2003, p. 63).

“Um grande falador, cheio de fantasia e imaginação”, foi dessa forma que o rei de Portugal D. João II referiu-se ao descobridor da América Cristovão Colombo. Colombo estava animado e convencido, como um homem de seu tempo, “tributário de velhas convenções eruditas” (HOLANDA, 1996, p. 17), um homem que crê em tudo, sem discernimento, sem distinção entre uma opinião e um artigo de fé, na crença que localizava o Paraíso Terrestre a Oriente. E isso não era apenas uma sugestão metafórica ou uma passageira fantasia, mas uma espécie de idéia fixa (HOLANDA, 1996, p. 13).

E foi no dia 12 de outubro de 1492 que o grito de “terra à vista” desembarcou o Paraíso na América. Reconhecido pelos olhos do descobridor como o lugar primordial, o Éden, o tão sonhado e desejado jardim que havia sido, finalmente, localizado no Além – Atlântico.

A visão do Paraíso que o Novo Mundo refletia era o figurino completo e perfeito sobre a imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs. Não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho (HOLANDA, 1996, p. 184).

²⁰ Um dos reinos mais procurados pelos reis portugueses em virtude de sua proximidade com o Paraíso Terrestre foi o do lendário Prestes João, um rei cristão que estaria vivendo na Ásia na época das Cruzadas. Fascinava os portugueses o fato de se tratar de uma região pouco explorada “onde eles situavam confusamente uma potência militar cristã que se apoderaria do Islão” (DELUMEAU, 1992, p. 96) e por lá estarem reunidas as maravilhas da criação, as riquezas do universo, a fé cristã e o poder de um soberano” (DELUMEAU, 1992, p. 102).

Oito anos depois, ao entardecer do dia 22 de abril de 1500, marinheiros de uma extraordinária esquadra portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, que tentava navegar pelo Atlântico meridional rumo a Calicute, na Índia, divisaram no horizonte uma extensa porção de terra à qual o comandante do poderoso grupamento de embarcações prontamente denominou Vera Cruz, posteriormente Brasil. Um outro capítulo da história do Paraíso estava por iniciar.

1.4 VISÕES DO PARAÍSO: O JARDIM DAS DELÍCIAS FEITO DE TINTA E PAPEL

A expansão ultramarina capitaneada no século XVI pelos ibéricos produziu diários e documentos que tiveram, dentre várias intenções legitimar e mesmo defender suas conquistas. Ao conseguir transformar o empreendimento ultramarino em projeto nacional, Portugal e Espanha se lançaram em busca de um desconhecido que já era, paradoxalmente, esperado. Apesar de conhecido como Tenebroso, o Atlântico abria a oportunidade de riquezas materiais e espirituais aos navegantes. E os cronistas ofereciam seu testemunho pessoal de veracidade, pois “muitos homens só acreditam no que vêem com seus próprios olhos”, como diria Mandeville (apud GREENBLATT, 1996, p. 55). A menção a patronos ilustres, reis ou nobres, aos quais são dedicadas as crônicas, ou as juras em nome e testemunho de Deus são instrumentos de legitimação narrativa, por mais fabulosa que se apresente.

A carta de Pêro Vaz de Caminha, que dava conta do “achamento” de uma nova terra, transmite a primeira imagem de um território prodigiosamente belo e com promessas de riquezas. A partir daí, surgem ao longo de todo o século XVI numerosos autores a redigirem esplendorosas e minuciosas descrições acerca das extraordinárias novidades com que se depararam nas terras do Novo Mundo.

Os viajantes - navegadores, missionários, colonos - foram, com certeza, os mais importantes retratistas do Brasil, pois as realidades do Novo Mundo revelavam-se, a cada momento, completamente preenchidas de todos os símbolos que eles tão bem conheciam dos

inúmeros relatos medievais que descreviam o Jardim das Delícias, constituindo por isso, aos seus olhos, um verdadeiro acervo de prodígios e maravilhas.

Segundo Holanda (1996, p. 247) o tema paradisíaco em estado puro, e não através de longínquas refrações, aparece desde cedo, e a propósito do Brasil, em um texto de Américo Vespúcio. Efetivamente, na carta chamada Bartolozzi, redigida em 1502, “a abundância e o viço das plantas e flores em nossas matas, o suave aroma que delas emana, e ainda o sabor das frutas e raízes, chegam a sugerir ao florentino a impressão da vizinhança do Paraíso Terreal”. O clima temperado, a abundância de águas doces, a presença de longos e caudalosos rios, o encontro com uma população “sem fé, sem lei e sem rei”, que parecia feliz e sem cuidados com a provisão do alimento, e a crença de que aquelas terras teriam um formato de ilha, acalentaram a possibilidade do Éden estar localizado na parte sul do Novo Mundo.

A visão do Brasil como Paraíso por vezes recolheu-se a um recorte do território como foi o caso de Fernando de Noronha. Situado no rol das primeiras paisagens visitadas pelos europeus no contexto do “Século das Descobertas”, o arquipélago pertence a este momento da história do continente americano no qual as terras recém encontradas eram acolhidas pelo viajante como um território cuja interpretação muitas vezes, como se viu, era creditada ao discurso bíblico.

1.4.1 Fernando de Noronha: Paraíso Terreal

A história do arquipélago de Fernando de Noronha no século XVI prende-se ao navegador espanhol Américo Vespúcio, participante da segunda expedição exploradora da costa brasileira, comandada por Gonçalo Coelho e financiada por Fernão (ou Fernan) de Loronha.

Apesar das controvérsias e sucessivos nomes de batismos recebidos, grande parte dos historiadores dedica a “descoberta” do arquipélago ao florentino, que se deu efetivamente

com o naufrágio da nau Capitânia que se chocou contra um banco de recifes e naufragou em 10 de agosto de 1503, dia de São Lourenço no calendário cristão. Contudo, Fernando de Noronha já aparece no planisfério de Juan de la Cosa (a “*Insula descubierta por Portugak*”), em 1500 e posteriormente no Planisfério de Cantino²¹ (Imagens 28 e 29).



Imagem 28: Planisfério de Juan de La Cosa (1500)

Fonte: [HTTP://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b5/1500_map_by_Juan_de_la_Cosa-North_up.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b5/1500_map_by_Juan_de_la_Cosa-North_up.jpg), 2009



Imagem 29: Mapa de Cantino (1502) – Detalhe Fernando de Noronha

Fonte: http://faculty.umf.maine.edu/~walters/web%20230/Bull%20of%20Tordesillas%20Cantino_Planisphere.jpg, 2009

Conta-nos este episódio, a carta de 4 de setembro de 1504, escrita por Vespúcio e endereçada a Soderini²², o gonfaloneiro de Florença e seu antigo condiscípulo:

²¹ Alberto Cantino, veneziano e agente diplomático ou embaixador do duque de Ferrara, Ercole I d'Este, em Lisboa, foi quem, a pedido daquele nobre italiano, encomendou essa obra na capital lusa, a qual foi executada materialmente por um desconhecido cartógrafo português. Trata-se de um magnífico planisfério terrestre português feito por um italiano, precisamente no que diz respeito ao traçado do Brasil (FONTANA, 1994, 1995, p. 45).

²² Muito tem sido escrito a favor e contra a autenticidade dos relatórios de Américo Vespúcio. Segundo FONTANA (1994, 1995) no Brasil se reconhece a autenticidade das três cartas ou manuscritos familiares escritos pelo navegador. GUEDES (1975), em seu livro *As expedições portuguesas e o reconhecimento do litoral brasileiro*, incluído no primeiro volume, tomo I da *História naval brasileira* refere-se a mencionada fonte nos seguintes termos: Acredita-se hoje que a Léttera tenha sido impressa em 1505 ou 1506 por Gian Stefano di Carlo di

[...] e quando tínhamos navegado bem trezentas léguas **pelo mostro do mar** [...] surgiu uma terra de que podíamos distar dela 22 léguas, da qual **ficamos maravilhados e descobrimos ser uma ilha no meio do mar, e era coisa muito alta, de fantástica beleza natural**, tendo não mais de duas léguas de comprimento e uma de largura. **Esta ilha jamais foi habitada por qualquer população. Foi a ilha funesta para toda a frota**, pois saberás que, devido à infeliz decisão e às ordens do nosso capitão-mor, este perdeu aqui a sua nau, porque foi bater contra um escolho, e ela se despedaçou durante a noite de São Lourenço, que é o dia 10 de agosto, indo ao fundo sem nada se salvar dela a não ser a tripulação (VESPÚCIO, 1504, apud FONTANA, 1994,1995, p. 178, grifo nosso).

Vespúcio apresenta-se imediatamente com a sua caravela para o resgate dos náufragos e do comandante; procura reorganizar o comboio e, com outra embarcação, atraca na ilha de Fernando de Noronha, onde permanece durante oito dias²³ e descreve pela primeira vez, sua realidade geomorfológica e biológica:

[...] e cheguei a dita ilha que distava cerca de quatro léguas e na qual achei um ótimo porto, onde podiam ancorar todos os navios com plena segurança. [...] Descobrimos que **essa ilha era desabitada e tinha muitas águas correntes e doces, imensa extensão de árvores, cheia de tantas aves marinhas e terrestres que não se podiam contar e eram tão dóceis que se deixavam apanhar à mão**. (VESPÚCIO, 1504, apud FONTANA, 1994, 1995, p. 179, grifo nosso).

Após vencer o “Monstro do Mar”, eis que surge como recompensa uma ilha, muito alta, de fantástica beleza natural, desabitada, dotada de uma fecundidade maravilhosa, natureza clemente e água generosa. Embora os motivos edênicos não lograssem contaminar as descrições quinhentistas, em face das terras recém-descobertas, teria Vespúcio o cuidado de reconhecer, com os próprios olhos, o que em sua memória se estampara de paisagens de sonhos descritas em tantos livros e que, pela constante reiteração dos mesmos pormenores, já deviam pertencer a uma fantasia coletiva.

Bondosa e ao mesmo tempo maléfica, como nas histórias gregas, a ilha de Fernando de Noronha vagueia pelo mar e surge repentinamente diante dos olhos do navegador

Pavia (cidade perto de Milão), para o livreiro Piero Pacini. O texto impresso não traz endereço. No entanto, o nome de Piero Soderine aparece nos textos manuscritos conhecidos, que igualmente, trazem data e local: Lisboa, 4 de setembro de 1504. Estes textos são: a cópia de Piero Vagliente, incluída no *Códice riccardiano* de 1910; a cópia do *Códice Kraus-Amoretti* e a transcrição (feita no século XVIII) de outra cópia seiscentista de autoria de Piero Choralmi (10 de fevereiro de 1505). A segunda é propriedade da The Hispanic Foundation da Biblioteca do Congresso (USA), doada pelo livreiro H. P. Kraus; a última pertence à Biblioteca Maglibechiana. Ver também PEREIRA (1973).

²³ Segundo Moacir Soares Pereira em O descobrimento da ilha de Fernando de Noronha (1973) a narrativa da Lettera que envolve a arribada e permanência de Vespúcio por uma semana na Ilha de Fernando de Noronha apresenta-se obscura e não muito coerente, despertando suspeitas sobre a sua inteireza e a sinceridade do missivista.

florentino, que se “espanta” com tamanha exuberância. Emoção não só resultante do contato com uma ilha selvagem e primitiva, mas também do medo da solidão e do drama da perda da nau principal, com a conseqüente dispersão da frota.

O maravilhamento – excitante, potencialmente perigoso, momentaneamente paralisante, carregado ao mesmo tempo de desejo, ignorância e medo – é um componente quase inevitável do discurso da descoberta. A expressão do maravilhamento representa tudo o que não pode ser conhecido, em que mal se pode acreditar (GREENBLATT, 1996, p. 38).

Essa ilha, tão importante para a navegação atlântica, adquiriu logo um grande destaque histórico porque foi a primeira “posse” portuguesa no Brasil, núcleo embrionário das capitanias, trinta anos antes da oficial instituição desse regime na Colônia (FONTANA, 1994,1995, p. 79).

Américo Vespúcio, ao descrever a fauna e a flora existentes em Fernando de Noronha dizendo que “tinha muitas águas vivas e doces, infinitas árvores, inúmeras aves marinhas e terrestres, tão familiares que se deixam apanhar na mão.”, abre uma produção literária que será seguida, por exemplo, pelo frade franciscano André Thevet, tripulante da esquadra do vice-almirante da Bretanha, Nicolas Durand de Willegaignon que voltando do Rio de Janeiro onde se havia implantado a “França Antártica”, aporta em Noronha em 1556:

Também nós, quando descemos nesta ilha a procura de água doce [...] **avistamos um incalculável número de aves, todas tão mansas** que facilmente poderíamos carregar com elas um navio! **Não conseguimos encontrar água doce**, mas é bem verdade que não exploramos suficientemente o interior da ilha. Afora isto, **trata-se de uma ilha maravilhosa, repleta de árvores que se conservam verdes durante a maior parte do ano, o que faz assemelhar-se a um prado verdejante em pleno mês de maio**, embora se localize a 4 graus da Linha Equinocial. Não é impossível que esta ilha se torne habitada, (...) E se se der tal coisa, **posso garantir que ela se transformaria num dos lugares mais belos e também mais ricos do mundo** (THEVET, 1978, p. 215-216, grifo nosso).

Outro aspecto identificado nos relatos dos cronistas aqui abordados são os resquícios imagéticos da firme convicção de que o Paraíso Terrestre subsistiu em um lugar inacessível

devido ao pecado original e a certeza vivaz de que atingi-lo não estava fora do alcance dos humanos e que certas terras abençoadas, por razões de proximidade com ele, ou de insularidade, ou por ambas as coisas, conservavam vários atrativos e privilégios do jardim do Paraíso. Um destes momentos é descrito por Thevet em *As singularidades da França Antártica*, ao tratar dos perigos e das dificuldades enfrentados ao abordar a Ilha de Fernando de Noronha em 1556:

[...] vogamos, levados pelo vento sul, até **uma belíssima ilha** localizada a 4 graus de distância da linha Equinocial. **Não se pode abordá-la sem correr grande risco, sendo a dificuldade que tal empresa apresenta a mesma que se encontra quando se enfrenta algum considerável promontório.** Primeiro, porque ela avança bastante pelo mar adentro; segundo, por causa dos recifes rochosos que a rodeiam (THEVET, 1978, p. 215, grifo nosso).

O frade franciscano também se refere ao naufrágio ocorrido com um navio português, provavelmente o episódio ocorrido com a esquadra de Américo Vespúcio em 1504 o qual ocasionou seu descobrimento.

[...] Esta ilha foi descoberta por acaso, e grande foi o transtorno daqueles que primeiro a avistaram. Foi um navio português que, passando de certa feita por estas paragens, chocou-se, por imprudência e imperícia, contra um dos recifes vizinhos da ilha. Em razão disso, despedaçou-se a embarcação, submergindo com toda a tripulação. Salvaram-se apenas 23 homens que conseguiram nadar até a ilha, onde permaneceram pelo espaço de dois anos. Ao fim deste tempo, somente dois haviam conseguido sobreviver, **alimentando-se apenas dos ratos, das aves e de alguns outros animais** (THEVET, 1978, p. 215, grifo nosso).

Em 1558, quando à sua vista passaram Jean de Lery, missionário protestante francês e seus companheiros, de volta à Guanabara, Fernando de Noronha estava desabitado. (LERY, 1980, p.252-253). Mais uma vez são constantes as referências às dificuldades de acesso, bem como a exuberância de sua flora e fauna.

[...] não cessando o nosso navio de fazer água. E se não estivéssemos sempre a tocar a bomba, teríamos perecido cem vezes num dia. Navegamos assim muito tempo entre tormentos sucessivos, até cerca de duzentas léguas do Continente; avistamos então uma ilha deserta, **redonda como uma torre** e que, na minha opinião tinha mais ou menos meia légua de circuito.

Costeando-a pela esquerda observamos **que a ilha era verdejante de vegetação**, embora em pleno mês de janeiro, **e dela saía uma multidão de aves muitas das quais vinham pousar nos mastros e cordagens do navio, deixando-se apanhar com a mão**²⁴; e de longe parecia essa ilha um pombal. Havia pássaros pretos, pardos, esbranquiçados e de outras cores que, no vôo, pareciam grandes, mas, depenados, não eram maiores do que um pardal. (LERY, 1980, p.253, grifo nosso).

Já no século XVII, em 1602, o português Melchior do Amaral quando esteve no Galeão Santiago, também registra a presença de “muitos passaros marinhos e muitas rolas, mais pequenas que as que arribam a Espanha” (AMARAL, 1604?, p. 33).

Aves são freqüentemente mencionadas como exemplares da fauna sinalizadoras do Paraíso²⁵. O Brasil chegou a ser denominado “Terra dos Papagaios”, aves que acumulam o dote da fala²⁶. No caso de Fernando de Noronha, dando razão a Léry e Thevet, em 1612²⁷, outro interessante relato sobre a ilha e as aves que se deixavam apanhar com a maior facilidade foi escrito pelo missionário capuchinho Claude D’Abbeville, companheiro de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, que participava da expedição francesa que se dirigia ao Maranhão para fundar uma colônia.

Poucos dias após, chegamos a Fernando de Noronha, que principiamos a ver e descobrir no sábado, 23 de junho, pelas sete horas da manhã. Achávamo-nos a cêrca de dez léguas e **deparamos grande quantidade de pássaros voando sobre o mar e dando caça aos peixes**. [...] Tem essa ilha cinco a seis léguas de circunferência; **é muito bonita e agradável, com uma das melhores terras que se conheçam, naturalmente vigorosa, extremamente fértil e capaz de produzir grande variedade de produtos e dar grandes lucros**. [...] [Nela, havia] **uma grande multidão de pássaros de diversas espécies desconhecidas em nossa terra**. Eram numeráveis, e o que mais nos alegrava eram serem bons de comer e fáceis de caçar, pois não somente se deixavam matar no ar e nas árvores a varetadas, mas **deixavam-se pegar em seus ninhos sem se mexerem** (ABBEVILLE, 1975, p. 47-48, grifo nosso).

²⁴ Segundo notas de Sergio Milliet em Viagens à Terra do Brasil, publicado pela Editora Itatiaia em 1980, Goneville (Relation de son voyage, 1503) já observara esses pássaros e sua plumagem abundante: “Sete ou oito dias após o desembarque viram uma ilha deserta, coberta de vegetação, de onde saíam milhares de pássaros alguns dos quais chegaram a pousar nos mastros e cordagens do navio, deixando-se pegar. E pareciam esses pássaros muito emplumados”.

²⁵ Em uma obra baseada especialmente em imagens, Teresa Gisbert realiza uma incursão sobre as marcas iconográficas e expressões artísticas produzidas pelas aproximações culturais entre os diversos grupos que conformaram a história dos Andes, especialmente no período colonial, abrangendo nesse aspecto, o tema edênico de origem cristã. Ver GISBERT, Teresa, El paraíso de los pájaros parlantes – a imagen del otro en la cultura andina. La Paz: Plural Ediciones, 2001.

²⁶ Ver HOLANDA, 1996, p.205 - 210.

²⁷ Talvez venha desta visita o nome de São João dado a ilha, já que Claude D’Abbeville em seu relato diz ter avistado e descoberto a ilha no sábado, 23 de junho, pela sete horas da manhã e somente no domingo, dia do glorioso precursor de Jesus Cristo, São João Batista, ancoraram diante da mesma.

Após o espanto inicial com a “incrível quantidade de pássaros”, Claude D’Abbeville passa a criteriosamente descrever as espécies encontradas na ilha e a “admirável providência” do Criador em dotá-los de certos artificios para sua sobrevivência:

[...] **Uns eram do tamanho de gansos e capões e outros menores, como pombos**, e em sua maioria punham seus ovos no capim ou mesmo na terra, donde não se retiram nem a pontapés, com medo talvez de esmagarem os ovos. **É incrível a quantidade de pássaros que aí existem e incrível a facilidade com que são apanhados; eu mesmo jamais acreditaria se o não visse e o não experimentasse pessoalmente.** Consumíamos por dia mais de cem dúzias, sem que se verificasse a menor diferença na quantidade, sem que o número parecesse diminuir.

Entre esses pássaros há uns, a que chamam tesouras por terem a cauda bipartida, que, sem filhotes para retê-los em terra, permanecem geralmente duzentas e trezentas léguas no mar numa contínua caça a esses pobres peixes voadores de que já falamos; estão sempre no ar, de asas estendidas, e repousam nas nuvens. **Isso me leva a crer que Deus, o Criador, que na sua admirável providência deu a todas as criaturas meios de conservação suficientes**, proveu a esses pássaros de uma bolsa grande de couro alaranjado, debaixo da garganta, a qual, sempre cheia de vento, permite que parem no ar e serve ao mesmo tempo de armazém ou depósito para a sua alimentação (ABBEVILLE, 1975, p. 48, grifo nosso).

Os relatos dos viajantes sobre as aves do Arquipélago de Fernando de Noronha vão ser confirmados no correr dos séculos. Hoje, afirma-se que ele abriga as maiores colônias reprodutoras de aves entre as ilhas oceânicas do Atlântico Sul Tropical (HETZEL, 1995, p.81). Estas são geralmente dóceis e não se intimidam com a aproximação humana, deixando-se observar bem mais de perto do que a maioria das existentes no continente. Mais de uma dezena de espécies marinhas residentes formam seus ninhos em vários pontos das ilhas. Há também diversas aves migratórias que adotam a região como uma escala de descanso para suas longas viagens.

Embora as aves tenham citações abundantes na literatura histórica da ilha, em contraste, os relatos mais surpreendentes dizem respeito a um de seus predadores: os ratos, que, cabe destacar, especialmente o “grande rato” (*Noronhomys vespucii*)²⁸, identificado pela

²⁸ O explorador Américo Vespúcio não encontrou mamíferos em Fernando de Noronha, exceto “ratos muito grandes”. Visto que os posteriores visitantes da ilha não mencionaram esses grandes ratos e por ser improvável que ratos do velho mundo (*Rattus spp.*) tenham colonizado Fernando de Noronha em seus primórdios, foi levantada a possibilidade de que os animais vistos por Vespúcio pertenciam a uma espécie extinta de mamíferos parecidos com ratos desconhecidos para a ciência.

Em 1973, uma expedição conjunta brasileira e norte-americana, liderada pelo paleontologista Storrs L. Olson, visitou o arquipélago e descobriu muitos fósseis de um grande rato não descrito que poderia ter sido a espécie vista por Vespúcio. Formalmente estes estudiosos descreveram este animal como o Rato de Fernando de Noronha, com um novo gênero e espécie: *Noronhomys vespucii*. Eles nomearam o gênero em função da ilha de Fernando de Noronha porque acreditaram que o rato era endêmico. Deram nome à espécie em homenagem a

primeira vez na passagem de Américo Vespúcio pela ilha em 1504. Thevet abre um dos capítulos de seu relatório com o título Da Ilha dos Ratos, onde por outro lado, mostram estes roedores como alternativa alimentar:

[...] **Ilha dos Ratos, assim batizada devido à variedade e abundância desses animais na referida ilha. São eles tão numerosos que, de acordo com os sobreviventes, a morte de seus companheiros teria ocorrido em parte pela repugnância por estes bichos.** Realmente até hoje é muito difícil, para os que ali arribam, defender-se desses ratos. Eles alimentam-se de ovos, sejam os que as tartarugas botam nas praias, sejam os das **numerosíssimas aves que ali vivem** [...] voltemos à Ilha dos Ratos, que recebeu com razão tal nome em vista da abundância e variedade dos ratos que aí vivem. Um deles é o soiatã, que os selvagens da América comem. Sua pele é cinzenta. **A carne é gostosa e delicada como a de um lebracho.** Existe também uma outra espécie chamada ieruçu, maior do que o precedente, porem de carne menos saborosa. São tão grandes quanto os que vivem no Egito e recebem o nome de ratos-do-faraó. Há ainda os de uma outra espécie do tamanho de fuinhas, que os selvagens não comem porque nem bem esses bichos morrem e já começam a feder como carniça, conforme eu próprio pude constatar! (THEVET, 1978. p.215, grifo nosso).

Também são citadas algumas variedades de peixes como o *Uperu*²⁹ e serpentes encontradas na ilha, destacando-se a *Jerará*³⁰ e a *Teirab*. Como é comum neste tipo de relato, o frade trata detalhadamente das espécies exóticas, salientando suas características físicas as comparando com espécies conhecidas na Europa.

Aproveitando-se das palavras de Thevet (1978, p. 217): “Eis como se diverte a natureza, a artífice-mor, em diversificar suas criações, tanto aquáticas quanto terrestres, de modo idêntico ao do grande artista, que enriquece sua obra, dando-lhes formas e cores muito além das normas habituais de sua arte”.

Os olhares europeus para a natureza tropical em busca de parâmetros relacionais, catalogação e sistematização do conhecimento, exploração de riquezas, geraram conceitos sobre uma possível “condição tropical”. Adjetivações como pródiga, atraente, exuberante, gigantesca, primitiva, nova, dadivosa, assustadora, fecunda, revelam uma oposição entre

Américo Vespúcio porque suas descrições foram a única referência conhecida que sugeriu "a existência de um roedor originário daquela ilha" (SAZIMA; HAEMIG, 2006, p. 5).

²⁹ Uperu ou iperu: tubarão. No original, houperou.

³⁰ No original gerara: Jararaca do gênero Bothrops.

natureza e civilização, ou necessidade civilizatória e apelo sensorial e simbólico, quase um retorno às origens.

É possível que a simples docilidade exterior e formal a uma convenção antiga, sirva para explicar o prestígio daqueles cenários, válidos indiferentemente para as terras recém-descobertas e para os quadros do Paraíso. Cenários, onde a Divina Providência se esmerara em suscitar unicamente formas deleitáveis aos sentidos: à visão, através da verdura perene da folhagem e dos variados matizes que ostentam as espécies vegetais e animais; à audição, pela celeste música das aves canoras ou pelo sussurro das cristalinas fontes; ao olfato, pelo aroma que se desprendem do arvoredo.

Constatam-se, portanto, nos relatos dos cronistas e viajantes aqui apresentados, amostras do pendor comum para apresentar este Mundo Novo em termos que recordem os esquemas já usados nos tempos medievais para a descrição do Paraíso Terrestre. Desta forma, é interessante observar que este maravilhoso território, repleto de deslumbrantes riquezas naturais, variedade e abundância inauditas, apresenta-se extraordinariamente propício à exploração e ao desenvolvimento de novas fortunas.

Nesse sentido, esses viajantes, apesar dos avanços científicos que marcaram a sua época, ao vivenciarem as mais diversas experiências em lugares desconhecidos, não estavam livres de julgamentos pré-concebidos, isto é, não conseguiam romper com uma longa tradição das narrativas de viagens do período medieval. Desse modo artistas, escritores e cartógrafos – apesar dos rigores nas suas observações e nos detalhes com que procuravam descrever a sociedade, os animais e a geografia desconhecida - eram potencialmente sérios candidatos a figurarem esse novo e estranho no costumeiro fantástico tão presente na literatura e na iconografia produzida, principalmente, pelo homem europeu da Idade Média. Mesclam-se, portanto, nessas imagens, descrições reais fundamentadas no conhecimento geográfico, racional e científico com as crenças e as fantasias herdadas dos viajantes medievais.

2 NO PURGATÓRIO, MAS COM O OLHAR NO PARAÍSO

O tema do Purgatório está intimamente relacionado às concepções sobre a Morte, o Paraíso e o Inferno, presentes no medievo, sendo uma invenção do século XII que se insere nas transformações políticas, econômicas e sociais da Baixa Idade Média. As características do Purgatório já haviam sido pensadas, anteriormente, por Santo Agostinho. Mas, apesar da importância considerável deste pensador para formação da doutrina do Purgatório, serão os teólogos do baixo medievo que sistematizarão a idéia do Purgatório e estabelecerão suas funções³¹.

Como se viu, após o pecado original o Paraíso Terrestre teria se afastado deste mundo para um lugar desconhecido e inalcançável. Para muitos religiosos, passando a funcionar como receptáculo das almas. No primeiro *Livro de Enoch* (século III a.C.), um evangelho apócrifo conservado por inteiro apenas numa versão etíope do século IV, este vai ao além com o anjo Gabriel e numa montanha elevada vê três cavernas tenebrosas destinadas aos pecadores e uma luminosa, reservada aos justos. Já no judaísmo antigo, todos os mortos eram recolhidos indistintamente no shéol (DELUMEAU, 1992, p. 33-34). No Apocalipse de Baruch e no Livro de Enoch, os maus também serão punidos. Baruch chega ao terceiro céu e pede ao anjo que o guie ao Paraíso Terrestre, onde estão próximos o jardim dos justos e o Hades, lugar de punição das faltas. No Quarto Livro de Esdras os maus ficarão em habitáculos e serão castigados de sete maneiras diferentes enquanto os justos repousam de sete maneiras (DELUMEAU, 1992, p. 35-36).

Grande importância também teve o Apocalipse de Paulo, de meados do século III, que foi influenciado pelas obras citadas acima. Para Paulo as almas dos justos vão repousar temporariamente no Paraíso Terrestre. Visualizando melhor a idéia do além túmulo no

³¹ A constituição de um novo lugar na geografia do além cristão que a sociedade medieval viu nascer e triunfar, bem como a longa história das crenças que anunciam a idéia de Purgatório, é intensamente tratada nas obras Jacques Le Goff, que devido a sua representatividade no trato deste tema, tornou-se o grande suporte bibliográfico desta parte da dissertação.

pensamento judaico-cristão, segue sua descrição (Quadro 2):

Apocalipse de Baruch (c. séc. II)	Baruch vai ao 3º céu e pede ao anjo que o guie até o Éden; Proximidade entre jardim dos justos e Hades (lugar de punição das faltas).
Apocalipse de Esdras (c. séc. II)	Esdras vê uma cidade num vale cheia de coisas boas. Sete anjos levam Esdras ao inferno, desce 70 degraus; Vê portas ardentes, rio de fogo sobre um rio ou ponte onde os maus caem.
Apocalipse de Pedro (c. séc. II)	Pedro vê os bem-aventurados na montanha sagrada, que vivem num lugar luzente, cheio de especiarias e plantas; Presença do rio com rodas de fogo para castigar os pecadores e mergulhá-los.
Apocalipse de Paulo (c. séc. III)	Os anjos levam as almas dos justos que repousam temporariamente no Paraíso Terrestre onde corre rio de leite e mel; Existência dos 7 castigos dos condenados: sede, frio, calor, vermes, mau cheiro, roda de fogo e rio onde são mergulhados.
IV Livro de Esdras (c. séc. II)	Os justos repousam de 7 maneiras diferentes, lugar de silêncio e repouso; Maus serão castigados de 7 maneiras; Idéia de lugar intermediário no além.

Quadro 2: Quadro da descrição do além em obras produzidas entre os séculos II e III

Fonte: ZIERER, 2002 adaptado pela autora, 2009.

Pode-se dizer que o pensamento cristão pensava num além intermediário após a morte. Alguns consideravam que só os mártires, o Bom Ladrão (perdoado por Jesus por ocasião da crucificação, a quem disse que encontraria no mesmo dia no Paraíso), Enoch e Elias (que ascenderam aos Céus sem sofrer a morte) gozariam do Paraíso de Adão. Porém, um grande número de filósofos afirmava que as almas de todos os justos após a morte permaneceriam em estado de repouso até chegar o dia do Juízo Final quando iriam para o verdadeiro Paraíso por ocasião da parusia, a segunda vinda de Cristo, com a separação definitiva dos bons e maus (ZIERER, 2002, p. 7).

Na Idade Média, a morte não é apenas cessação de todas as funções orgânicas, mas a possibilidade de uma vida eterna. Se antes do nascimento do Purgatório existiam apenas dois caminhos no mundo do além: o Inferno e o Paraíso, com o seu surgimento é introduzido um terceiro caminho, o que possibilitaria ao indivíduo uma exeqüível redenção.

O substantivo *purgatorium* aparece nos últimos trinta anos do século XII. Este autêntico nascimento do purgatório insere-se numa grande mudança das mentalidades e das sensibilidades ocorridas entre os séculos XII e XIII, em particular numa nova e profunda

sistematização da geografia do além e das relações entre a sociedade dos vivos e dos mortos (LE GOFF, 1983, p. 61).

Segundo Le Goff (2007, p. 83) o século XIII é a época em que os valores espirituais descem sobre a terra. Antes, as atitudes dos homens e mulheres que viviam empenhados em buscar os bens deste mundo, arrastados ao pecado pela atração dos gozos terrestres, eram justificadas por viverem numa sociedade não completamente cristianizada, na qual a religião não levava sua lei além da superfície das coisas, pois não havia penetrado em todas as consciências e todos os corações.

Um Cristianismo em suma muito tolerante, que dedicava aos clérigos e em particular aos monges – elite de “santos”, únicos aos quais se exigia um perfeito respeito à religião e a seus valores – a exigência da penitência por todos os outros dos quais toleravam um Cristianismo superficial desde que respeitassem a igreja, seus membros e seus bens, e aceitassem cumprir de tempos em tempos as penitências públicas e, se o pecado fosse escandaloso, espetaculares (LE GOFF, 2007, p.84).

Apesar da busca interior de Deus, quase não se exigia dos leigos, violentos e incultos, que refreassem sua natureza selvagem. Eram tidos como guerreiros que se destruíam em massacres, rapinas, raptos, gente cheia de “soberba”, trabalhadores – do campo, principalmente – pouco diferentes dos animais atormentados pelo “desejo” (LE GOFF, 2007, p.84).

Laicato, mundo de violência selvagem. Diante dessa violência, a Igreja, ajudada pelos reis e imperadores, tentava fazer reinar a ordem, a ordem exterior. Aplicavam-se aos pecados um código de penitências preestabelecidas, inspiradas em penas editadas pelas leis bárbaras. Não se aperfeiçoava o ser, remia-se sua falta. O ideal monástico era o dos *contemptus mundi*, do desprezo, da recusa ao mundo. Coisa exclusiva dos monges. Para os leigos, Deus estava longe e o mundo próximo, duro, roído pela fome, as doenças e as guerras

(LE GOFF, 2007, p.84).

As coisas mudaram muito por volta do ano mil devido à implantação do Feudalismo. Sem dúvida, este aumentou as injustiças e as desigualdades, mas procurou junto à massa uma certa segurança e disso nasceu um relativo bem-estar. A igreja repensou uma sociedade nova, esforçando-se para verdadeiramente cristianizá-la. Segundo Le Goff (2007, p. 86) fê-lo segundo os métodos habituais dos poderosos: morder e assoprar.

Morder foi com Satanás. Vindo do longínquo e profundo Oriente, o diabo foi racionalizado e institucionalizado pela Igreja, e verdadeiramente passou a funcionar à altura do ano mil. Flagelo de Deus, general de um bem organizado exército de demônios, mestre em seus domínios, o inferno, foi o maestro do imaginário feudal. Mas só poderia oferecer – Deus, forçosamente, só admitiria no Paraíso uma minoria de perfeitos, de santos – uma vida depois da morte sem esperança a uma sociedade que cada vez menos guiava seus pensamentos segundo o modelo de estritos antagonismos, bons e maus, preto e branco (LE GOFF, 2007, p. 86). A sociedade impiedosa e maniqueísta da Alta Idade Média tornava-se inviável e a terra não podia ser senão um vale de lágrimas, uma véspera do Apocalipse.

Os bens excessivos de alguns membros do clero, bem como freqüentes situações de indisciplina, deram origem, a partir do século X, a um movimento reformista que tentou renovar o prestígio e a imagem da Igreja, fazendo-a regressar à pureza e humildade pregadas por Jesus Cristo.

Durante este período as ordens monásticas, inicialmente os cluniacenses e depois os cistercienses, buscaram uma participação maior na salvação do indivíduo, que culminou com o discurso mais elaborado dos séculos XI e XII quando nos relatos sobre o Além aparecem os lugares para os condenados vão e os tipos de castigos que se sofre, buscando ações para evitá-los mediadas pelos mosteiros.

Os mosteiros foram colocados sob a direção do Papa, e a disciplina e a obediência ao abade foram reforçadas e a Igreja conseguiu com sucesso mobilizar a sociedade em torno da salvação.

A Ordem de Cister, tal como a de Cluny, afirmava que era necessária uma maior aproximação com o trabalho manual, conforme pregava a regra de São Bento e se implantou inicialmente no campo. Os iletrados (irmãos leigos) eram aceitos na Ordem e formavam a base produtiva do mosteiro por trabalharem nas plantações.

A terra com o aperfeiçoamento do cultivo rendia mais. Máquinas (teares, moinhos, arados com rodas e novas peças que aprimoravam o trabalho de produzir sulcos); utensílios de lavoura (rastelo, relhas de ferro no arado) e técnicas (maneiras de trabalhar e de cuidar da vinha, sistema de roda dentada transformando o movimento contínuo em movimento de alternância): nada disso se chamava progresso, mas era recebido como um crescimento. A história definhada, ressurgia, e a vida terrestre podia, devia mesmo, constituir-se, no início, no aprendizado para uma ascensão no sentido de Deus. Era aqui na terra mesmo, colaborando com a obra da criação de Deus que a humanidade tinha de se salvar. Não fosse assim, porque Deus teria criado o mundo e o homem e a mulher? Assoprar, isso foi o *purgatório*, que nasce ao fim dessa grande transformação desejada pela igreja como uma modificação de toda a sociedade: a reforma gregoriana (LE GOFF, 2007, p. 86-87).

Como se vê, o Cristianismo herdara da maior parte das religiões antigas um duplo além, de recompensa e de castigo: o Paraíso e o Inferno. Também herdou um Deus bom e justo, juiz cheio de misericórdia e de severidade que, tendo deixado ao homem um certo livre-arbítrio, tratava de puni-lo quando ele fazia mal uso dessa liberdade e abandonava-se ao gênio do mal, Satã. A ação do manobreiro da estrada abrindo ou fechando caminho no sentido do Paraíso ou do Inferno era exercida em função dos pecados cometidos cá embaixo, lugar de penitência e de provas para o homem marcado pelo pecado original.

Considerada por muitos críticos uma síntese de todo o pensamento medieval, *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1265 – 1321) apresenta o Purgatório como uma montanha que serve como uma escada para o Céu, ligando a superfície terrestre às portas do Paraíso. Chegar lá, porém, não é tão fácil quanto chegar ao inferno, cujas portas estão sempre abertas (Imagem 30).



Imagem 30: A Divina Comédia de Dante. Afresco de Domenico Di Michelino (1460)

Fonte: <http://eo.wikipedia.7val.com/wiki/Fresco>, 2008

A imagem mostra Dante segurando exemplar de sua *Commedia*. Vê-se à sua direita o inferno, para onde se encaminham os Danados. Atrás está o Monte Purgatório, no topo do qual se situa o Paraíso Terrestre. Nele se vêem duas figuras, uma masculina e outra feminina. Acima estão as esferas que Dante percorre no Paraíso Celeste.

O purgatório está separado do mundo habitado por um imenso oceano, numa ilha cujo acesso é dificultado por um mar agitado e tempestades que afundam qualquer embarcação que tente se aproximar, como o navio de Ulisses, narrado no *Canto XXVI* do *Inferno*. Uma vez na ilha, é preciso ter fôlego de alpinista para escalar os rochedos que levam à entrada do Purgatório (Imagem 31). A porta é estreita e fechada com duas chaves. Um anjo armado com uma espada guarda a entrada.



Imagem 31: Vista geral do Purgatório de Dante, Helder da Rocha (1999)

Fonte: <http://www.stelle.com.br/pt/purgatorio/mapa1.html>, 2009

Como o inferno, o purgatório é dividido em *círculos* (na forma de estreitos terraços na montanha) onde são purgados diferentes pecados, organizados em ordem de gravidade. A montanha tem, no total, nove áreas de purgação. Duas ficam antes da entrada guardada pelo anjo. As outras sete, que representam os sete pecados capitais, ficam entre a porta e o pico da montanha onde está o “Paraíso Terrestre” ou “Jardim do Éden”. Este está separado do purgatório por uma parede de fogo. Os pecados decrescem em gravidade à medida em que se escala a montanha.

Qualquer alma pecadora que tenha se arrependido em vida tem direito ao purgatório, por mais graves que tenham sido os pecados cometidos. Aqueles que só se arrependeram

quando não podiam mais pecar não podem entrar imediatamente pela porta de São Pedro. Precisam ficar esperando do lado de fora, onde a espera pode durar dezenas de vezes o tempo de sua vida na Terra.

Dentro do purgatório, a alma passa períodos de tempo em um ou mais terraços de acordo com os pecados capitais que tenha cometido em vida. Nesses terraços ela sofre cumprindo penas que tem como objetivo a sua purificação. As penas são às vezes tão terríveis quanto às do inferno, mas as almas cumprem-nas sem reclamar, pois têm certeza que, quando o tempo de sua purgação chegar ao fim, lhes será concedida a entrada no paraíso.

Segundo a doutrina católica, a finalidade do purgatório não é punição, mas purgação, ou purificação. A alma que sofre no purgatório está feliz porque deseja purificar-se, e sabe que jamais poderia entrar no Céu se não estivesse pura. O purgatório não é uma área de provação, como a terra. Nem é tampouco um lugar onde se tem uma segunda chance, pois a escolha entre o céu e o inferno só pode ser feita em vida. As almas que estão no purgatório irão para o céu mais cedo ou mais tarde.

Além de modificar profundamente as relações entre os vivos e os mortos, nele, os defuntos não dispunham mais de nenhum poder sobre seu destino, sobre sua salvação, ainda que sua ida para esse lugar deixasse entrever uma acolhida final no Paraíso. A duração dessa penosa temporada – e dos tormentos que lá sofreriam – não dependia apenas da quantidade de pecados que ainda restavam na hora da morte, mas do interesse afetivo de seus próximos. Dependia dos vivos, de suas orações e oferendas, os sufrágios (LE GOFF, 2008, p. 146).

O Purgatório se insere naquela interiorização do sentimento religioso que, da intenção à contrição, reclama do pecador mais uma conversão interna do que atos exteriores. Se estiver sinceramente arrependido antes de morrer, se carregar apenas pecados veniais e restos de pecados mortais de que já se arrependeu, talvez já inteiramente apagados pela penitência, esse pecador não seria condenado para a eternidade, mas apenas por um

determinado tempo e estaria seguro de que, terminadas as suas provações purificadoras, seria salvo, iria para o Paraíso. Na verdade, o Purgatório só teria uma saída: o Paraíso. Sabe que no fim acabará salvo, na pior das hipóteses no Juízo Final (LE GOFF, 2007, p.96-97) (Imagem 32).



Imagem 32: O Julgamento Final de Rogier van der Weyden (1448-1451)

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Rogier_van_der_Weyden_001.jpg/800px-Rogier_van_der_Weyden_001.jpg, 2009

2.1 PURGATÓRIO COLONIAL

Como se viu, um longo percurso justifica a aproximação do tema Paraíso ao Novo Mundo. Na verdade, em Portugal, as duas imagens sobre o Novo Mundo, Paraíso e Inferno, estavam sobrepostas. Por um lado a visão idílica sobre as novas terras e sua gente desnuda espalhava-se entre os europeus. Misturando-se ao indefectível sonho de uma vida melhor, servia como estímulo às viagens rumo ao Brasil. Por outro lado, a América, tida como berço do Inferno, assustava as pessoas com seus monstros, perigos e perdições de toda espécie (RAMOS, 2008, p. 173).

Segundo Laura de Mello e Souza (1993, p. 30) por ocasião do advento da cruz, grandes quantidades de demônios teriam deixado para trás as regiões mediterrâneas e voado para a América, tornando a leitura da natureza como selvagem e indomável. Inspirando-se na Visão do Paraíso de Sérgio Buarque de Holanda, esta autora, inicia uma série de investigações

que atribuem à colônia brasileira uma imagem inversa do Éden. Através do íntimo manuseio das fontes, sobretudo dos cronistas coloniais e de vários documentos das Inquisições do Santo Ofício, ela apresenta o outro lado da moeda: a colônia diabólica e infernalizante. Ultrapassando dialeticamente o paraíso e o inferno, abrem-se inéditas perspectivas para explicar os comportamentos vividos na "Terra de Santa Cruz".

Na dúvida entre Paraíso e Inferno, a América tornava-se o Purgatório. Para os que acreditavam nesse meio-termo, a Terra de Santa Cruz era tida como um lugar em que os homens podiam ter uma nova chance: redimir-se de seus pecados e livrar-se da tirania do demônio. Poderia, então, vir a ser um Paraíso graças à fé. Esse raciocínio permitiu que a Coroa enviasse, plenamente justificada, levas e mais levas de degredados ao Brasil (RAMOS, 2008, p. 174).

Desta forma, desde os primeiros dias da chegada dos portugueses à costa do Brasil, a presença dos condenados inaugurou a sua efetiva posse. Antes de partir novamente em direção às Índias, como registrou Caminha em sua carta de primeiro de maio de 1500, Pedro Álvares Cabral, abandonou dois "degredados que aqui ao de ficar" para "aprenderem bem a sua fala [dos índios] e os entenderem" (PIERONI, 2006, p. 22). Um estágio de provação.

Conforme mencionado, com o continuar do projeto colonial, o Brasil tornou-se um dos lugares onde a metrópole portuguesa lançaria a sua gente indesejável: "toda a escuma turva das velhas civilizações" (PRADO, 1972 apud MELLO e SOUZA, 1987, p. 81).

O Brasil, colônia-purgatório, funcionou através do degredo, como lugar de depuração dos pecados e foi a "panacéia" das mazelas do Reino. Terra onde os "desvios cometidos na Metrópole eram purgados [...] através do degredo; colonos desviantes, hereges e feiticeiros

eram, por sua vez, duplamente estigmatizados por viverem em terra particularmente propícia à propagação do Mal" (MELLO e SOUZA, 1987, p. 17, 72)³².

No século XVI, a idéia de Purgatório e a conquista nela embutida ainda era a noção de um inferno com duração limitada, opondo-se à eternidade das penas infernais propriamente ditas. As colônias portuguesas passavam a ser vistas como terras nas quais se iam cumprir penas, mas das quais se podia voltar, uma vez purgadas as culpas. A própria travessia marítima assumia características de um exílio ritual: nela, o degredado iniciava o longo trajeto da purificação (MELLO e SOUZA, 1993, p. 89).

Um século depois, a aventura dos descobrimentos possibilitava, em termos práticos, a ocorrência de uma síntese marcante – o degredo - unindo tradições distintas: a das formulações européias acerca do Purgatório, a da função de restaurar a pureza da travessia marítima, a do exílio ou desterro como elemento purificador. Na prática do degredo articulavam-se, desta forma, desdobramentos diversos de um grande rito de passagem.

O incentivo do Reino ao envio de degredados ao Brasil mostrou-se concomitante, portanto, à montagem do próprio sistema colonial. Em 1535 Dom João III, o "rei colonizador" ordenou que, daquele momento em diante, os condenados ao degredo na ilha de São Thomé seriam, ao contrário, degredados no Brasil. O alvará de 6 de maio de 1536 acrescentou " que os moços vadios de Lisboa, que andão na ribeira a furtar bolsas, e fazer outros delictos, a primeira vez que fossem presos, se depois de soltos tornassem outra vez a ser presos pelos semelhantes casos, que qualquer degredo que lhes houvesse de ser dado fosse para o Brasil..." (apud PIERONI, 1999, p. 1).

Assim foi oficializado o degredo em terras brasileiras. Outro documento de 1549 ordenou sua transferência da ilha do Príncipe para o Brasil, que se tornou, ao lado da África, a

³²No livro de Laura de Mello e Souza: *Inferno Atântico - Demonologia e Colonização - séculos XVI-XVII*, São Paulo, Cia das Letras, 1993, a autora aprofunda a relação entre crenças religiosas e colonialismo.

colônia preferida de Portugal para funcionar como local de purgação dos pecados e das mazelas metropolitanas. Determinou-se³³ "que não partisse navio algum de Lisboa para o Brasil, sem o fazerem saber ao governador da casa do Cível, para lhe ordenar os degredados que cada navio devia levar..." (LIÃO, 1569 apud PIERONI, 2006, p. 31-32).

Essa prática não é aceita incondicionalmente. Duarte Coelho, donatário que se destacava pela eficácia e zelo com que administrou a Capitânia de Pernambuco ficou assustado com os deportados que chegaram em suas terras e escreve ao rei, em dezembro de 1546, implorando que não mais os enviasse: "Certifico a Vossa Alteza, e lho juro pela hora da morte, que nenhum fruto e nem bem fazem na terra, mas muito mal. Creia Vossa Alteza que são piores cá na terra que peste..."³⁴.

A forte presença de criminosos justifica o horror de Duarte Coelho em relação aos degredados, muitos dos quais fugiam para outras capitanias, sobretudo para aquelas onde os donatários não estavam fisicamente presentes (VARNHAGEN, 1981, p. 227-228).

Duarte Coelho lutava para mostrar que, se o Brasil podia "acolher os criminosos", isso não significava que nas capitanias devia reinar a insubordinação. Os delitos e malefícios cometidos e feitos haviam de ser punidos e castigados com razão e justiça e se de suas terras fugissem alguns malfeitores com temor de castigo ou vice-versa, esta tal liberdade e privilégio não deveriam valer (PIERONI, 2006, p. 34).

No século XVI, ainda se preferia o recurso ao degredo para as galés, fossem elas remos ou trabalhos forçados e a partir de 1606, começam a se suceder em progressão impressionante os casos de réus degredados para o Brasil: homens e mulheres acusados de judaísmo, bigamia, sodomia, blasfêmias, proposições heréticas, visões e feitiçaria (MELLO e SOUZA, 1993, p. 90).

³³Alvará de 31 de maio de 1535. Leis extravagantes collegidas e relatadas por Duarte Nunes do Lião per mandado do muito alto e poderoso Rei Dom Sebastião, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1569, p. 615.

³⁴ALBUQUERQUE, Cleonir X.; MELLO, José A G. Cartas de Duarte Coelho a el-Rei. Pernambuco: Imprensa Universitária, 1967.

Depois, os coutos metropolitanos e as ilhas Atlânticas, como é o caso do Arquipélago de Fernando de Noronha, seriam eleitos os locais privilegiados do degredo.

Esta mudança parece indicar, em Portugal, a passagem de uma política de aproveitamento dos desclassificados sociais e dos marginais em trabalhos forçados para uma política de aproveitamento destes mesmos elementos na lida ultramarina e na colonização do Novo Mundo. Metamorfoseando o ônus representado pela reprodução desta gente em utilidade efetiva ou potencial, a Metrópole portuguesa transformava suas colônias em cárcere dos delinqüentes. Desta forma, era uma das pioneiras em procedimento que, desde então, passaria a se generalizar entre os países senhores de possessões ultramarinas; andava ao lado da Inglaterra, talvez quem tenha aplicado o degredo com mais persistência e proveito (MELLO e SOUZA, 1993, p.90).

2.2 FERNANDO DE NORONHA: PARAÍSO INFERNAL

O arquipélago de Fernando de Noronha conhecerá também uma história polarizada entre paraíso e inferno. Retornando aos relatos é possível observar que apresentam esta oscilação, salientando suas características nada paradisíacas e, por exemplo, sua possível utilização como local de degredo. É o caso do português Melchior do Amaral, que em 1602 ao aportar na ilha constatou a presença de escravos e a descreveu como:

[...] **pequena, áspera e pedregosa, tem alguns regatas de água muito salobra e ruim**, e alguns arvoredos silvestres e tem uns de fruto, e muitos de algodão, e não ha nelas ervas algumas de comer; tem bom gado vacuum; cabras e porcos, tudo bravo e nenhum doméstico; [...] **Estavam trese ou quatorze escravos, machos e fêmeas, e com elles um homem português por feitor** (AMARAL, 1604?, p. 33, grifo nosso).

Dez anos depois de Amaral, a presença de uma pequena comunidade composta por um português e alguns índios, todos escravos, indícios da provável utilização de Fernando de Noronha como local de desterro ou degredo em 1612, mesmo sem a existência de nenhum ato oficial que assim a destinasse, também surge em D'Abbeville:

[...] aí encontramos muitos melões, gerimuns, batatas, ervilhas, favas e outros frutos excelentes, bem como grande quantidade de milho e de algodão, além de bois, cabras selvagens, galinhas comuns, maiores que as de França. [...] Como habitantes encontramos nessa ilha um português e desessete a dezoito índios, homens, mulheres e crianças, todos escravos e para aí exilados pelos moradores de Pernambuco. Parte desses índios foi batizada e dois deles casados depois de termos plantado a cruz no meio de uma capela que arranjamos para a celebração da santa missa. Tanto os pobres índios, como o português, tantas finezas receberam dos srs. De Rasily e de la Ravardiére que, ao saberem de nosso projeto de plantar no Maranhão a fé e a crença no verdadeiro Deus [...] **pediram com insistência para que os tirassem da ilha e os levassem com eles** (ABBEVILE, 1975, p. 47-49, grifo nosso)³⁵.

D'Abbeville refere-se ainda ao vigor e fertilidade local, no entanto, surpreende-se com a “malignidade” de uma das árvores mais notáveis dessa ilha, “um verdadeiro símbolo do pecado mortal”:

[...] Entre as árvores mais notáveis dessa ilha, **uma há muito bela e agradável de ver**; tem as folhas bem verdes e bastante **semelhantes às do loureiro**. Se por acaso as tocamos com a mão e em seguida levamos as mãos aos olhos, **sentimos uma dor violenta, tão aguda que por três a quatro horas perdemos o uso da vista**. [...] Ignorando a malignidade dessas árvores, muitas pessoas da nossa expedição **se viram extremamente atormentadas com as dores provocadas pelo toque involuntário das folhas**. [...] Trata-se em verdade de um **verdadeiro símbolo do pecado mortal, na aparência exterior agradável, sorridente, convidativo**; quando porém, tocado com a mão das obras e consentimento de uma vontade determinada, **faz perder a graça que é a vista da alma e provoca imediatamente uma dor viva, pungente remorso** (ABBEVILE, 1975, p. 48, grifo nosso).

Mas, no mesmo relato o capuchinho francês regozija-se com a bondade divina ao dispor, na mesma ilha, uma árvore que tem a propriedade de aliviar os malefícios da árvore do pecado mortal:

[...] No mesmo lugar se encontra **uma outra espécie de árvores, que a divina bondade aí colocou como antídoto, cujas folhas**, como se viu da experiência de alguém do nosso grupo, **têm a propriedade de acalmar essa dor e restituir a vista esfregando os olhos com ela** (ABBEVILE, 1975, p. 48, grifo nosso).

³⁵ Segundo COSTA (1985) a única lei pátria que autorizou o cumprimento de pena na ilha de Fernando de Noronha, foi a promulgada a 3 de outubro de 1833, designando-a para degredo dos fabricantes de notas, cautelas, cédulas e mais papéis fiduciários da nação ou de bancos. O decreto n. 2375 de 5 de março de 1859, fixou os casos em que os moedeiros falsos, condenados, podiam ser remetidos para a ilha. Os decretos n. 196 de 1 de fevereiro e n. 802-A de 4 de outubro de 1890, mandando recolher no presídio de Fernando de Noronha os moedeiros falsos e os contrabandistas, foram revogados pelo novo Código Penal, que não admitiu a pena de degredo, punindo a tais criminosos com a prisão celular.

Continuando a narrativa, o missionário, permeado pela religiosidade da época, faz referência a fato semelhante ao da árvore maldita, vivida pelo profeta Davi, além de apresentar várias analogias com o intuito de explicitar o perigo em afastar-se de Deus e da misericórdia divina:

[...] O profeta Davi falava por experiência, pois logo após haver tocado a árvore maldita, cheio de dor, dissera lastimando-se: [...] **Meu coração está perturbado, minha virtude abandonou-me e a luz de meus olhos já não está comigo. Essa dor pungente, esse agudo remorso jamais deixarão àquele que, pelo toque voluntário da árvore maldita, voluntariamente se priva da luz interior de sua alma, a menos que lance mão das folhas da verdadeira árvore da vida da Santa Cruz, folhas essas que são o mérito do Nosso Salvador, que na cruz sofreu curando-nos de todas as feridas dessa árvore do pecado, como se diz no Apocalipse [...] as fôlhas dessa árvore da Cruz destina-se à salvação e a cura dos gentios** (ABBEVILLE, 1975, p. 48-49, grifo nosso).

Claude D'Abbeville refere-se à Burra Leiteira (*Sapium scleratum*), que produz um látex cáustico capaz de provocar queimaduras graves no homem e nos animais³⁶. Outra interessante descrição desta árvore e seu males será feita duzentos e quarenta e nove anos depois, ao ser selecionada como um dos produtos “originais” da província de Pernambuco a figurarem nos Catalogos dos Productos Naturaes e Industriaes remetidos das provincias do Imperio do Brasil que figurarão na exposição Nacional inaugurada na côrte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861 (1862):

“D'entre os productos que nos forão remettidos da Ilha de Fernando de Noronha, **distinguem-se particularmente por sua originalidade os que caracterisão a arvore allí conhecida, de expontanea vegetação, pela denominação de — arvore da burra —**, os quaes reduzem-se ao leite, folhas, tronco e raizes da dita arvore. [...] Esta arvore tem propriedades que não devem passar em silencio, e que por certo nos parecem dignas de serios estudos. **D'entre ellas distingue-se a de seu leite, nocivo por tal fôrma, que a passagem do viandante a sotavento he sufficiente para produzir assaduras nos ante-braços e entre-pernas, ainda mesmo cobertos.** Este facto he por demais notavel nos animaes que circulão na Ilha e que se aproximão da dita arvore, queimando-os á tal ponto, que as partes atacadas jámais encabellão. **Essas assaduras, porém, não são mortaes, e, facilmente curaveis, cedem á applicação de algumas folhas da vinagreira.** Até hoje esta arvore só tem servido para o consumo ordinario, empregado como combustivel. Ao queimas exala vapores fetidos, e que offendem os olhos, sendo doloroso supporta-los [grifo nosso].

³⁶ A planta atravessa os séculos provocando admiração por suas características exóticas.

Cabe lembrar que, com relação à fauna, além da variedade e grande quantidade de pássaros já evidenciados, Claude D'Abbeville e outros viajantes fazem alusões a presença de animais danosos como os ratos, já discutidos. É o caso do alemão Joan Nieuhof³⁷, que permaneceu no Brasil de 1640 a 1649 a serviço da Companhia das Índias Ocidentais:

[...] No dia oito passávamos pela ilha Fernando de Noronha, **com tempo magnífico. Avistamos grande quantidade de pássaros e enormes cardumes de peixes voadores**, seguidos de perto pelo bonito e Koret. A Ilha Fernando de Noronha, situada a 4 graus de latitude sul e cerca de cinquenta milhas da costa do Brasil, foi habitada pelos holandeses, por volta de 1630, **mas, devido à grande quantidade de ratos que devastou todas as plantações**, fora abandonada pelos batavos alguns anos depois. A não ser isso é uma **ilha feracíssima e o mar em torno dela é tão piscoso** que os habitantes do Recife costumam ir lá pescar, voltando com os barcos abarrotados de peixe (NIEUHOF, 1981, p.27, grifo nosso).

Purgatório e degredo ajustam-se perfeitamente na lide expansionista levada a cabo por Portugal durante sua fase colonizadora, notadamente nos séculos XVI e XVII. A nível dogmático, o purgatório não foi definido pela igreja como um lugar preciso, mas apesar das reticências dos teólogos e da prudência da *Mater Ecclesia*, o seu bom êxito residiu na sua “especialização” e na aceitação popular que possibilitou o seu pleno desenvolvimento e sucesso. Para o homem comum era mais fácil entender o Purgatório associando-o a um espaço, um “lugar” (PIERONI, 1998, p. 5-6).

Mundo temporário, passageiro e purificador: o “terceiro lugar” segundo Lutero. É sob esta ótica mental que desembargadores e inquisidores encontram alguns dos argumentos para justificar a conversão das colônias portuguesas em verdadeiros “loais” de purificação dos desvios e improbidades existentes no Reino. Mundo imaginário tornado verdadeiro; estado espiritual que ocupou temporalidade e “especialidade” bem precisas no universo religioso do homem comum na época (PIERONI, 1998, p. 5-6).

Durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se uma justificação ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e

³⁷ Em sua Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil, Nieuhof apresenta uma das descrições mais fidedignas e autênticas da revolta luso-brasileira contra os holandeses.

do Purgatório. Aos poucos, o Brasil vai substituindo os locais para onde antes eram enviados os “criminosos” e mais tarde, Fernando de Noronha passa a ser um local para se cumprir pena, e sair recompensado uma vez purgadas todas as culpas. Céu e Inferno se alternam no horizonte da ilha, dando espaço para que se imiscuisse o Purgatório.

O trabalho árduo seria o caminho mais rápido para essa purgação e abriria as portas para o caminho dos Céus. No entanto, para aqueles que recusassem o trabalho sistemático, a colônia poderia se transformar de Purgatório em Inferno, com a perda definitiva da alma.

Portanto, conforme será apresentado a seguir o trabalho e a produção de riqueza eram a chave para alcançar a salvação, traduzindo-se, assim, o caráter capitalista da colonização que convivia pacificamente com a religiosidade.

2.3 A PERSPECTIVA HOLANDESA: ENTRE PARAÍSO E INFERNO, “UM MOUREJAR SEM FIM”³⁸.

O arquipélago de Fernando de Noronha, ao estar situado nas rotas das navegações para o Novo Mundo, para muitos abordá-lo era questão de sobrevivência. Não havendo providências para sua ocupação, figurou como alvo fácil das esquadras corsárias neerlandesas da Companhia das Índias Ocidentais que regularmente fizeram escala na Ilha. Água doce, madeira para suas caldeiras, tartarugas, aves, ovos e frutos para alimentos, ervas medicinais para tratamento de doenças faziam do lugar um remanso para reabastecimento das embarcações que singravam o oceano.

A história oficial do Brasil costuma omitir esta marcante presença holandesa em Fernando de Noronha. Segundo Marieta Borges Lins e Silva (2007, p. 61), de 1626, quando ali paravam “para se refrescar”, ao período de 1629 a 1654, se dá a efetiva posse holandesa.

³⁸ Expressão apresentada por Boogart (2005, p. 26) ao tratar dos cinco anos e meio de serviços prestados como chefe civil de Fernando de Noronha pelo holandês Willem Joosten Glimmer.

No entanto, essa presença, sempre esteve encoberta em uma névoa que tanto servia de refúgio à história quanto ao mito. A compilação de documentos esclarecedores como os relatos de vários viajantes que passaram pela Ilha e especialmente pesquisas documentadas recentes como a de Ernst van Den Boogart (2005) intitulado *Morrer e viver em Fernando de Noronha 1630-1645*³⁹, apontam para uma sucessão de fatos, registros, marcas iconográficas, todas de grande importância para a compreensão do papel da Ilha neste período. Portanto, é possível escrever um capítulo da conquista colonial de Fernando de Noronha da perspectiva holandesa, em especial no século XVII. Pretende-se traçar um contraponto à visão portuguesa dentro do tema Paraíso versus Inferno naquele arquipélago.

Marinheiros neerlandeses que tinham visitado os mares americanos já conheciam a ilha de Fernando de Noronha desde o começo do século XVII. Deste conhecimento provavelmente resultou a primeira representação iconográfica da famosa e importante ilha, “a notável vista, a vôo de pássaro, da Ilha de Fernando de Noronha, desenhada sobre o espaço vazio da América do Sul na carta de marear atlântica (1604) de autoria de Harmen Jansz” (GUEDES, 1990, p. 28) (Imagem 33).



Imagem 33: Carta do Oceano atlântico, Harmen Jansz (1604) – No detalhe, esquadra holandesa de quatro navios ancorada na Ilha de Fernando de Noronha

Fonte: GUEDES, 1990

Segundo Boogart (2005, p. 19) a tripulação da frota do almirante Heemskerck tinha-a descrito e desenhado minuciosamente e suas observações circularam entre os dirigentes e

³⁹Segundo Marcos Galindo (2005, p. 10) o artigo fartamente irrigado por fontes primárias, colhidas pelo autor nos arquivos da velha Companhia das Índias Ocidentais é certamente a mais completa e sistemática peça para se compreender a ocupação holandesa em Fernando de Noronha.

orientadores da expansão ultramarina neerlandesa. Hessel Gerritsz, o cartógrafo das Índias Ocidentais, copiou esses dados num manuscrito intitulado “Roteiro para os comandantes neerlandeses da expedição da conquista de Pernambuco em 1630”. Além de situar Fernando de Noronha no oceano Atlântico a 3 ½ graus de latitude Sul, na distância de 350 Km do cabo mais oriental do Brasil, este roteiro descreve com detalhes o relevo da ilha,

[...] Vista desde o mar apresenta-se primeiro como uma torre ou uma vela, à causa duma ponta alta de 321 metros sobre o nível do mar. Aproximando-se mais a ela distinguia-se a oeste dessa ponta uma série de rochas, cujo conjunto dava à ilha o aspecto duma igreja com uma torre. Estava rodeada de ilhotas e recifes. Só poucos lugares ofereciam bons ancoradouros. O melhor sítio achava-se em frente da baixa costa norte de dunas de areia e rala vegetação (GERRITSZ, 1630 apud BOOGART et al, 2005, p.20).

Na época de Gerritsz a ilha estava deserta, mas não era inabitável e nos rochedos podiam ser encontradas cavernas para abrigar-se ou ocultar-se dos olhos inimigos. A fauna era abundante e esperava pelo homem faminto, a hidrografia possuía vários riachos de água doce e poucos ancoradouros. Com relação às intervenções dos portugueses no local, o autor faz alusão às plantações de abóboras e jerimuns e à introdução de gado, bodes e cabras, destacando a proliferação descontrolada destes animais (BOOGART, 2005, p. 20).

Ao analisar a narrativa de Gerritsz em busca de elementos edênicos que pudessem denunciar sua influência no imaginário batavo, percebe-se que, apesar de alguma feição de Paraíso que pode ser relacionada aos itens: “sítio elevado”, “boa hidrografia” e fauna abundante”, há uma mudança de foco com relação ao teor da descrição. Contudo, é claro o caráter investigatório e prático, sendo constante a preocupação em verificar as potencialidades e deficiências da Ilha de Fernando de Noronha se esta viesse a servir como local de provisão ou refúgio ideal em caso de emergência.

Segundo Zumthor (1989, p. 313-328) a mentalidade do cidadão holandês naquela época pressupunha a auto disciplina e a crítica do seu próprio trabalho, que deveria ser feito com dedicação e consciência para levar a um resultado eficiente. Neste contexto, as novas

descobertas científicas, as conquistas das terras além da Europa, acabaram sendo avaliadas como uma resposta de Deus à humanidade. Cabia ao homem desse momento recriar o “novo mundo” conforme a imagem e semelhança ao criador de todas as coisas: Deus.

De início os holandeses não consideraram colonizar o arquipélago de Fernando de Noronha, a ilha era tida apenas como local de provisão e tratamento de convalescenças de seus soldados.

Joan de Laet, em História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636 descreve o episódio em que o almirante Piet Pieterz Heyn, em 1627, ao saber da notícia de que São Salvador havia sido tomada à viva força e mortos todos os seus, determinou seguir para a Ilha de Fernando de Noronha, onde faria provisão de água e lenha:

[...] Quando a avistou, a ilha representava à vista umas sete ou oito ilhazinhas, semelhando uma delas uma torre de alta, de través com a qual o fundo é mui sujo. A aguada é um tiro de colubrina a leste deste monte, mas é incomodo faze-la, porque, a respeito do embate do mar, é preciso levar e trazer os barris pelo rolo das águas. A ilha demora em altura 3° 40' à banda sul; **tem muitas cabras, rolas, vários legumes, e o mar é mui piscoso. Mandou para terra firme os prisioneiros portugueses na chalupa, e partiu a 23.** (LAET, 1644, p.119, grifo nosso)⁴⁰.

Ainda segundo Souza-Leão (1973, p. 34) em 1628, o capitão Cornelis Jol, “o Perna de Pau”, com o objetivo de interceptar navios portugueses que partiam de Pernambuco, aportou na ilha os iates Otter e Hawick, e tendo capturado uns escravos de Angola, lá deu início a plantações. No entanto, Jol foi desalojado em fins de 1629, a mando de Mathias de Albuquerque, pelo Sargento-Mor Rui Calaza e seu contingente armado, que regressou ao continente em 1630 com sete prisioneiros.

Em Memórias Diárias de la Guerra del Brasil, 1630-1638, uma das principais fontes portuguesas sobre o domínio holandês, Duarte de Albuquerque Coelho narra o fato de

⁴⁰ In: FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira. 1. Ed. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD – ROM.

Cornelis Jol ter aportado em Fernando de Noronha e sido surpreendido por tropas portuguesas. Este relato confirma o desenvolvimento da cultura da mandioca entre outras e a existência de uma bateria holandesa na ilha:

[...]Pela manhã, se fizeram de vela e os nossos executaram o que lhes foi incumbido, que era nulificar o que eles tivessem feito; e **constava de uma bateria capaz de oito peças**, que ainda não tinha, e quatro povoações, duas onde eles se recolham quando estavam em terra, e duas de negros que haviam capturado em um navio de Angola, os quais tinham **já plantado muita mandioca; é a mandioca um raiz semelhante ao nabo, mas comprida, e de cuja massa se prepara a farinha que supre o pão e é o alimento principal do Brasil. Havia também plantados e nascidos muitos legumes e tabaco**. Tudo isto os nossos destruíram, tomando alguns negros; porque a mor parte se acoitou nas altas serras da ilha (COELHO, 1654, p.13-15, grifo nosso).

Ainda dentro de uma perspectiva da construção do paraíso que explica o trabalho, pode-se lembrar de um outro uso agrícola na Ilha de Fernando de Noronha que foi o estabelecimento da cultura do anil⁴¹ pelo representante da W.I.C. Gillis Venant. Para tal fim o Diretório adiantou 23.000 florins. Como as plantas que cresciam agrestes no continente não lhe pareceram boas, Venant adquiriu belos exemplares nas Ilhas Ocidentais e em junho de 1644 mandou plantá-los em seus campos de cultura e seis meses depois enviou as primeiras amostras do produto para a Holanda, cerca de 80 libras. Pouco antes de arrebentar a revolução, numa carta de teor muito otimista, manifestou a convicção de que, em tempo que já se divisava, o anil de Fernando de Noronha poderia fazer competência ao seu similar nas Índias Ocidentais (WÄTJEN, 2004, p.443).

Quando da dominação do Recife, em fevereiro de 1630, os neerlandeses depararam-se com muitos problemas. Os portugueses sabiam como impedir que os invasores penetrassem no interior. Durante três anos, eles encerraram quatro mil soldados, perto de dois mil marinheiros e várias centenas de funcionários civis no Recife diante do delta pantanoso

⁴¹ O anil dentre todas as tinturas é a mais velha a ser usada para tingir tecidos. O anil ou Índigo é um corante, extraído da anileira, empregado para tingir fios de algodão sendo comercializado na forma de pó ou grãos. Existem mais de trezentas espécies de *Indigofera* no mundo, porém no Brasil há apenas três espécies da planta do anil: *Indigofera Suffruticosa*, *Indigofera Truxillensis* e *Indigofera Hirsuta*. Todas são daninhas, isto é, “grupos de plantas silvestres [não cultivada pelo homem] que crescem espontaneamente em todos os solos agrícolas e em outras áreas de interesse do homem (...)” (LORENZI, 2000 apud PESAVENTO, 2005, p.11)

dos rios Capibaribe e Beberibe. As tropas batavas sofreram muito. As reclamações sobre a falta de víveres eram um refrão constante nas cartas mandadas do Recife à pátria. No início as cargas humanas dos navios negreiros portugueses capturados ainda eram entregues no Recife, na esperança da rápida conquista dos distritos açucareiros (BOOGAART, 2005, p. 21). Impossibilitados de alimentar essa gente adequadamente, Fernando de Noronha parecia oferecer algum alívio.

Gonsalves de Mello em *Tempos dos Flamengos* refere-se ao episódio em que Waerdenburch, Governador e Chefe das tropas por parte da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em Olinda, empregou a ilha como local de convalescenças e tratamento dos seus homens. Em umas das “Instruções” de dezembro de 1630, ordenou a Jean Lormière a ir no navio *Meerminne*, “à ilha Fernando ou Pavônia”⁴² levar os soldados doentes, que ali deveriam ser tratados: “para lá proporcionar-lhes refresco”. E não somente soldados: muitos negros atacados de escorbuto foram levados para a ilha para tratamento. E que a estada no local valeu a muitos, confirma uma carta de Jan Mast: no *yacht* Rotterdam voltou da ilha Fernando uma grande parte da tropa e dos marinheiros que havia sido enviada em consequência do escorbuto e a maioria se apresenta com a robustez anterior (MELLO, 1978, p.44). A ilha, que com sua fecundidade, salva os homens.

Nos três primeiros anos da conquista do nordeste brasileiro pelos holandeses, abundam as informações sobre o escorbuto. Quase não há carta oficial ou particular que não descreva aos chefes dos batavos a lastimosa situação dos invasores (MELLO, 1978, p. 42). Joan de Laet também se refere ao escorbuto quando o *commandeur* Sicksz depois de obter poucos legumes para refrescar sua gente na ilha de Santo Aleixo, assentou seguir com o *Dolphinjn* para a ilha de Fernando de Noronha:

⁴²Michiel de Pauw recebeu a ilha de Fernando de Noronha da Companhia das Índias Ocidentais, permanecendo como donatário da região por aproximadamente um ano. Durante esse tempo, mandou para ilha um governador, um capitão dos pretos, plantadores, e alguns militares. (BOOGART, 2005, p.23)

[...] O commandeur Sickesz chegou à Ilha de Fernando de Noronha a 26 de junho, e nela se estabeleceu bem depressa a sua gente. Deteve-se aí até ao ultimo dia de julho, e, como se lhe não fizesse encontradiço nenhum dos navios, resolveu ir-se de novo à costa do Brasil, e, tendo deixado em terra cartas de aviso, levantou ferro na entrada de agosto (LAET, 1644, p.197).

Em outubro de 1631, a Câmara de Amsterdã ficou encarregada da responsabilidade pela ilha de Fernando de Noronha e mandou Willem Joosten Glimmer para governá-la em seu nome. Apesar dos esforços e das lutas para expulsá-los, os holandeses construíram moradias e armazéns, gerando uma pequena ocupação em Fernando de Noronha. Estabeleceram a criação de animais (porcos, cabras e galinhas) e alimentos (fumo, mandioca e algodão), vindo a possuir um “jardim” ou horta⁴³.

Souza-Leão (1973, p. 34) refere-se à possibilidade desta horta ser o chamado “Jardim Elizabeth”, indicado no mapa *Fernando de Noronho*, Anônimo (c. 1750), provável variante da Carta de Keuler (1717) como área de aclimação de flores, plantas e hortaliças (Imagens 34-38). Foi também a "Horta da Vila", pensada para abastecer a localidade de produtos agrícolas⁴⁴.



Imagem 34: Fernando de Noronha, Anônimo (c. 1750), provável variante da Carta de Keuler (1717). No detalhe o Jardim Elizabeth

Fonte: <http://www.swaen.com/item.php?id=3912>, 2009

⁴³ A câmara obrigou-se a cumprir os contratos fechados com o “governador, capitão dos negros, plantadores de tabaco e militares nela”. Parece, portanto, provável que lá tenham vivido tantos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais como alguns colonos particulares. Ao lado desses brancos provavelmente também houve alguns militares. Até mandaram construir o fortim Seeburgh. (BOOGART, 2005, p.24)

⁴⁴ Segundo Silva (2007, p. 93) o Jardim Elizabeth era o local de experimentação de culturas, sobretudo o anil. Este local foi escolhido para esta função devido ao Riacho Mulugu que corta a área, fornecendo irrigação. O Riacho Mulugu é formado pela água da chuva que absorvida pelo solo volta à superfície através de um olho d'água dentro do Jardim Elizabeth. Em um período mais recente, o Jardim foi aproveitado como horta da vila, depois da ocupação portuguesa (a partir de 1737). As construções históricas como a cacimba, a ponte, o banco e a própria rua de acesso datam desta época.



Imagem 35: Localização do Jardim Elizabeth

Fonte: http://www.pousadadovale.com/txt_historia01.asp, 2009



Imagem 36: Ponte e banco de 1737 – Jardim Elizabeth

Fonte: http://www.pousadadovale.com/txt_historia01.asp, 2009



Imagem 37: Rua de Pedra de 1737 – Jardim Elizabeth

Fonte: Autora, 2005



Imagem 38: Cacimba do Jardim Elizabeth

Fonte: Autora, 2005

Nas terras nórdicas, o sucesso do domínio sobre as águas por meio de diques e *polders* (terra conquistada do mar) criando novos lugares de viver onde antes estava o mar; o desenvolvimento das técnicas de jardinagem que se tornou uma tarefa para o arquiteto e matemático visando garantir aos espaços humanos dimensões proporcionais, simétricas e exatas conforme as leis de harmonia, tornando a casa, o jardim e a paisagem uma só unidade; davam aos holandeses a sensação de poder observar melhor o próprio Criador a partir dos resultados dos seus esforços pessoais (ZUMTHOR, 1989, p. 365 - 369)⁴⁵.

⁴⁵ Segundo Chevalier & Gheerbrant (2009, p. 514-515), o jardim aparece muitas vezes nos sonhos como a feliz expressão de um desejo puro de qualquer ansiedade. É ele o sítio do crescimento, do cultivo de fenômenos vitais e interiores. O fluxo das estações se cumpre por meio de formas ordenadas e a vida e sua riqueza tornam-se visíveis da maneira mais maravilhosa.

Portanto a idéia de implantar um jardim na ilha de Fernando de Noronha, ou pelo menos o uso da denominação “jardim” dá pista para inferir uma postura diversa da portuguesa com relação à ilha. Mas este jardim não será instalado facilmente. Ao governo de Glimmer e seus sucessos e insucessos em termos de exploração agrícola refere-se Wätjen (2004) em O Domíno Colonial Holandês no Brasil:

[...] Sabe-se com certeza que o Conselho dos XIX em 1631 encarregou a Câmara de Amsterdã de cuidar de Fernando de Noronha. Com o auxílio de escravos negros capturados deu-se início na ilha ao **plantio de fumo e algodão, bem como a criação de aves domésticas, carneiros, porcos e gado. Nenhum resultado, porém se obteve, pois uma terrível praga de ratos aniquilou quase todas as culturas.** Não admira, portanto, que as notícias do comissário enviado de Pernambuco para lá fossem verdadeiramente desanimadoras. Ele conseguira, é certo, dar de novo andamento aos trabalhos; mas anos se passariam antes que o capital invertido em Fernando de Noronha pudesse render juros (WÄTJEN, 2004, p. 127-128, grifo nosso).

Em carta enviada ao Conselho dos XIX em fevereiro de 1634, Willem Joosten Glimmer depois de um ano e meio como chefe do governo civil de Fernando de Noronha realiza um balanço acerca do esforço em explorar o local e chega à conclusão que a dificuldade: “é causada pelo grande numero de ratos, vermes e insetos que a infestam, de modo que em todo o tempo da minha estada ali, nunca pudemos obter sustento necessário para viver” (MELLO, 1987, p. 196).

De acordo BOOGAART (2005, p.24) é bem provável que além dos brancos, funcionários da Companhia das Índias Ocidentais como alguns colonos particulares, também viveram na Ilha de Fernando de Noronha, alguns militares que mandaram construir o fortim Seeburgh, também conhecido como “Ancien”⁴⁶ (Imagens 39 e 40).

⁴⁶ De acordo com os documentos analisados, os holandeses foram os primeiros a fortificar a ilha de Fernando de Noronha. Duarte de Albuquerque em Memórias Diárias da Guerra do Brasil ao tratar da expulsão dos batavos da ilha, cita que em 1629, estes construíram uma “bateria capaz de oito peças” (ALBUQUERQUE, 1654, p. 471). Já Pereira da Costa (1887) afirma que a “primeira fortificação que houve em Fernando de Noronha foi feita pelos holandeses em 1646”. Acrescenta ainda “era um reduto, cuja artilharia e munições de guerra seguiam do Recife naquele mesmo ano, no iate Tonyn”. O mesmo autor, contudo, ao se referir, ainda, à presença dos batavos na Ilha, diz não constar que os mesmos tivessem feito coisa alguma de importância durante sua permanência.

Boogart (2005, p. 24) trata de documentos da Companhia das Índias Ocidentais de 1634, os quais se referem à construção do Fortim Seeburgh pelos holandeses na Ilha de Fernando de Noronha: ARA, OWIC50, Willem Joosten Glimmer ao Conselho Político 09/02/1634.

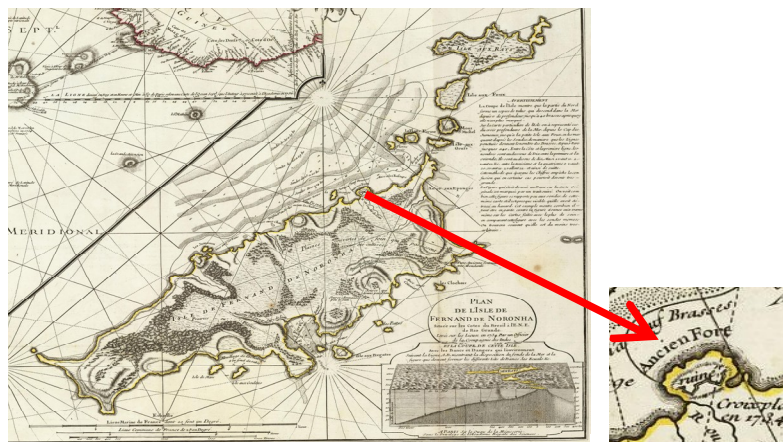


Imagem 39: Referência ao Ancien Fort, que seria o reduto holandês. L'Océan, Fernand de Noronha. Carta gravada publicada em 1738, baseada em informações colhidas em 1734. Philippe, Buache, primeiro cartógrafo do rei da França.

Fonte: <http://www.davidrumsey.com/maps1080057-25816.html>, 2009

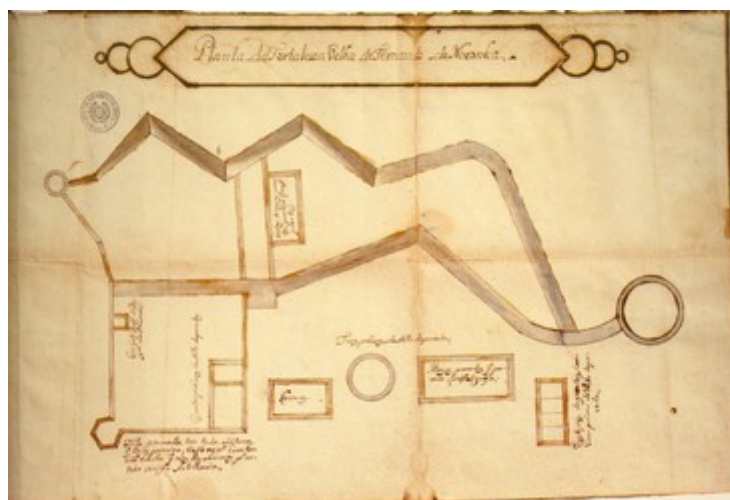


Imagem 40: Planta da Fortaleza Velha de Fernando de Noronha, s.d.

Fonte: Arquivo Público Estadual João Emereciano – APEJE/PE, 2006

Entre fins de 1635 e 1645, a atitude neerlandesa mudou em Fernando de Noronha, como também mudou sua ocupação. A Companhia não quis que a ilha se despovoasse. Glimmer permaneceu lá com algumas pessoas, mas em 1637 pediu demissão de seu cargo. Voltou ao Recife com alguns brancos e onze escravos adultos da Companhia com quatro filhos (BOOGART, 2005, p. 25).

Depois de cinco anos e meio de governo, em março de 1638, em relatório enviado ao Conselho dos XIX, Glimmer descreveu que sua estadia na ilha tinha sido “um mourejar sem fim”. Regularmente as colheitas eram devoradas por ratazanas e pragas de lagartas. Os

colonos durante mais de um ano foram forçados a contentarem-se com peixes, camarões, ratazanas, gaivotas, ovos, gerimuns e figos silvestres que a ilha produzia. Apenas no ano de 1637, com uma povoação de seis brancos e vinte e um negros – tinha sido bastante razoável, pelos grandes esforços de todos os presentes. “Acreditava que a ilha prestava unicamente como lugar de desterro para bandidos e gatunos” (BOOGAART, 2005, p. 26).

Sobre o tema do desterro, durante muito tempo, a Companhia não aproveitou a ilha como reformatório, só em janeiro de 1645 decidiu mandar para lá alguns degredados. Os novos habitantes chegaram no primeiro iate que veio do Recife no período de sete anos, provavelmente navegando em fevereiro e março deste ano⁴⁷ (BOOGAART, 2005, p. 26).

Ao final deste mesmo ano, a população dos territórios no continente ainda sob o comando da Companhia das Índias Ocidentais, se compunha de mais de 1.200 homens. O abastecimento de uma concentração tão grande de pessoas no Recife e em algumas ilhas pantanosas rapidamente chegou a ser crítico, conseqüentemente, o governo colonial holandês decidiu provisoriamente não admitir o desembarque de escravos no Recife. Os dois navios negreiros que ainda chegaram lá, durante os primeiros meses do ano seguinte, foram expedidos para Fernando de Noronha (BOOGAART, 2005, p. 26).

Em 1646, lá desembarcaram negros de Angola e de Arder, que durante os quatro anos seguintes, compuseram a população da ilha juntamente com alguns escravos sobreviventes, que antes de 1635, haviam sido trazidos à Ilha e poucas dezenas de funcionários da Companhia, soldados, colonos particulares e degredados (BOOGART, 2005, p. 27-32).

À chegada de Gillis Venant em Fernando de Noronha (1646) e ao desterro de malfeitores para aquela ilha também se refere Joan Nieuhof:

⁴⁷ Uma carta de Johan Huberts, o capitão dos negros, dá uma impressão da vida na ilha durante os sete anos transcorridos, narrando a invasão da ilha por dois iates vindos da Bahia que saquearam a aldeia e destruíram o fortim. Segundo Boogart (2005, p. 27) a povoação se compunha de 34 indivíduos, dos quais dois brancos que, por falta de roupa, andavam como selvagens.

[...] Pouco tempo depois o Conselho do Brasil despachou para lá uma leva de negros sob as ordens de um tal Gillis Venant, **com objetivo de cultivar a terra para sua subsistência; e assim, lá viveram os pretos algum tempo.** Ano e meio depois o Conselho de Justiça **desterra para aquela ilha diversos malfeitores que também receberam petrechos com que cultivar a terra e prover seu sustento** (NIEUHOFF, 1981, p.27, grifo nosso).

Em 1646, chegaram víveres na Ilha para dois meses, depois de pouco tempo Venant já noticiava a escassez de alimento. Por causa da seca, os habitantes tinham falta de batatas, a pesca também não rendia nada. E neste caso extremo, os ratos eram a solução. Em carta ao Conselho dos XIX, Gilles Venant diz que “em consequência da seca não se consegue fruta alguma nem se consegue pescar, de modo que os negros andam comendo tantos ratos que nem 2000 gatos conseguiriam apanhar todos” (BOOGART, 2005, p.32).

Em 1647 e 48, a agricultura e a criação de gado miúdo pareciam ter sido mais rendosas, mas a situação sanitária dos escravos permanecia precária. Em janeiro de 1649, Venant pediu conselhos sobre o que devia fazer com os negros fracos e doentes. Nesta época a subnutrição e, possivelmente, as doenças contagiosas ocasionaram uma mortalidade muito elevada (BOOGAART, 2005, p. 32).

Frei Manuel Calado em Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade também descreve esta prática dos holandeses enviarem negros para a Ilha mas seu relato reafirma o caráter pródigo ao referir-se a sua riqueza e potencial estratégico:

[...] pelo que os holandeses mandaram a muitos deles [negros congos] para a Ilha de Fernando de Noronha, aonde já tinham a outros muitos, por não terem no Recife com que os sustentar. **E que também tinham na dita ilha muita riqueza de fazendas preciosas, para a irem ali tomar com suas naus se vissem em algum grande aperto e caminharem dali para suas terras** (CALADO, 1648, p.659, grifo nosso).

O governo colonial duvidava da necessidade de continuar ocupando a Ilha e assim pediu ao Conselho Fiscal que contabilizasse a balança de receitas e despesas. Durante os três anos que se seguiram à segunda Batalha dos Guararapes, o governo civil permitiu cada vez

mais o estabelecimento de colonos particulares⁴⁸, além de enviar alguns degredados e escravos da Companhia à ilha.

Em setembro de 1650, o governo quis ligar os colonos particulares de Fernando de Noronha ao Brasil, prestando-lhe alguma ajuda que veio na forma de distribuição dos escravos da Companhia pelos cidadãos livres adultos da Ilha. A transação foi concebida como venda a prazo que os colonos deveriam resgatar dentro de dois anos, acertada em 250 florins por cada escravo adulto, e 124 florins por um escravo adolescente, convertido a preços fixos no fornecimento de galinhas, milho, feijão à Companhia das Índias Ocidentais, no Recife (BOOGART, 2005, 33-34).

Sob o novo regime de Johan Hoeck, antes *escoltero* no Rio Grande do Norte e, desde o fim de 1650, comandante da Ilha, essa medida parece ter resultado inicialmente num maior fornecimento de víveres. Um ano depois, a situação era diferente, e Hoeck notificou à administração do Recife que os devedores só tinham condição de pagar apenas a parte do milho, porque o feijão havia sido devorado pelas lagartas (BOOGART, 2005, 33-34; SILVA, 2007, p. 66).

Mas novamente ressaltando a importância da organização e da idéia da participação para efetivar uma ocupação ao “modo holandês”, o governo colonial esperava formar na Ilha uma sociedade permanente de cidadãos livres ou, pelo menos, causar tal impressão. Elegeu dentre eles sete vereadores e um secretário, provavelmente os mais produtivos, levando em conta a proveniência deles. Também atendeu à solicitação do comandante Hoeck para que se enviasse um pastor para batizar as crianças da Ilha (BOOGART, 2005, p. 35). Silva (2007, p. 66) também se refere a *Dag Notule*⁴⁹ de 1º de fevereiro de 1652, que trata do atendimento ao

⁴⁸ Os colonos particulares pertenciam à categoria mais pobres dos cidadãos livres do Brasil Holandês do período anterior à rebelião dos portugueses (BOOGART, 2005, p. 34).

⁴⁹ Notas diárias enviada a Cia das Índias, como relatórios dos acontecimentos de Pernambuco.

pedido do comando da Ilha enviou o Pastor Polhemius para batizar as crianças e realizar casamentos na Congregação Reformada existente.

Durante esses últimos anos, os escravos formaram um grupo mais heterogêneo do que antes e em nenhum momento as relações entre brancos e negros se deram sem tensões; todavia alguns escravos optaram por uma atitude de fidelidade para a Companhia. Contudo não faltam sinais de que, por vezes, as relações entre pretos e brancos chegaram a ser seriamente perturbadas (BOOGART, 2005, 35-36).

Mas as tentativas de organizar e implantar a religião reformada não impede a ocorrência de fatos sombrios. Em outubro de 1652, Hoeck descobriu uma traição terrível, dirigida contra todos os brancos da ilha. Alguns negros tinham conjurado massacrá-los numa só noite. Mandou os nove chefes da conspiração ao Recife para serem julgados. Três deles foram condenados a serem esquartejados vivos, três a mesma pena depois de estrangulados. Duas dessas execuções se realizaram no Recife, duas em Itamaracá, e duas em Fernando de Noronha. Um escravo foi remetido a ilha para ser interrogado mais minuciosamente; outro foi considerado inocente; e o escravo que denunciou a conspiração foi gratificado (BOOGART, 2005, p. 37).

A este episódio também se refere Gonçalves de Mello em Tempos dos Flamengos. Segundo ele:

[...]A sublevação ocorreu em 1652, parece que causada pela fome. Projetavam os negros matar os poucos brancos que lá estavam. O governo holandês, avisado, aprisionou os cabeças, em numero de seis, que foram condenados a serem esquartejados vivos. Dois deles foram mortos no Recife, dois em Itamaracá e dois em Fernando “para que o castigo servisse de exemplo” (MELLO, 1987, p.195-196).

Boogaart (2005, p. 38) questiona a possibilidade desta rebelião ter sido causada pela fome, já que em períodos anteriores a penúria teria sido bem mais expressiva. Talvez a recente distribuição dos negros entre os cidadãos livres e o regime mais severo e condições de trabalhos mais duras tenham provocado esse levante. Ao mesmo tempo a denúncia da

conspiração demonstra que parte dos negros não concordava com o derrubamento violento do regime dos brancos achando-o arriscado demais.

É explícito o caráter de exclusão e degredo que marca a ocupação de Fernando de Noronha. Poucos eram os que lá permaneciam por livre vontade, a não ser os condenados à pena de morte, já que era concedido a alguns a opção de cumprirem suas penas na ilha. Este foi o caso do índio tupi Carapeba⁵⁰ que lá estava degredado e foi colono particular, categoria mais pobre dos cidadãos livres do Brasil holandês do período anterior à rebelião dos portugueses (BOOGAART, 2005, p. 34).

Não se sabe exatamente como e quando o domínio neerlandês sobre Fernando de Noronha acabou. Peter Hansen Haystrup, soldado da Companhia que do Rio Grande que se refugiou na ilha de Martinica, deixou registrado que, no dia 20 de março de 1654, lá chegou um iate proveniente da ilha “Ferdinande, situada a uma distância de 7 [70] milhas do Rio Grande, com toda a gente que nela havia num total de 270 pessoas”⁵¹.

Depois da retirada a ilha ficou despovoada até o período da breve tentativa de ocupação pelos franceses (1737 – 1738), depois da qual começou sua longa trajetória como colônia correcional portuguesa. Durante muito tempo, ao contrário dos dias atuais, os homens só viviam forçadamente em Fernando de Noronha. Como disse Boogaart (2005, p. 39): “Geralmente, para a maioria deles, a vida apenas se diferenciava da morte”.

Para o pensamento religioso daquela época, arrepender-se foi sempre uma condição extremamente necessária para a salvação. O degredo como estado de sofrimento representava um possível instrumento de expiação das faltas. Não seria absolutamente possível purificar-se sem uma penitência cuja função, se sincera, possibilitaria o retorno do espírito e do coração a

⁵⁰ Anteriormente, Carapeba fora capitão de mais de 500 índios das aldeias de Paraíba e Itamaracá, que tinham permanecido fieis aos holandeses depois de 1645. Em 1648, eles se estabeleceram na parte ocidental de Itamaracá. Foi lá que bêbado se desentendeu com seu alferes Salvador e o matou. Por este ato, perdeu a confiança dos habitantes da aldeia, e julgado pela corte marcial foi condenado a morte. No entanto, o governo da colônia, talvez por certa “gratidão”, preferiu degredá-lo a Fernando de Noronha. (BOOGAART et al., 2005, p. 33).

⁵¹ Frank Ibold, Jens Jäger, Detlev Kraack, eds., *Das Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624 – 1672)*, Neumünster apud Boogaart et al. *Viver e Morrer no Brasil Holandês*.

Deus. A penitência nesta ótica significava acesso à conversão. A metanoia⁵² necessária para entrar no reino de Deus e do rei: “Fazei penitência porque está próximo o reino dos céus” (MATEUS, 3, 2). A penitência implicava a disposição do coração a detestar o pecado cometido e continuar a caminhar na vida da conversão (PIERONI, 1998, p. 11).

Muitos degredados não pensavam senão em retornar ao Reino. Da colônia arquitetavam, de todas as formas, seus planos para conseguirem a comutação ou o perdão do degredo. Estavam com o corpo no Purgatório, mas o olhar fixo no Paraíso. Purgavam seus pecados no fogo temporário da Colônia e sabiam que existia uma possibilidade de um dia voltar para a tão sonhada Metrópole.

2.4 ÉDEN INTERIOR X ÉDEN EXTERIOR

Sérgio Buarque de Holanda no já mencionado Visão do Paraíso, aborda as distintas possibilidades de manifestação subjetiva renascentista, através da comparação entre os diferentes modos como os portugueses e espanhóis expressavam a sua crença no mito do Paraíso Terrestre na América. Identificar portugueses e espanhóis através de uma *forma mentis ibérica*, para em um segundo plano matizar essa *forma mentis*.

Segundo Holanda (1996, p.11-13) embora portugueses e espanhóis cultivassem, em um primeiro momento, a expectativa de encontrar o Éden bíblico nas terras do Novo Mundo, a experiência da conquista e da colonização fez divergir a relação que cada um dos colonizadores estabeleceu com o mito. Os espanhóis, para quem a fantasia, a magia e os ideais abstratos ocupavam um lugar central na relação com a realidade empírica, confirmaram a expectativa inicial. Os portugueses, ao contrário, imbuídos de realismo e sobriedade adaptaram-se com presteza à experiência imediata, concreta e plausível da realidade e, para tanto, despojaram o mito dos seus aspectos fantásticos e sobrenaturais.

Os portugueses aderiam à experiência inédita da natureza e da vida no Novo Mundo,

⁵² Segundo Pieroni (1998, p. 11) Metanoia, do grego *Meta* = idéia de conversão; *Nous* = pensamento. Mudança de espírito

muitas vezes em detrimento de uma outra experiência, aquela que era sinônimo de tradição, a experiência herdada das gerações anteriores e que incluía a crença no mito. Sem dúvida, eles apreendiam essa experiência inédita através das suas categorias tradicionais e identificavam no novo o já conhecido (MELLO, 2006, p. 14).

Como os demais povos conquistadores, os portugueses nutriam a esperança de que o novo continente pudesse ser identificado com o Éden descrito nos textos clássicos, nas Sagradas Escrituras e nos textos de seus exegetas medievais. A forma peculiar com que essa esperança é confrontada com a experiência empírica da colonização da América portuguesa põe em relevo mais uma vez, na análise de Sérgio Buarque, a plasticidade⁵³ que caracteriza o que o autor denomina de *forma mentis* dos conquistadores e colonizadores lusitanos.

Quanto à prática da colonização adotada na América, os portugueses lidaram com ela de maneira bastante “naturalista”, vale dizer, não procuraram impor a ela, rigidamente, as crenças, imaginações e idealizações abstratas e preconcebidas. Seu ajustamento e aderência permitiram que a obra colonizadora se amoldasse à paisagem simultânea e reciprocamente, podendo ser representada graficamente como uma fina camada plástica, maleável e aderente que recobre de forma justa a nova paisagem (MELLO, 2006, p. 22).

Já os colonizadores puritanos como os anglo-saxões e holandeses promoviam uma “internalização” do mito edênico. E o mito funcionava como um símbolo dos valores e princípios puritanos internalizados. Portanto, tal como esses valores e princípios, o Éden tinha de ser “imposto” ao mundo. De certa forma, a conquista do Novo Mundo foi transformada em um experimento, buscando fazer deste mundo imperfeito, mas agora controlado pela ciência e pela razão, um novo Paraíso terrestre, no molde daquele descrito pelas Sagradas Escrituras.

⁵³ Segundo Mello (2006, p. 17-18) Entenda-se por plasticidade a capacidade, ou melhor, a especial habilidade de adaptar-se, adequar-se, amoldar-se seja ao novo, às circunstâncias, ao inesperado, seja mesmo ao paradoxo resultante do choque entre tradições adventícias e a experiência concreta do Novo Mundo. Esta maleabilidade que caracteriza os conquistadores e os primeiros povoadores portugueses da América tem como consequência a adesão ao real, ao concreto, ao imediato, por um lado, e por outro, ao rotineiro, àquilo que oferece e ensina a experiência.

Entre os povos ibéricos, ao contrário, o Éden é externo, vale dizer, encontra-se *a priori* no mundo e não no coração dos homens. No caso dos colonizadores espanhóis, o idealismo se manifesta na coincidência entre mito e experiência empírica. Ainda que pretendam submeter o mundo ao seu ideal, este mundo não é campo de experimento. Já entre os portugueses, a experiência contradiz a crença no mito, mas, ao contrário do que ocorre entre os colonizadores puritanos, não há a tentativa de impor o mito ao mundo. Experiência e mito convivem de forma contraditória, mas, ao mesmo tempo, pacífica (MELLO, 2006, p.16).

Enquanto os ibéricos alimentam a expectativa de achar o paraíso terreal na geografia do novo continente, os puritanos propõem-se a construir, através do seu trabalho em prol da glória divina, o Éden na “selva e deserto” que constitui as terras americanas:

Assim, se os primeiros colonos da América Inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico, os da América Latina se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se ofereceria sem reclamar um labor maior, mas sim como um dom gratuito (HOLANDA, 1996,p. XVII).

A noção de “dominação racional do mundo” funciona como o contraponto da subjetividade ibérica apresentada por Sérgio Buarque. A idéia de que, ao contrário do colonizador ibérico, o colono puritano ambiciona construir o Paraíso ao invés de simplesmente encontrá-lo, é compatível com a idéia de um Deus transcendente e, por conseguinte, trabalha com diligência e um exacerbado autocontrole, dispondo da sua vocação e de seu saber especializado para impor ao mundo as leis divinas. A *forma mentis* ibérica está em acordo com a idéia de fruição do mundo, idéia que pode ser oposta ao esforço diligente, dominador e construtor relacionado ao protestantismo.

Sinteticamente, para os holandeses predominou a concepção segundo a qual o desconhecido a ser conquistado deveria ser transformado, entre os portugueses e espanhóis o que estava além da fronteira poderia ser desfrutado.

3 A INSULA FORTIFICADA

Século XVIII, começa no arquipélago, a definitiva ocupação. O perigo de novas invasões rondava aquelas paragens. Era preciso fortificá-la, para que pudesse se defender dos possíveis inimigos. Como se verá, a ilha terá sombreada sua função paradisíaca e assumirá de forma plena o caráter de “Purgatório” como local de degredo, onde os apenados teriam a possibilidade de purgarem seus pecados e garantirem uma vaga no céu.

Desconhece-se a data precisa em que Fernando de Noronha foi convertida propriamente em presídio e local de deportação. Como já mencionado, a primeira referência registrada sobre esse assunto é de Melchior do Amaral em 1602. Outro indício são os relatos de Claude D’Abbeville que narram a existência de alguns desterrados na Ilha em 1612.

A moda iniciada pelos portugueses de deportar para Noronha os indesejáveis, também foi adotada durante a invasão da ilha pelos holandeses, já que: “era pública e notória a displicência absoluta com que os donatários brindavam o arquipélago”⁵⁴(RODRIGUES, 1943, p. 317). Segundo Henrique Pongetti em prefácio do livro *Fernando de Noronha sem retoques* do Coronel Antonio Sá Barreto (1957, p. 3): “Fernando de Noronha viveu durante muito tempo ignorada [...], configurada por alguns como uma ilha do Diabo, inóspita, feita de encomenda para a expiação das culpas”.

O longo período em que o arquipélago ficou a mercê de aventureiros que por ali viessem a passar e as duas presenças duradouras, por holandeses (século XVII), e por franceses (no século XVIII), fizeram com que Portugal, ao decidir pela ocupação definitiva das terras em 1737, considerasse o perigo que representava para o Brasil a existência de um espaço insular abandonado, estrategicamente localizado em meio à travessia do Atlântico e, a partir daí, pretendesse ocupá-lo e fortificá-lo, através da Capitania de Pernambuco, para evitar novas abordagens e ocupações.

⁵⁴ O coronel refere-se ainda ao fato de terem sido deportados para Fernando de Noronha, de 1645 a 1647, três mulheres de Pernambuco (RODRIGUES, 1943, p. 317).

A primeira tentativa em ocupar Fernando de Noronha por Portugal ocorreu em 1694 ou 1695 quando o governador de Pernambuco, Capitão-General Caetano de Melo Castro, sugeriu ao governo de Portugal a necessidade de se evitar os ataques e a permanência de piratas na ilha (AULER, 1946, p. 36). Por carta régia de 7 de setembro de 1696 resolveu-se mais uma vez povoá-la e guarnecê-la e que, fosse enviado, antes de tudo, um sargento-mor engenheiro encarregado de examiná-la e determinar o local mais apropriado à fortificação. O governador de Pernambuco deixou de cumprir essa resolução, e Noronha continuou abandonada e a mercê dos piratas e aventureiros. Até então ela não pertencia positivamente à jurisdição alguma do governo do Brasil (GALVÃO, 1908, p. 239).

Quatro anos depois, a fim de efetivar providências, a carta régia de 24 de setembro de 1700, estabelecia que o arquipélago fizesse parte da jurisdição administrativa da Capitania de Pernambuco, dada a proximidade geográfica, o que permitiria mais facilmente realizar a projetada povoação e fortificação (AULER, 1946, p. 37). Mas nada ocorreu. Vendo o governo ocupado com as lutas que sustentava na extremidade meridional do Brasil, a Companhia Francesa das Índias Orientais⁵⁵ aproveitou para facilmente se apoderar de Fernando de Noronha enviando uma fragata com suficiente guarnição. Somente em 1736 o governo português tomou conhecimento do ocorrido, quando os franceses já tratavam de assegurar sua posse, povoando-a e providenciando as fortificações necessárias a sua defesa, agora chamada “Isle Delphine”⁵⁶ (GALVÃO, 1908, p. 239).

Foi preciso que a França preparasse e executasse a tomada da ilha, para que se tivesse consciência de que deixar abandonado aquele espaço insular era um risco, e surgissem medidas para sua ocupação definitiva. E em outubro de 1737, surgia então o Sistema Fortificado Noronhense, construído na ilha principal e em apenas uma das ilhas secundárias.

⁵⁵ O êxito financeiro, político e militar notáveis, obtidos pelas companhias holandesas das Índias Orientais (1612) e Ocidentais (1621), levaram os franceses a imitá-los, criando-se a Companhia Francesa das Índias Orientais, organizada nos moldes da sua congênere holandesa.

⁵⁶ Quando depois do fracasso de estabelecer colônias no Rio de Janeiro e no Maranhão, a Companhia Francesa das Índias Orientais percebeu a importância estratégica de colonizar a Isle Dauphine ou Delphine, assim denominada provavelmente, em referência à grande quantidade de golfinhos existentes na região, e resolveu apoderar-se da mesma.

Garantia-se a segurança. “Apostava-se na qualidade dos equipamentos pensados e na competência dos que o projetaram e os fizeram soberbos” (SILVA, 2007, p. 149)⁵⁷.

3.1 O IDEALIZADOR: ENGENHEIRO MILITAR DIOGO DA SILVEIRA VELLOZO

Coube ao engenheiro militar português, tenente-general da Infantaria, Diogo da Sylveira Vellozo, delinear e definir o esquema das fortificações a serem implantadas, distribuindo-as nos locais previamente identificados. Iniciado por Vellozo, o sistema defensivo de Fernando de Noronha foi concluído por outros estrategistas indicados pelo governo de Pernambuco: Antônio de Brito Gamacho e o militar João Lobo de Lacerda (SILVA, 2007, p. 150).

Sobre o Tenente General Diogo da Sylveyra Vellozo, idealizador do sistema fortificado de Fernando de Noronha, tem-se conhecimento que a maior parte de sua vida militar e profissional transcorreu em Pernambuco, na cidade do Recife, onde foi tenente-geral de artilharia e tenente mestre-de-campo general, com exercício de engenheiro (TAVARES, 2000, p. 139). Foi, igualmente, arruador da cidade, trabalhou na construção da cidadela do Recife, das fortalezas do Brum, de Santo Antônio dos Coqueiros, de Nazaré e nos quartéis de Olinda. Fez algumas missões fora de Pernambuco, como a exploração de minas de ouro no sertão de Ico, no Ceará e assim por diante (OLIVEIRA, 2005, p.14). Mario Mendonça⁵⁸ afirma que ele, como tantos outros engenheiros militares, deve ter vindo para o Brasil no intuito de atingir mais facilmente um posto superior.

Vellozo foi autor de três tratados, dois deles redigidos como apostila da “Aula” do Recife, intitulados *Geometria Patrica*, *Opvsculos Geométricos* e *Architectura militar* ou

⁵⁷ O arquipélago em 1739 já contava com seu plano de defesa efetivado, em condições de proteger seus ancoradouros ou pontos suscetíveis de permitirem qualquer desembarque. Baseado em um relatório do Ministério da Justiça de 1886, apresentado pelo ministro Samuel Wallace Mac-Dowell à Assembléia Geral Legislativa, Marcos Paulo Pedrosa Costa (2007) indica o ano de 1741 para o início das obras de fortificação da ilha afirmando que neste mesmo ano provavelmente chegaram os primeiros sentenciados militares, desterrados e condenados à galés, iniciando-se o costume de para lá serem enviados apenados.

⁵⁸ Até 2005 eram extremamente escassas fontes que tratassem de forma mais aprofundada a pessoa e os tratados do engenheiro Diogo da Silveira Vellozo. Felizmente, o Professor Mario Mendonça de Oliveira, grande estudiosos das fortificações no Brasil, através da Universidade Federal da Bahia numa parceria com a Universidade de Évora, publicou naquele ano, um fac-símile transcrito e comentado por ele, do manual inédito *Architectura militar* ou fortificação moderna escrito no Brasil em 1743, este sob a guarda da Real Biblioteca da Ajuda em Lisboa. Isto explica a constante repetição desta obra como principal e importante fonte de informações sobre o engenheiro Vellozo.

fortificação moderna. Enquanto as primeiras obras tratavam das matemáticas aplicadas – em especial da Geometria Prática – necessária a formação do engenheiro (BUENO, 2003, p. 354), *Architectura militar* ou fortificação moderna, o único da espécie que se tem acesso até hoje, trata essencialmente do desenho, orientando quanto a sua importância para a Arquitetura Militar. Não se refere à mera representação gráfica, mas ao instrumental de projeto necessário para a consecução das obras.

Desta forma, este tratado será analisado com mais detalhe a fim de compreender e identificar os princípios que nortearam a concepção do Sistema fortificado de Fernando de Noronha.

3.2 O SISTEMA FORTIFICADO DE FERNANDO DE NORONHA E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES

No principio do mundo as mais bellas campanhas erão as mais agradaveys habitações; **a segurança dos habitantes consistia na inocência de todos: mas tanto que a cobiça, e ambição começaram a conromper os corações dos homens, logo foy necessario armarem-se huns contra a violencia dos os outros, donde nasceo a arte de fortificar**, que foy em seu principio simplex, rude e imperfeyta, como todas as mais artes e inventos; **hoje porem tem chegado ao auge da mayor perfeição**, hindose cada vez mais aperfeysoando o modo das defenças, assim como pela violência de huns e obstinação de outros, se hião achando novos generos de armas e machinas offencivas (VELLOZO, 2005, p. 27-28, grifo nosso).

Ao analisar o texto de Vellozo (2005) é possível identificar duas concepções: o mundo primordial (o Paraíso), sob domínio de Deus, onde a segurança dos habitantes consistia na inocência de todos e o mundo contemporâneo (o Inferno), dominado pelo diabo e corrompido pela cobiça e ambição. Diante deste mundo corrompido é clara a necessidade do refúgio e da proteção proporcionados pelas fortificações, aperfeiçoadas a cada dia⁵⁹.

⁵⁹ Abordagem interessante sobre uma fortificação associada à ilha é feita por Francisco Bettencourt (1991, p. 114) ao tratar dos lugares habitados nos romances de cavalaria do século XVI. Para ele o castelo fortificado tanto poderia assegurar o repouso temporário no término de uma jornada extenuante quanto proporcionar a cura das feridas do cavaleiro. De qualquer forma, estes pontos são considerados extremamente frágeis e fortuitos, decorrendo a sua utilização da necessidade do autor de introduzir novas aventuras ou de proporcionar uma pausa que alivie a tensão dramática. A simbólica subjacente a este fruste lugar não é unívoca; se o sentido de proteção é patente em boa parte das aventuras contadas, noutros episódios os castelos e as ilhas surgem como presas em disputa, como locais de cativo que o cavaleiro deve libertar ou como locais encantados com segredos por desvendar. Ao tratar dos castelos de gigantes e de mágicos estes constituem um desafio à capacidade do cavaleiro. Daí o papel desempenhado pela descrição dos seus volumes e formas, como elemento retórico da acentuação das dificuldades que se deparam ao herói. Noutro modelo descritivo, a acentuação da monumentalidade e beleza esmagadora do castelo visa a criação de um ambiente fantástico, onde é patente o saber mágico do proprietário e o seu poder sobre os cavaleiros que atraí.

De acordo com as concepções de Vellozo (2005, p.25, 27), fortificação, ou arquitetura militar, não era outra coisa senão uma arte ou ciência que ensinava a bem fortificar, e defender todo tipo de praças contra a invasão dos inimigos. Seus principais fins eram dois: o primeiro, poder com um pequeno número de pessoas resistir às investidas do inimigo, o segundo: conservar em segurança os habitantes do lugar fortificado contra os acidentes de guerra.

Para defender o arquipélago de Fernando de Noronha, o engenheiro organizou um sistema de edificações com variados tamanhos e formas, estrategicamente montadas acima de todas as praias onde fosse possível o desembarque, impedindo abordagens inesperadas. Na enseada de Santo Antônio (ancoradouro natural), foram construídas a fortaleza Nossa Senhora dos Remédios, o forte de São José do Morro (ilha secundária) e o forte de Santo Antônio; na enseada do Cachorro, o reduto de Sant'Anna, com o apoio da fortaleza dos Remédios e do forte da Conceição; na praia da Conceição, o forte de Santa Cruz do Pico e o forte da Conceição; no noroeste da Ilha, o forte de São Pedro do Boldró e o forte de São João Batista dos 2 Irmãos; no sul e no sudeste, o forte de São Joaquim do Sueste e o forte do Bom Jesus do Leão (CAZZETA, 2003, p. 106) (Imagem 41).

No total, foram erguidas dez fortificações no arquipélago, duas no Mar de Fora (lado da Ilha voltado para África) – naturalmente protegidas por penhascos e falésias - e as demais no Mar de Dentro (voltado para o Brasil), devido a sua vulnerabilidade⁶⁰. Segundo Marieta Borges Lins e Silva (2007, p. 150) em Fernando de Noronha: Cinco séculos de história este

Os combates espontâneos eram travados geralmente no terreiro fronteiro à entrada dos castelos, na passagem dos rios, nas clareiras da floresta, nas praias, ilhas ou em pleno mar (BETTENCOURT, 1991, p. 114-115). O castelo fortificado é quase universalmente, o símbolo do refúgio interior do homem, da caverna do coração, do lugar privilegiado de comunicação entre a alma e a Divindade, ou o Absoluto (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2009, p.448).

⁶⁰ As fortificações segundo a maioria dos relatos teriam sido edificadas em pontos de fácil desembarque, no entanto o Coronel Rohan (1942) em suas considerações afirma que a exceção da fortaleza dos Remédios, de Santo Antônio e a de São José do Morro, todas as demais seriam desnecessárias, contrapondo que caso o inimigo tentasse um desembarque a qualquer um destes pontos, naturalmente encontrariam um obstáculo maior nos rochedos que margeiam a costa.

Diante da necessidade de fortificar Vellozo (2005, p. 41) refere-se a alguns princípios, destacando a qualidade dos sítios a serem guarnecidos. Para ele, o sítio é um dos principais elementos a que se deve atentar ao fortificar uma praça, ponderando as comodidades e incômodos que os mesmos possam oferecer.

Ao tratar das qualidades que deveria conservar para implantação de uma boa fortaleza é transparente nas indicações de Velloso os resquícios do Paraíso terrestre tão consolidado no imaginário europeu. O engenheiro⁶² refere-se a elementos constantes que caracterizam as condições ideais do Éden como a qualidade dos ares, a fertilidade e a existência de fontes nativas de água.

Que seja de bons ares e abundante de boas águas nativas, e em falta de possos, porque os de mãos ares e roins aguas são sepultura dos habitadores, e soldados, estando sempre o Principe em hu'a continua perda de gente, e de cabedal.⁶³

Que o terreno do contorno seja fertil para poder sustentar o prezidio, e crescer o concurso dos habitantes.

Que o lugar que se houver de fortificar não seja sugeyto a eminencia donde possa ser batido com artelheria.

Que nelle haja boa terra para a construcção dos terraplenos, e parapeytos (VELOZZO, 2005, p. 47, grifo nosso).

De acordo com as orientações do tenente, a escolha do terreno para assentar uma fortificação era precedida da confecção de uma planta do sítio, onde ficavam registrados e descritos todos os elementos naturais conhecidos. Posteriormente este era examinado e então julgada sua capacidade para a construção de uma fortificação regular ou irregular. Ajustar-se as imposições do meio era fator preponderante. Para o engenheiro, os sítios poderiam ser reduzidos “a seis sortes”: sobre montanha, ou rochedo, campanha rasa enxuta, ou alagadiça; dentro de alguma ilha, ou península (VELLOZO, 2005, p. 54).

⁶² Caso a preocupação em fortificar só surgisse depois das cidades e vilas antigas já estarem habitadas, desta forma, as fortificações tinham que se adequar aos sítios escolhidos pelos primeiros habitantes de uma ocupação.

⁶³ Segundo pé de página: Conceito vitruviano do Livro I: Da escolha dos lugares sadios.

Conforme já mencionado, a função original do Sistema Fortificado de Fernando de Noronha era defender o porto natural de Santo Antônio e as demais praias vulneráveis aos possíveis ataques de piratas.

Para isto foram erguidos em pontos altos dessas praias, e guarnecidos de artilharia, para cruzarem fogo entre si, garantindo a segurança dos ancoradouros (Imagens 42-44).



Imagem 42: Pontos de possíveis desembarques (1 e 2) e suas respectivas fortificações (A,B,C,D e E)

Fonte: Google Earth, 2009, adaptado pela autora

Para proteger o porto natural de Santo Antônio (ver indicação 1 na imagem 42) trabalhavam em conjunto as fortificações de São José do Morro, Santo Antônio e Fortaleza dos Remédios (ver indicações A, B e C na imagem 42). A fortaleza de São José do Morro também permitia a defesa das demais ilhas secundárias do arquipélago.

Já o forte da Conceição (ver indicação C na imagem 42), situado a nordeste da ilha, formava ângulos com as fortificações dos Remédios e do Pico (ver indicações C e F na imagem 43). Este forte protegia duas enseadas, uma que servia de desembarque, embora não

por todo tempo e a outra, onde estava o porto que servia de aproação de todas as embarcações que traziam materiais e artilharia (ver indicações 2 e 4 na imagem 43).

A Bateria de Sant'anna foi construída como apoio à fortaleza dos Remédios, que devido a sua altura impedia a defesa de tropas na praia (ver indicações D e C na imagem 43).



Imagem 43: Pontos de possíveis desembarques (2,3,4 e 5) e suas respectivas fortificações (C,D,E,F,G e H)

Fonte: Google Earth, 2009, adaptado pela autora

Outros pontos que ofereciam ancoradouro como a praia do Boldró (ver indicação 4 na imagem 43) eram protegidas pelas fortificações de Santa Cruz do Pico, São Pedro do Boldró e São João dos Dois Irmãos (ver indicações F,G e H na imagem 43).

Quanto o lado da Ilha, voltado para o continente europeu, quase todo naturalmente protegido, este poderia ser acessado em dois pontos: através da Baía do Sueste (ver indicação 7 na imagem 44), porto opcional exposto à aproximação de embarcações, principalmente nos períodos em que o mar-de-fora fica mais calmo que o mar-de-dentro (face voltada para o Brasil) e pela praia do Leão, protegida pelo forte do Bom Jesus (ver indicação I na imagem 44).



6 – PRAIA DO LEÃO

I – FORTE DO BOM JESUS DO LEÃO

7 – PRAIA DO SUESTE

J – FORTE DE SÃO JOAQUIM DO SUESTE

Imagem 44: Pontos de possíveis desembarques (6 e 7) e suas respectivas fortificações (I e J)

Fonte: Google Earth, 2009, adaptado pela autora

Segundo o engenheiro, fortificações destinadas à segurança de algum porto deveriam mais do que tudo atender a eleger um posto do qual fosse possível fazer muito estrago a todas as embarcações que quisessem acessá-lo (Imagens 45 e 46) (VELLOZO, 2005, p. 47-48).

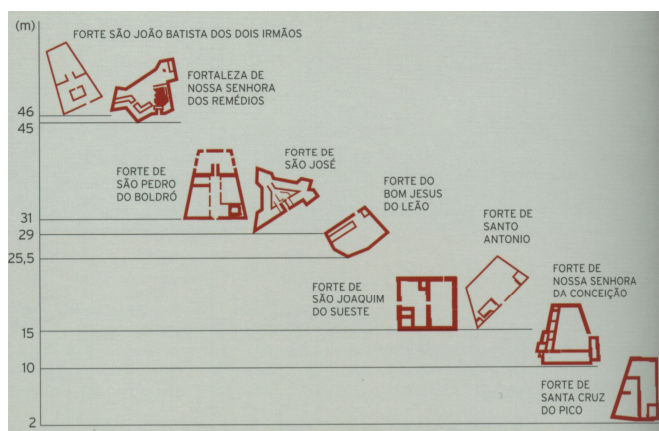


Imagem 45: Altitudes das fortificações de Fernando de Noronha, sobre o nível do mar

Fonte: Paraíso do Vulcão, 2003

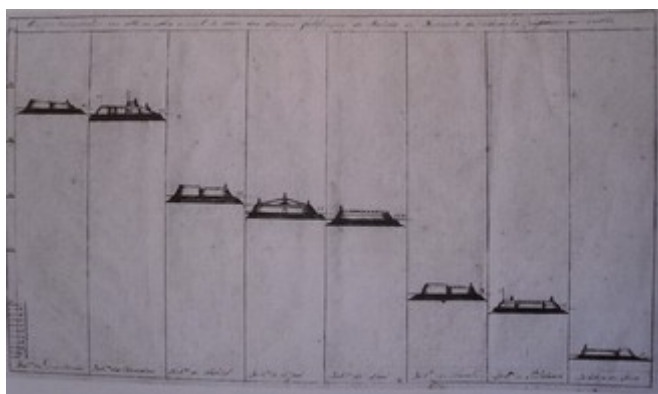


Imagem 46: Altitudes das fortificações de Fernando de Noronha, sobre o nível do mar, Séc. XIX

Fonte: SILVA, 2007

A preocupação em proteger os principais ancoradouros aparece num dos primeiros registros portugueses do arquipélago de Fernando de Noronha, a carta datada de 1757. Nela além dos os principais portos e locais que oferecem perigo ao desembarque, estão assinalados seis das dez fortificações construídas no arquipélago, suas fontes ou pontos de escoamento d'água. Através de um perfil também é possível identificar seus principais elementos naturais (Imagem 47).

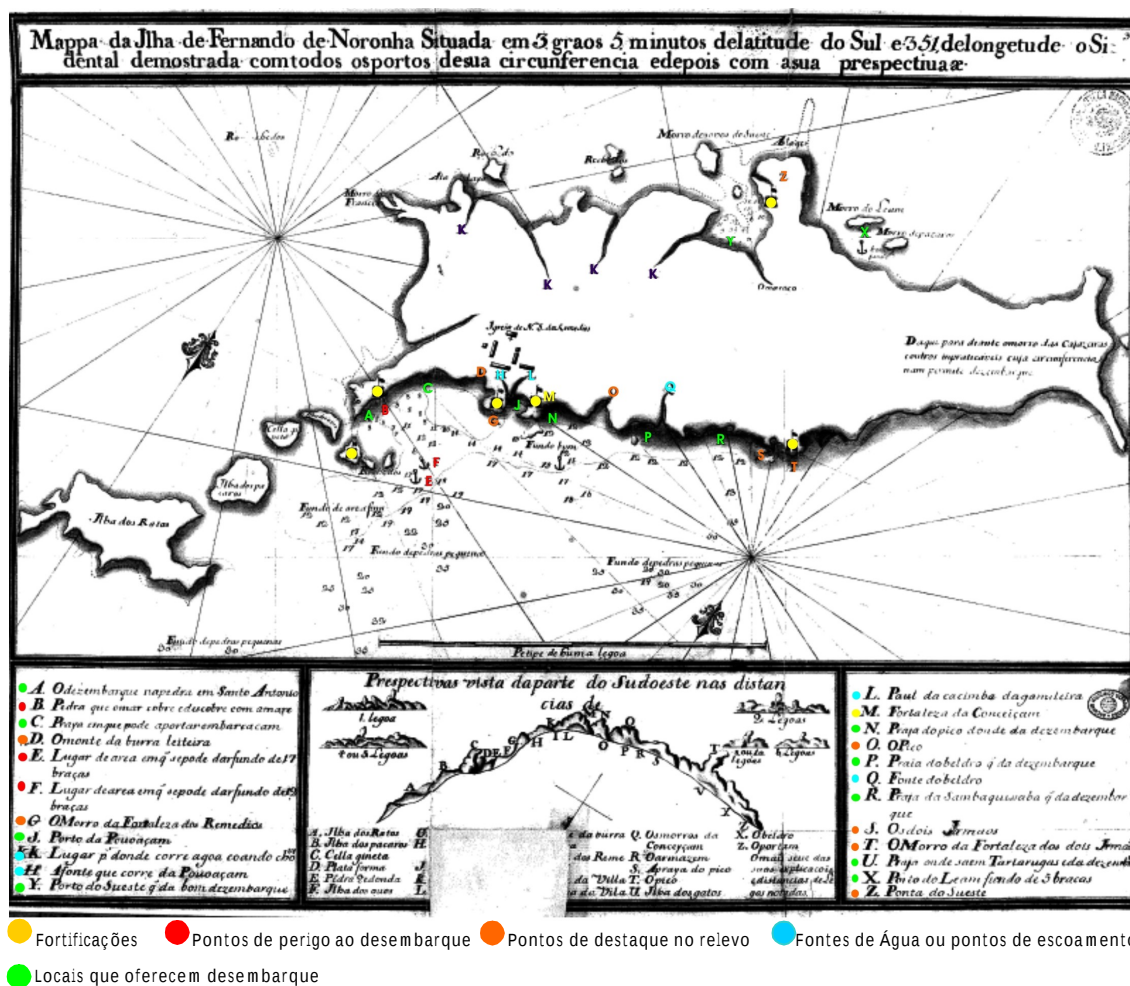


Imagem 47: Primeira Carta Portuguesa assinalando todos os portos e perspectiva da ilha, 1757

Fonte: APEJE, 2006

Já no mapa de José Fernandes Portugal, intitulado Plano da Ilha de Fernando de Noronha, datado de 1798, encontram-se assinalados nove fortes: Ao norte: Forte de São José, Santo Antônio, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Conceição, Santa Cruz, São

Pedro e São João Batista. Ao Sul: Forte de São Joaquim e do Bom Jesus. Não esta assinalada a Bateria de Santana (Imagem 48).

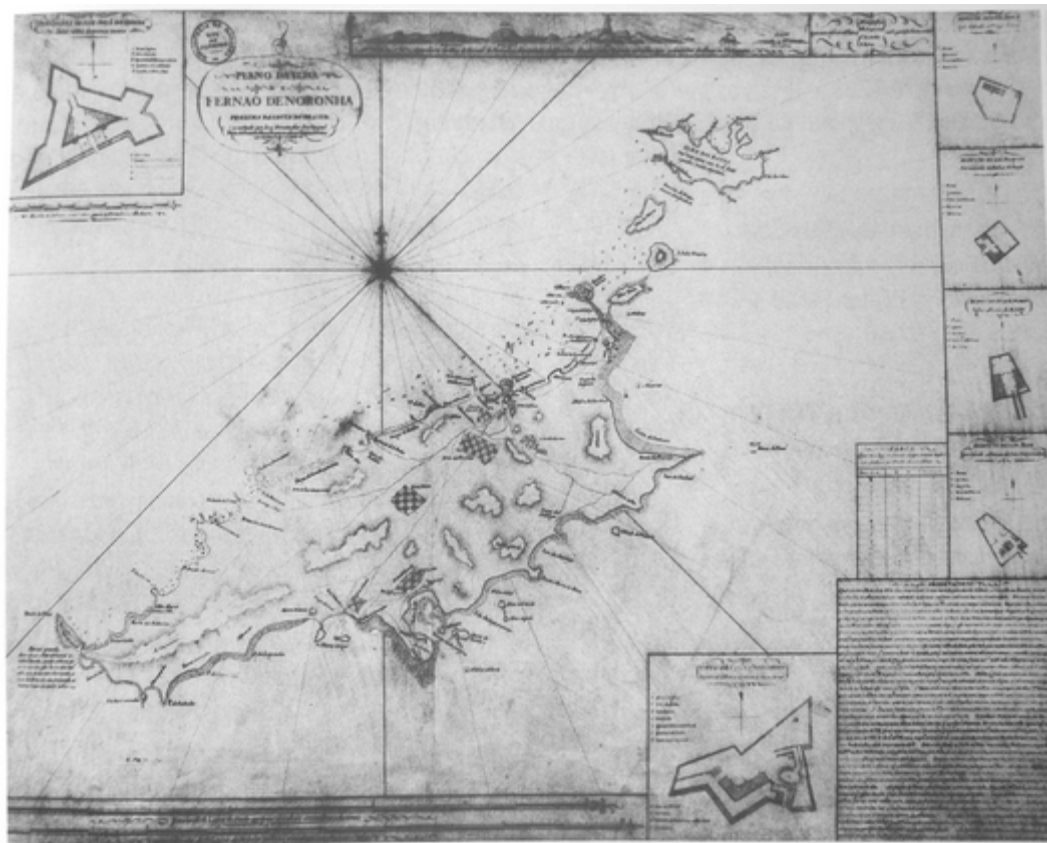


Imagem 48: Plano da Ilha de Fernando de Noronha – José Fernandes Portugal, 1798

Fonte: SOUZA-LEÃO, 1973

Ao analisar as fortificações do Arquipélago de Fernando de Noronha é possível identificar claramente três dos seis tipos de sítios apontados por Vellozo além da aplicação de alguns princípios do seu tratado combinados nas soluções adotadas. Tais sítios em alguns casos, podem ser reportados à geografia do Paraíso.

No caso da Fortaleza dos Remédios, esta fortificação atende aos princípios de Vellozo (2005, p. 45) ao posicionar-se em um sítio moderadamente elevado, um rochedo a 45 metros acima do nível do mar (Imagem 49). Além de gozar de ar puro e saudável, próprio dos sítios benfazejos, o inimigo não podia encostar com facilidade, por ser descoberto de longe. Devido a sua localização privilegiada e artilharia esta fortificação apresentava o maior poder

de fogo. Apesar de estar situada no alto do promontório, sua base era bastante fértil e contava com uma fonte de água natural, o riacho Mulungu.



Imagem 49: Vista do promontório e da Fortaleza dos Remédios, 1926

Fonte: SILVA, 2007

Movidas pela função de proteger os principais ancoradouros da ilha, outras fortificações aplicam de forma semelhante este princípio sendo implantadas nas encostas da ilha.

Ao tratar de uma ilha, o engenheiro pressupõe uma pequena porção de terra e aconselha, caso seja possível, ocupá-la inteiramente com a fortificação, de modo que o inimigo não possa ter lugar em terra para se alojar, fazer *aproxés* e bater a praça. Outras vantagens apresentadas para este tipo de sítio são: dificuldade de acesso ocasionada pela água, exigência de pouca guarnição, além da possibilidade de toda a munição ser facilmente conduzida por água e com menor despesa. Este princípio pôde ser aplicado somente na ilha de São José situada frente ao porto natural de Santo Antônio, cuja fortificação denominada Fortaleza de São Jose do Morro (Imagem 50) ocupa quase toda sua extensão (VELLOZO, 2005, p.46). O acesso a esta fortificação é realizado através de uma linha de arrecifes visíveis somente durante a maré baixa.



Imagem 50: Vista da ilha secundária de São José e Fortaleza de São José do Morro ocupando quase toda sua extensão, atualmente encoberta pela vegetação

Fonte: Autora, 2005

Quando em áreas rasas, segundo Vellozo (2005, p. 43) este tipo de sítio apresenta as seguintes comodidades: terra normalmente boa para as obras de fortificação. São freqüentemente abundantes em água, de fontes ou de poço. Devido sua fertilidade, os víveres podem ser produzidos dentro da praça evitando trazê-los de fora. É possível ao engenheiro dar à praça forma regular ou muito próxima a regularidade e caso o inimigo venha alojá-la ou atacá-la, há neste tipo de praça maior facilidade em fazer cortaduras ou retiradas.

Uma das fortificações que pode ser relacionada a este princípio é o Forte de Santo Antônio, situado a 12 metros do nível do mar a nordeste da ilha e próximo ao porto de Santo Antônio.

Além das qualidades dos sítios, e quais os melhores para se fortificar Diogo da Sylveyra Vellozo (2005, p. 49-51) trata das qualidades de uma boa fortificação, cuja perfeição consiste em algumas máximas definidas pela experiência nos ataques e defesa de várias praças. Uma delas é que estas dominem todos os lugares ao seu redor, pois de outro modo estariam os defensores menos seguros possibilitando ao inimigo, posição para invadir o interior da praça. Além desta, todas as partes dos fortes deveriam ser capazes de resistir às armas e máquinas do inimigo, inclusive o canhão.

Pode-se destacar ainda a preferência por fortificações regulares, devido ao fato de que sendo todas as partes iguais, além de minimizar os gastos esta forma era a mais eficiente

na defesa. Em Fernando de Noronha, a maioria de seus fortes não atende a este pré-requisito (somente o forte de São Joaquim do Sueste possui a forma de um quadrado), provavelmente por estarem locados nas encostas, a fim de facilitar o controle dos pontos de desembarque. Esta posição “naturalmente” dificultava a forma regular indicada.

Traçadas as praças d’armas e os alojamentos de cada fortificação, Vellozo coordenou a realização das demais obras necessárias para reparar lacunas na praça-forte e assim, proibir investidas impetuosas das forças navais e militares dos adversários. Além disso, desenhou as fachadas das portas, dos quartéis, dos armazéns, enfim, particularidades da arquitetura civil (SILVA, 1997, p. 150).

Para a execução do sistema fortificado, contou-se com a mão-de-obra de oficiais e soldados mandados de Pernambuco e principalmente com o trabalho dos prisioneiros, cerca de 250 soldados levados para Ilha por uma fragata real (SILVA, 2007, p. 150).

Como matéria prima, foram utilizadas pedras da ilha ou vindas nos lastros dos navios, carregadas por grandes distâncias, até os locais determinados para cada fortificação. Também era usado o material produzido em Fernando de Noronha, como tijolos e telhas. Concluída a edificação, cada fortificação era artilhada com as peças necessárias e seu efetivo humano designado, para ocupar esses lugares, distantes entre si, velando pela segurança de todo o arquipélago. Com acesso definido no sistema viário de apoio igualmente traçado, os cuidados com a defesa do dia-a-dia eram assegurados pelos contingentes destacados para os diferentes pontos fortificados, “ilhados” no cumprimento do seu dever (SILVA, 2007, p. 150).

Um lugar vulnerável, em meio ao Atlântico, exposto aos perigos da pirataria e a todas as suas nefastas conseqüências na predação que se seguia a qualquer abordagem. Um espaço isolado, estrategicamente posicionado para atrair as atenções e por em risco o domínio da colônia. Constatação que por si só justificava a decisão de montar ali um sistema defensivo

como salvaguarda. Surgiram as fortificações, postos de observação e de controle, visando identificar e vencer o inimigo.

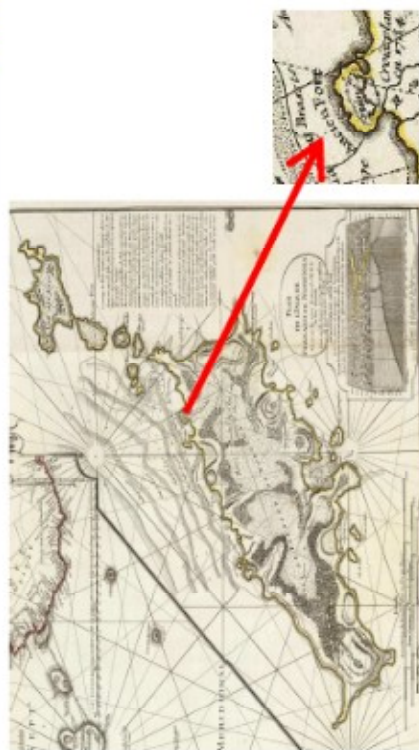
De acordo com um texto anônimo de 1817, que permaneceu inédito até 1883, quando foi publicado pela Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, intitulado *Revoluções do Brasil: Idéia Geral de Pernambuco em 1817*, Fernando de Noronha com três léguas de comprimento e quase uma de largura era “hum poderoso baluarte contra as interprêzas dos Piratas”.

O cel. A. Fausto de Sousa, autor de *Fortificações do Brasil*, cita um aviso do Ministro da Guerra, de 14 de fevereiro de 1857, em que Noronha era ainda classificada como fortificação de conjunto de 1ª classe (apud RODRIGUES, 1943, p. 315). Durante quase um século, nos diz Mario Melo (1916) que: “Fernando de Noronha foi ao seu tempo inexpugnável”. O projeto de um sistema fortificado em Fernando de Noronha de fato não ficou no sonho, foi finalmente efetivado pelos portugueses. Momentos de busca, deixando rastros que atravessaram os séculos, chegando aos dias atuais.

Cinco séculos de uso do espaço insular como depósito de esperanças, confinamento de homens sem liberdade, de histórias buscadas nos registros deixados, quase ignorados na grande história do Brasil, fragmentados em escritos e iconografias dispersos, que falam do esforço humano em querer transformar a natureza. Após um longo e minucioso trabalho, grande parte do conteúdo referente às fortificações de Fernando de Noronha foi organizado nesta dissertação, elaborando-se quadros informativos que agrupam plantas, vistas aéreas, ilustrações, descrições e fatos curiosos relacionados a cada uma delas (Quadros 3-13) num balanço acerca da construção paisagística de tanto peso no arquipélago.

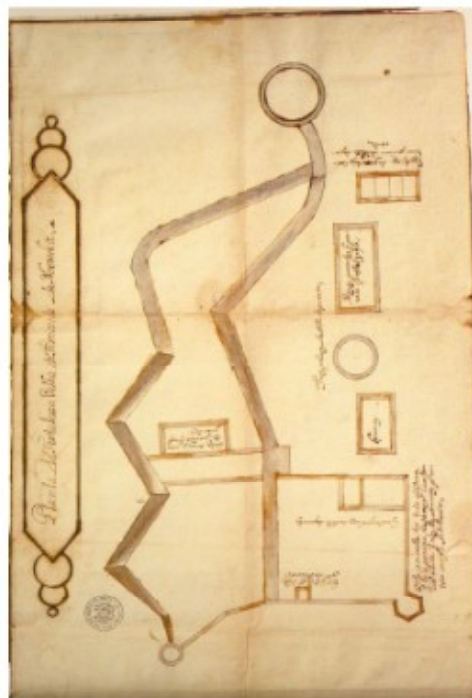
O abandono, a falta de recursos para os necessários consertos que a ação do tempo aos poucos destruiu, resultou no desaparecimento parcial deles, havendo atualmente apenas, montões de ruínas nos locais onde existiram.

FORTIM SEEBURGH



Referência ao Ancien Fort, que seria o reduto holandês. L'Ocean, Fernand de Noronha. Carta gravada publicada em 1738, baseada em informações colhidas em 1734. Philippe, Buache, primeiro cartógrafo do rei da França.

Fonte: <http://www.davidrumsey.com/maps/1080057-25816.html>, 2009



Planta da Fortaleza Velha de Fernando de Noronha, s.d.

Fonte: Arquivo Público Estadual João Emerciano – APEJE/PE, 2006

De acordo com os documentos analisados, os holandeses foram os primeiros a fortificar a ilha de Fernando de Noronha.

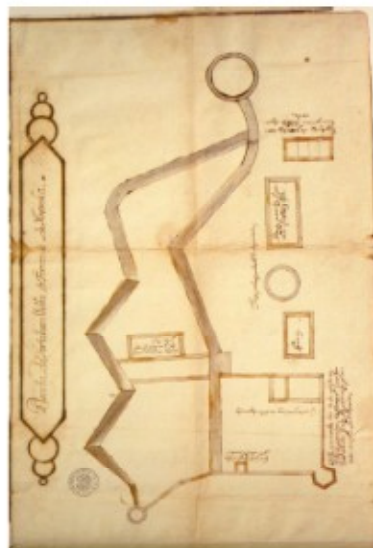
De acordo BOOGAART (2005, p.24) alguns militares que viviam na ilha mandaram construir o fortim Seeburgh, também conhecido como "Ancien"

Duarte de Albuquerque em *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* ao tratar da expulsão dos batavos da ilha, cita que em 1629, estes construíram uma "bateria capaz de oito peças" (ALBUQUERQUE, 1654, p. 471).

Quadro 3: Informações referentes ao Fortim Seeburgh

Fonte: Organizado pela Autora, 2009

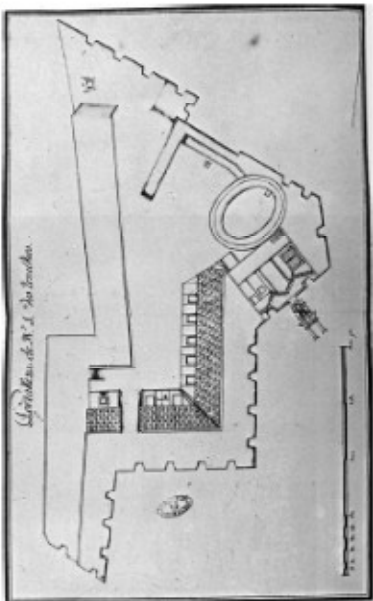
FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS



Planta da Fortaleza Velha de Fernando de Noronha, s.d.
 Fonte: Arquivo Público Estadual João Emerenciano – APEJE/PE, 2006



**Perímetro da Fortaleza dos Remédios in
 Esboço das diversas fortificações do Presídio
 de Fernando de Noronha**
 Fonte: SOUZA-LEÃO, 1973



**Planta da Fortaleza dos Remédios. Iconografia pertencente
 ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de
 Portugal.**

Fonte: Livro Iconografia de Pernambuco, 1982

Depois da expulsão dos franceses da ilha em 1737, os lusitanos sob o comando do Engenheiro militar Diogo da Sylveyra Vellozo resolveram restaurar a antiga fortificação holandesa, ampliando enormemente e modificando o seu traçado (BARRETO, 1858, p. 127). Deram forma de um polígono estrelado de doze ângulos: 2 agudos e 10 obtusos e guarneceram com seis peças. Mais tarde foi artilhada com peças de ferro. Em 1826 foi reparada pelo Capitão João Blasin (BARRETO, 1958, p. 127). Em 1858/59, passou por grandes reparos, sendo os mais notáveis "o avançamento da cortina do mar e a construção de uma nova muralha, ficando assim com uma área de 6.300 m²" (COSTA apud SILVA, 2007, p. 161). Posteriormente foi desarmada e desguarnecida.

Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios
 Fonte: Organizado pela Autora, 2009

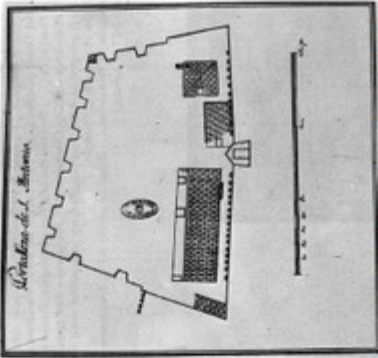
FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			
	Obras Planejadas para a Fortaleza dos Remédios, João Bloem¹, S.d. Fonte: APEE/PE, 2006		Vista aérea da Fortaleza dos Remédios Fonte: Google Earth, 2009
	Ponte de acesso à Fortaleza dos Remédios sobre o riacho Mulungu, S.d. Fonte: Projeto Atlas Arqueológico, 2003		Estrada de pedra que dá acesso à Fortaleza dos Remédios Fonte: Acervo Estudos da Paisagem, 2004
Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios Fonte: Organizado pela Autora, 2009		A fortaleza situa-se sobre um promontório que se eleva 45 metros acima do nível do mar, tendo sua implantação e acesso definidos a partir de uma ponte sobre o riacho Mulungu, e uma estrada de pedra que segue em direção oblíqua S a SO todo o flanco da colina até suas muralhas, com 51 metros de comprimento por 3,5 de largura (GALVÃO, 1908, p. 247). ¹ Segundo Pereira da Costa (1985) em dezembro de 1825 seguiu para Fernando de Noronha o capitão de engenheiros João Bloem, para examinar o estado das fortificações do presidio, e em agosto de 1826 foi o mesmo capitão nomeado comandante da ilha, com recomendações do governo de reparar as obras de fortificações que exigissem maior necessidade.	

FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			
 Promontório dos Remédios visto a partir do mar Fonte: Autora, 2005	 Promontório dos Remédios a partir do Palácio São Miguel Fonte: Autora, 2005	Olavo Dantas (1938, p. 18-19) refere-se a uma grande caverna existente no sopé do monte dos Remédios, chamada por alguns de Funil e por outros, Caverna dos Suspiros. Nela, penetrou em 1917, um oficial da marinha, Heitor Perdigão que segundo dizem, após ter andado 160 metros, pouco a pouco lhe foi faltando o ar e as velas que levava apagaram-se. O visitante quase padeceu na sombria e misteriosa gruta, onde nenhum habitante da ilha até então havia chegado. Nessa caverna o mar invade violentamente comprimindo a grande massa de ar nela contida. Essa massa aérea escapa rapidamente pelos orifícios superiores, produzindo um formidável estrondo que é ouvido a grande distância. Segundo o mesmo autor, existiria na caverna um grande tesouro, produto de assaltos e galeões cheios de ouro, escondido pelo pirata inglês Kid ao ser perseguido em alto mar. O tesouro desde então jaz sob o teto negro da caverna vigiado por um terrível dragão a espera que lá entre um novo Ali-Babá.	
 Promontório dos Remédios a partir do Forte de Santo Antônio Fonte: Autora, 2005	 Promontório dos Remédios visto a partir da Praia da Conceição Fonte: Autora, 2005	Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios Fonte: Organizado pela Autora, 2009	

FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			
 Fachada principal da Fortaleza dos Remédios, 1979 Fonte: IPHAN, 2006	 Portada principal da Fortaleza, 1979 Fonte: IPHAN, 2006	 Porta principal dos Remédios Fonte: Atlas Arqueológico, 2006	O pórtico de entrada possui forma quadrilátera, com 1,72 metros de largura e 2,70 de altura, ornado por duas colunas laterais que ladeavam as antigas portas de madeira de lei (CAZZETTA, 2003, p. 106).
 Sentinelas da Fortaleza dos Remédios, 1958 Fonte: IPHAN, 2006	 Sentinelas da Fortaleza dos Remédios, 1959 Fonte: IPHAN, 2006	 Sentinelas da Fortaleza dos Remédios Fonte: Acervo Pessoal, 2005	
Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios Fonte: Organizado pela Autora, 2009			

FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			
		O vestíbulo da entrada é formado por duas paredes laterais de 2,55 metros de altura e, contíguo a ele, existem dois outros compartimentos. À direita, ficava o xadrez. À esquerda, o corpo de guarda e a prisão solitária, que consistia em três cubículos, vedados por uma porta de ferro (CAZZETA, 2003, p. 106). Seguindo um pequeno saguão pavimentado com seixos, chega-se a área central da fortaleza, caracterizada por duas seções: uma voltada para o mar, formada pela praça d'armas e uma cisterna de 4,5 m de profundidade. A outra ocupada pelos compartimentos para alojamento da tropa, arrecadação, reserva e paiol (CAZZETA, 2003, p. 106).	
Fortaleza dos Remédios Fonte: Roberto Toniera, 2004	Fortaleza dos Remédios, 1974 Fonte: IPHAN, 2006		
Interior da Fortaleza dos Remédios, 1938 Fonte: Atlas Arqueológico, 2006	Interior da Fortaleza dos Remédios Fonte: Grazielle Rodrigues, 2008	Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios Fonte: Organizado pela Autora, 2009	

FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			
 Torreão ou atalaia da Fortaleza dos Remédios Fonte: Acervo Pessoal, 2004	 Vista a partir do torreão dos Remédios Fonte: Acervo Estudos da Paisagem, 2004	A direita da entrada, na área central da fortificação, está situado um torreão ou atalaia em forma de cone, com 11 metros de altura e 19 metros no diâmetro na base, por 13 na parte superior. Adjacente a área central, um cômodo com 7,7 metros de comprimento por 5,6 de largura e interior em abóboda era destinado para alojamento dos presidiários. A solidez de suas muralhas, com espessura de 3,5 metros na base por 3 metros na parte superior, sustentou uma linha fortificada, com altura geral de 2,9 metros no plano horizontal, com sete baterias e capacidade para 27 canhões de ferro (CAZZETA, 2003, p. 106).	
 Interior da Fortaleza dos Remédios, 1986 Fonte: IPHAN, 2006	 Interior Fortaleza dos Remédios Fonte: Erich Betz, 2007		Capela da Fortaleza dos Remédios Fonte: Atlas Arqueológico, 2006 
Melo (1943, p. 316) refere-se ao fato da antiga Fortaleza dos Remédios, que se achava em posição invejável sob o ponto de vista de defesa, ter servido de quartel para o destacamento policial de vigilância do presídio local. Além disto, afirma ter sido pensamento da administração que ali esteve até 1941 transformar aquele quartel, num museu do arquipélago. Em função de tentativas de usos diversificados, a fortaleza passou por algumas descaracterizações. Exemplo disso foi a abertura de parte de uma de suas muralhas, para dar acesso a veículos na praça d'armas, durante o período de Território Federal Militar. Em outra ação, essa de restauração, na década de 80, ela foi fragilizada com a retirada do reboco, primeiro passo de uma restauração integral autorizada, financiada pelo Governo Federal e interrompida com a reintegração do arquipélago a Pernambuco em 1988 (SILVA, 2007, p. 161).		Quadro 4: Informações referentes à fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios Fonte: Organizado pela Autora, 2009	

FORTE DE SANTO ANTÔNIO	
	Planta do Forte de Santo Antônio Fonte: APEJE/PE, 2006
	Planta do Forte de Santo Antônio - AHU de Portugal. Fonte: Livro Iconografia de Pernambuco, 1982
	Localização do Forte de Santo Antônio Fonte: Google Earth, 2009
	Forte de Santo Antônio Fonte: Autora, 2004
Localizado no Nordeste da Ilha, próximo ao porto de Santo Antônio, teve sua construção iniciada em 1737. Associado ao original porto da Ilha cruzava fogos com o Forte de São José do Morro e a Fortaleza dos Remédios. Segundo Marieta Borges Lins e Silva (2007, p. 159) esta foi a primeira fortificação construída na ilha principal. Estava situado a 12 metros acima do nível do mar. Sua planta tinha a forma de um quadrilátero irregular, de lado desiguais. O seu perímetro abrangia uma área de 1.080m² (SILVA, 2007, p. 159). Quando ativado, possuía três compartimentos, sendo um situado a esquerda da entrada, com 14 m de comprimento sobre 7 m de largura, destinado a quartel ou companhia. Próximo a este, havia um pequeno quarto de moradia. À direita da entrada, achava-se outro, com 6 m de comprimento sobre 3 m de fundo, e que, pela sua configuração, parece ter sido destinado à prisão ou xadrez. Estes compartimentos eram cobertos de telha. Em cada ângulo da linha fortificada havia uma guarita de forma quadrada e boas proporções (SILVA, 2007, p. 159) Atualmente, restam-lhe apenas algumas evidências construtivas.	

Quadro 5: Informações referentes ao Forte de Santo Antônio
Fonte: Organizado pela Autora, 2009

FORTE DE SANTO ANTÔNIO			
	Ruínas do forte de Santo Antônio Fonte: Roberto Tonera, 2004		Ruínas do forte de Santo Antônio Fonte: Roberto Tonera, 2004
	Ruínas do forte de Santo Antônio Fonte: Roberto Tonera, 2005		Vista do porto e morro do Pico a partir das ruínas do forte de Santo Antônio Fonte: Autora, 2005
Em 1856 foi reconstruído e em 1876, desarmado e suas armas coloniais foram enviadas para o Museu Nacional, pelo comandante da Ilha Sebastião José do Rego Barros. Sua guarnição contava com um capitão e 33 praças (RODRIGUES, 1943, p. 314). Em 1940, Garrido (apud SILVA, 2007) já se refere a "um brasão dos tempos coloniais" existente no portão de acesso remetido, em 1876, para o Museu Nacional.			

Quadro 5: Informações referentes ao Forte de Santo Antônio
Fonte: Organizado pela Autora, 2009

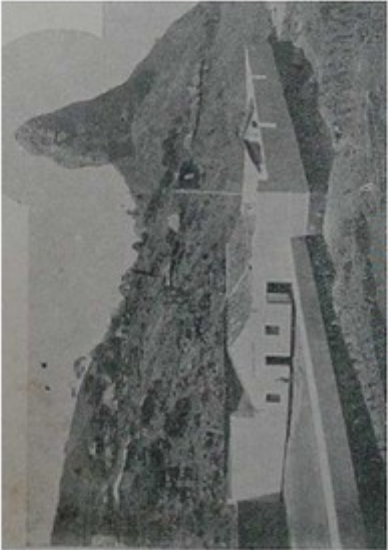
REDUTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO				
		O Reduto da Conceição estava situado a noroeste da ilha, próximo a ilha da Conceição entre as fortificações dos Remédios e do Pico, formando ângulos com estas, sobre um plano pouco inclinado, próximo a costa e a 4 m sobre o nível do mar (GALVÃO, 1908, p. 246). Fundada entre os anos de 1737 a 38, possuía a forma de um quadrilátero com os lados desiguais e aproximadamente 1.000 m². Seu armamento constava de dez peças de ferro. Em 1846 foi reconstruído e reparado em 1864. Posteriormente foi transformado em enfermaria. Sua guarnição era de um alferes e 32 praças.	Segundo documento do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa citado por Marieta Borges (2007, 168) este reduto protegia duas enseadas, uma que servia para desembarque, embora não por todo tempo e a outra, onde estava o porto que servia de aproação de todas as embarcações que traziam materiais e artilharia. Atualmente, embora esteja bastante arruinado e coberto pela vegetação, distingue-se claramente, os dois tempos construtivos nele marcados: o Reduto (do século XVIII) e o hospital (implantado sobre ele no final do século XIX).	
		Localização do Reduto da Conceição Fonte: Google Earth, 2009		Reduto da Conceição à distância, 1939 Fonte: Revista Trip, 2001
		Planta do Reduto da Conceição Fonte: APEJE, 2006		Plano do Novo Reduto da Conceição – João Bloem, S.d. Fonte: APEJE, 2006
Quadro 6: Informações referentes ao Reduto de Nossa Senhora da Conceição Fonte: Organizado pela Autora, 2009				

REDUTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO			
	Reduto de Nossa Senhora da Conceição Fonte: AULER, 1946		Reduto da Conceição - Enfermaria Fonte: SILVA, 2007
	Ruínas do Reduto da Conceição Fonte: Grazielle Rodrigues, 2008		Ruínas do Reduto da Conceição Fonte: Grazielle Rodrigues, 2008
Com a recuperação realizada no século XIX seu uso foi modificado, sendo transformado em hospital. Segundo Galvão (1908, p. 246) sobre suas muralhas lia-se pintadas sobre as portas do oratório a seguinte inscrição: <i>Este hospital foi principiado em 2 de maio de 1871, no commando interino do Ilm. Sr. Capitão Trajano Alípio de Carvalho Mendonça e concluído em 30 de Setembro do mesmo anno, no commando effectivo do Ilm. Sr. Tenente-coronel Antonio de Campos Mello.</i> Ainda segundo Galvão (1902, p. 246), o edifício consistia em uma casa acomodada sobre as muralhas da antiga fortificação, sendo de construção simples e coberta de zinco, com uma área ao lado, murada na extensão de 240m² e além de todas as dependências necessárias ao estabelecimento, possuía duas enfermarias com capacidade para 60 leitos, ocupando um espaço de 105m² e a outra 100m². Segundo (SILVA, 2007, p. 168) na primeira metade do século XX, foi quase totalmente desmontado para atender aos princípios de segurança e higienização. Estava ainda em funcionamento em 1938, ano em que a Ilha foi entregue à União por Pernambuco.			

Quadro 6: Informações referentes ao Reduto de Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Organizado pela Autora, 2009

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DO MORRO	
	Fortaleza de São José do Morro Fonte: Memorial Noronhense, 2005 Segundo Auler (1946, p. 41) foi construído de 1758 a 1761, quando era comandante da Ilha Francisco da Silva Soares. Localizado em uma ilha rochosa, estava a 29 metros acima do nível do mar, em frente ao Porto de Santo Antônio, sendo o único situado fora da ilha principal, comunicando-se com ela por uma linha de arrefices na extensão de 100 m, visíveis somente durante a maré baixa (GALVÃO, 1902, p. 247). Devido a sua posição singular, a fortaleza permitia a defesa das demais ilhas secundárias, entre elas a Ilha Rata e do Porto de Santo Antônio, cruzando fogos com a Fortaleza dos Remédios e o Forte de Santo Antônio. Com área de 2.400 m², o seu programa de planta estava definido por portada e corpo de d'guarda ladeados por cadeias e a praça d'armas cercada por quartéis, ao nível do primeiro piso. Da praça d'armas saíam duas rampas, que davam acesso ao terrapleno e aos bastiões, com piso feito em lajes de pedra, suporta dezoito peças em suas ameias e rampas de disparo. Cruzava fogos com a Fortaleza dos Remédios e o Forte de Santo Antônio (SILVA, 2007, p. 156). Segundo Garrido (1940) era uma das mais impressionantes robustez e beleza de formas, possuindo além das baterias corridas, à barbeta, imponente entrada por portão de cantaria lavrada, capela em louvor ao seu orago, quartéis para Comandante e soldados, cisterna de água potável, ampla casa de pólvora e calabouços em arcadas sob as baterias, encontrando-se de há muito abandonada e em completa ruína.
	Localização da Fortaleza de São José do Morro Fonte: Google Earth, 2009 Quadro 7: Informações referentes à Fortaleza de São José do Morro Fonte: Organizado pela Autora, 2009

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DO MORRO	
	Carl Gust. Ekeberg num relato sobre a visita a Ilha pelo navio da Cia. Sueca das Índias Orientais, Príncipe Frederico Adolfo em 1760 refere-se a Fortaleza de São José do Morro da seguinte forma: [...] Na Ilha Morro dês Ovos, que esta mais próxima à enseada, edificava-se a Fortaleza de St. Joseph, de três bastiões, e que de todas as fortificações era a melhor situada. A profundidade das águas não chega a impedir que para ali se transportem, em carros, os materiais de construção (EKEBERG, 1769 apud SOUZA-LEÃO, 1973, 55, grifo nosso). Marieta Borges Lins e Silva (2007) questiona Ekeberg (1760) quanto a probabilidade do transporte de material para a construção da fortaleza na Ilha de São José ter sido realizado através de carros: [...] Dificilmente isso poderia ter ocorrido. Os estudiosos de fortificações portuguesas atribuem à mão-de-obra carcerária o penoso trabalho de transferir para essa ilha todo o material possível, a partir da ilha principal, hoje chamada "ponta da Air France", pelos arrecifes, o que fosse necessário para erguer a bela fortaleza triangular. É considerada ainda a mais bem conservada das fortificações do Arquipélago de Fernando de Noronha, talvez pela dificuldade de acesso e a pouca visitação.
	
Arrecifes que dão acesso à Fortaleza de São José do Morro Fonte: Autora, 2005 Arrecifes que dão acesso à Fortaleza de São José do Morro Fonte: Autora, 2004 Quadro 7: Informações referentes à Fortaleza de São José do Morro Fonte: Organizado pela Autora, 2009	

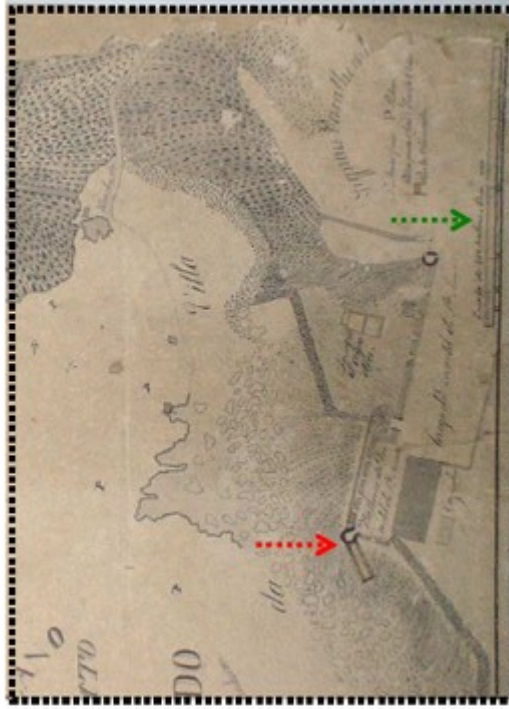
REDUTO DE SANT'ANA			
 Localização do Reduto de Sant'Ana Fonte: Google Earth, 2009	 Reduto de Sant'Ana Fonte: Mario Melo, 1916	Segundo Ekeberg (1760) a altura da Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios impedia a defesa de tropas na praia e, por este motivo, construiu-se ao lado, um reduto. Segundo Lysias Rodrigues (1943, p. 314) foi reformada em 1846 e seria de importância secundária pela aproximação da Fortaleza dos Remédios. De acordo com o mesmo autor, não acusava "solidez de construção" e era "de acanhadas proporções"	 Ruínas do Reduto de Sant'Ana Fonte: Autora, 2005
 Muralhas do Reduto de Sant'Ana Fonte: AULER, 1946	 Ruínas do Reduto de Sant'Ana Fonte: Roberto Tonera, 2004	Quadro 8: Informações referentes ao Reduto de Sant'Ana Fonte: Organizado pela Autora, 2009	

REDUTO DE SANT'ANA



Projeto e Plano do Novo Porto e Reduto de Nossa Sra. da Conceição da Ilha de Fernando de Noronha por João Bloem, 1827

Fonte: APEJE, 2006



Detalhe mostrando a Bateria de Sant'Ana – Seta vermelha: antiga rampa de acesso à praia, seta verde: Antigas oficinas.

Fonte: APEJE, 2006

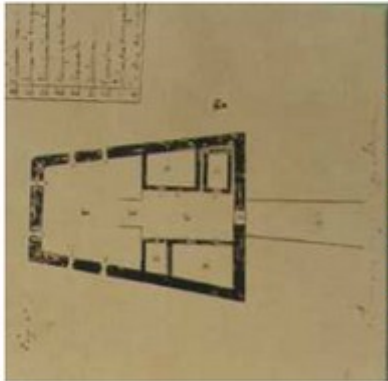
O Cel. Aníbal Barreto (1958, p. 130) reafirma a ampliação do forte em 1846 e aponta uma reparação em 1864.

Em 1914 por ocasião da Primeira Guerra Mundial foi ocupado pela Marinha. Segundo Marieta Borges Lima e Silva (2007, p. 167) devido sua utilização para aquartelamento do destacamento da força policial e, depois, da Marinha, veio daí o nome "Reduto do Arsenal" ou do "Armamento". A proximidade com o armazém de cereais, implantado no final do século XX, trouxe-lhe também o nome de "Reduto do Armazém". Nas suas muralhas, costumavam os presos salgar o peixe trazido nas jornadas de pesca, surgindo então o nome popular de "Salgadeira".

Um dos quartéis do parque tinha área de 565 m² e era ligado ao pátio de 100m². Segundo Relatório sobre o Presídio de Fernando de Noronha do Cel. Antônio Gomes Leal (1873, p. 172) a Bateria de Sant'Ana já não servia a sua função inicial de ataque e defesa, estava desarmada e suas canhoneiras tapadas. Sua primitiva rampa de acesso foi transformada em escadaria. A Grande oficina que o ligava ao pátio da igreja teve trechos demolidos e o restante adaptado ao turismo.

Quadro 8: Informações referentes ao Reduto de Sant'Ana

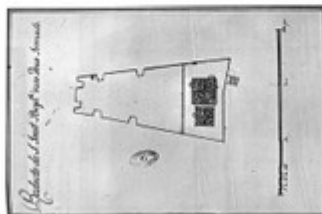
Fonte: Organizado pela Autora, 2009

REDUTO DE SÃO PEDRO DO BOLDRÓ			
 Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Arquivo Memorial Noronhense, 2005	 Localização das Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Google Earth, 2009	Não se conhece o ano em que foi erguido, mas ele está indicado no final do século XVIII, na Planta de José Fernandes Portugal. Situa-se na parte noroeste da ilha, sobre o morro do Boldró, a 31m acima do nível do mar, tinha a forma de um trapézio e segundo Marieta Borges Lins e Silva (2006, p. 170) tinha seu acesso “por um revelim de ponte levadiça”. Possuía três baterias e cruzava fogos com os Redutos de Santa Cruz do Pico e de São João Baptista dos Dois Irmãos. Em 1864, foi inteiramente reconstruído. De 1957 a 1965, no seu entorno foram instalados possantes equipamentos americanos, como parte de um Acordo firmado entre o Governo do Brasil e dos Estados Unidos, que implantou na ilha o 11º Posto de Observação de Mísseis Teleguiados (SILVA, 2007, p. 170).	
 Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Projeto Atlas Arqueológico, 2003		 Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Projeto Atlas Arqueológico, 2003	

REDUTO DE SÃO PEDRO DO BOLDRÓ			
	Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Projeto Atlas Arqueológico, 2003		Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Projeto Atlas Arqueológico, 2003
	Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Autora, 2005		Ruínas do Reduto do Boldró Fonte: Autora, 2005
Com uma área total de 600 m², sua planta retangular era dividida em dois planos: o inferior, entre a portada e a rampa que dava acesso ao seu único bastião, tinha seu corredor central ladeado à direita pela casa de pólvora e corpo de guarda e a esquerda um quartel. O bastião possuía três faces com seis ameias, rampas de disparos e duas guaritas (SILVA, 2007, p. 172). Em 1991/92 o forte foi objeto de uma prospecção arqueológica que identificou e fez aflorar o seu perímetro, seu piso e parte de suas muralhas.			

Quadro 9: Informações referentes ao Reduto de São Pedro do Boldró
Fonte: Organizado pela Autora, 2009

REDUTO DE SÃO JOÃO BAPTISTA DOS DOIS IRMÃOS



Planta do Reduto dos Dois Irmãos
Fonte: Arquivo Memorial Noronhense, 2005



Localização do Reduto dos Dois Irmãos
Fonte: Google Earth, 2009



Vestígios do Reduto dos Dois Irmãos
Fonte: Roberto Tonera, 2005

Construído em 1757 no promontório acima do morro dos dois irmãos, a 46m acima do nível do mar é a última das fortificações estabelecidas no sentido noroeste nas praias do mar-de-dentro. No passado tinha a função de proteger todo o restante da ilha até a Ponta da Sapata. Possuía a forma de um polígono trapezoidal, cruzava fogos com o Reduto de São Pedro do Bolró e segundo Silva (2007, p. 172) o seu acesso era feito por um pequeno revelim. Com área total de 612 m², o reduto foi implantado num único nível e seu perímetro foi dividido em duas unidades: a primeira, de entrada, tinha ao centro a casa de pólvora e a segunda, era caracterizada pelo bastião com seis rampas de disparos (SILVA, 2007, p. 172). Hoje se encontra fortemente recoberto por sedimentos e não existe mais a casa de pólvora. Seus canhões estão semi enterrados e suas muralhas desfeitas.



Vista a partir do Reduto dos Dois Irmãos
Fonte: Autora, 2005

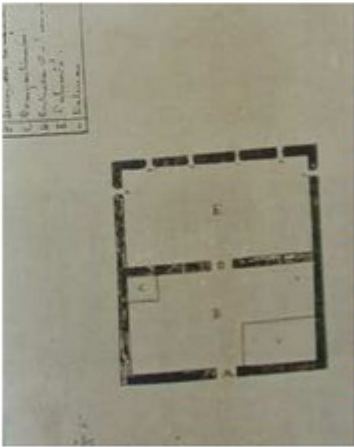


Vestígios do Reduto dos Dois Irmãos
Fonte: Autora, 2005



Vestígios do Reduto dos Dois Irmãos
Fonte: Roberto Tonera, 2005

Quadro 10: Informações referentes ao Reduto de São João Baptista dos Dois Irmãos
Fonte: Organizado pela Autora, 2009

REDUTO DE SÃO JOAQUIM DO SUESTE			
	Planta do Reduto de São Joaquim do Sueste Fonte: Acervo Memorial Noronhense, 2005		Provável localização do Reduto de São Joaquim do Sueste Fonte: Acervo Memorial Noronhense, 2005
	Vista a partir do Reduto do Sueste Fonte: Roberto Toneria, 2004		Vista a partir do Reduto do Sueste Fonte: Roberto Toneria, 2004
Quadro 11: Informações referentes ao Reduto de São Joaquim do Sueste Fonte: Organizado pela Autora, 2009			
De acordo com o Cel. Anibal Barreto (1958, p. 129) foi construído em 1739. Localizado no lado sul da Ilha, voltado para o mar-de-fora, guardava a entrada da baía do Sueste, porto opcional exposto à aproximação de embarcações, principalmente nos períodos em que o mar-de-fora fica mais calmo do que o mar-de-dentro (face voltada para o Brasil). Tinha a forma de um quadrado com área total de 637 m² e elevação sobre o nível do mar de 26,5m (GALVÃO, 1902, p. 247). Segundo Silva (2007, p. 173) seu acesso era realizado por um pequeno revelim. Foi reparado em 1846 e sua planta se estabelecia em dois níveis: no primeiro, uma pequena praça d'armas com três pequenos compartimentos e no segundo, um bastião com seis rampas de disparo. Encontra-se hoje totalmente desmontado, devido a um forte processo de erosão, após seu abandono no século XIX.			

REDUTO DE SANTA CRUZ DO PICO	
	Vista do Morro do Pico a partir do mar Fonte: Autora, 2005
	Planta do Reduto de Santa Cruz do Pico Fonte: Acervo Memorial Noronhense, 2005
Segundo Galvão (1902, p. 247) este reduto foi construído em 1739 no setor Noroeste da ilha a 2m acima do nível do mar. De acordo com Barreto (1958, p. 130), este tinha a função de evitar qualquer eventual desembarque inimigo na praia, cooperando com o Reduto de Nossa Senhora da Conceição, na outra extremidade da praia, a nordeste. Joaquim de Souza-Leão (1973, p. 47) afirma que sua localização era a duzentos metros do penhasco. Segundo Silva (2007, p. 170) tinha a forma de um trapézio incompleto, com apenas três paredes, sendo a rocha do morro a sua quarta parede. Garrido (1940) afirma que este forte, “foi um dos que mais cedo ruíram, pois que de seus muros só restam os alicerces, há trinta anos passado”. Sabe-se que, em meados do século passado, uma avalanche no morro destruiu esse reduto. Essa avalanche que o fez desaparecer – quase completamente - foi detectada pelo cientista norte-americano John Casper Branner, em 1876, quando visitou o arquipélago na qualidade de membro da Imperial Comissão Geológica Brasileira: Há não sei quantos annos o fortim, construído perto da base do Pico, foi quase completamente demolido por uma grande massa de rocha, que d'elle cahio e rolou pelo declive abaixo. N’outra occasião um setenciado, que tinha um pequeno jardim muito junto de um dos lados da base da rocha, achou-o em uma manhã enterrado sob um montão de pedras (BRANNER, 1890, p. 10).	
Quadro 12: Informações referentes ao Reduto de Santa Cruz do Pico Fonte: Organizado pela Autora, 2009	

REDUTO DO BOM JESUS DO LEÃO		
 Planta do Reduto do Bom Jesus do Leão Fonte: Acervo Memorial Noronhense, 2005	 Localização do Reduto do Bom Jesus do Leão Fonte: Google Earth, 2009	Situado a Sudoeste da ilha, no lado voltado para a África, a 28,5 m acima do nível do mar, foi concluído em 1778. Em 1846 foi reparado e em 1864 novamente sofreu reparos. Com área total de 1.084m², tinha a forma de um hexágono irregular (GALVÃO, 1908, p. 247). Sua planta era definida por uma praça d'armas com função de bastião que tinha na sua parte posterior, um grande quartel isolado de suas muralhas e, próximo a essas, a esquerda de sua entrada, um compartimento que poderia ter a função de paiol (SILVA, 2007, p. 176).
 Vista a partir do Reduto do Bom Jesus do Leão Fonte: Autora, 2005		
Quadro13: Informações referentes ao Reduto do Bom Jesus do Leão Fonte: Organizado pela Autora, 2009		

3.3 PUNIR PARA PURGAR: A VASTIDÃO DO MAR E A AMPLITUDE DOS CÍANOS CÉUS COMO MURALHAS INTRANSPONÍVEIS.

Em 20 de fevereiro de 1832, Charles Darwin visitou a ilha de Fernando de Noronha que se apresentou inteiramente coberta de vegetação. No entanto, devido ao clima seco, sua aparência não se mostrou exuberante aos olhos do cientista.

Tanto quanto pude observar; durante as poucas horas em que permaneci neste lugar; a constituição da ilha é vulcânica, mas provavelmente não recente. A característica mais notável **é uma colina cônica**, com cerca de 300 metros de altura, cujo topo **é extremamente íngreme**, e em um dos lados, é maior do que a base. A rocha é fonolítica e dividida em colunas irregulares. Ao ver uma dessas massas isoladas, à primeira vista fica-se inclinado a acreditar que ela foi subitamente empurada para o alto em um estado semifluido. [...] **sua aparência não é luxuriante. A meia subida da montanha, algumas grandes massas de rocha em formas de colunas, sombreadas por árvores semelhantes a loureiros, ornamentadas por outras, cobertas de flores cor-de-rosa forte, mas sem uma só folha, oferecem um agradável efeito ao cenário em volta** (DARWIN, 2009, p. 27, grifo nosso).

Apesar das semelhanças quanto aos elementos naturais descritos em suas estadas em Fernando de Noronha, se a Darwin a ilha agradou, 30 anos depois, aos olhos do brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan⁶⁴ com interesses no tema da defesa e da guerra, seus movimentos geológicos foram coloridos com o tom da melancolia.

[...] **ainda que mui variado por todos estes accidentes, por suas florestas e curiosidades naturais, têm todavia esse caracter de melancolia**, que é a partilha das vastas solidões, quadro que ainda mais sombrio se torna, quando se contempla o estado de degradação a que a acção mecanica do oceano tem, no seu embate consstante, reduzido as rochas, que formão o nucleo de seus promontórios. **Por toda parte se notão vestígios desoladores dessa destruição**, que deve ter alterado sensivelmente o plano primitivo da ilha, como o atesta o estado atual de algumas montanhas que lhe bordão a costa pelo lado do norte [...] (ROHAN, 1942, p. 157-158, grifo nosso).

Portanto, com o passar do tempo os relatos continuam mostrando certa ambigüidade. Em alguns momentos, a ilha poderia ser agradável e em outros, trágica. Em algumas descrições, surge com tendências edenizadoras, em outras, como inferno atlântico.

⁶⁴ Em aviso de 14 de novembro de 1862, o general Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, então ministro e secretário de estado dos negócios da guerra, determinou que o brigadeiro Rohan se dirigisse à ilha de Fernando de Noronha para que ali procedesse a estudos para a transformação daquele presídio em colônia agrícola penitenciária (ROHAN, 1942, p. 155).

O clima sadio e sua beleza natural fizeram Fernando de Noronha, ainda no Império, continua parecendo para muitos um Paraíso. Rohan (1942, p. 183) descreve que vários empregados seguiram para ilha “com satisfação, atraídos pelas informações que tinham sobre a salubridade da ilha, seus recursos alimentícios, e outras comodidades mais, que muito aproveitão aos militares”. No entanto brevemente descobriam que habitar em uma ilha-presídio não era viver nos “arrabaldes do Paraíso Terreal”, como esperavam.

Portanto o século XVIII vai conhecer no arquipélago, dois momentos rumo a um destino anti-paraíso: o primeiro, de fortificações, embora com acenos positivos, como se viu. Mas depois, o sistema carcerário, apontando vigorosamente, um destino infernal.

Fernando de Noronha inaugurava assim um sistema de prisão *sui generis*, onde trancas e grades de ferro foram substituídas pela natureza exuberante da Ilha. Não era fácil viver duplamente prisioneiro, pelo isolamento geográfico e pela pena imposta, embora parecesse infinitamente melhor estar numa ilha, do que amargar vinte, trinta anos de reclusão em outra qualquer situação conhecida⁶⁵.

Oficialmente o regime civil do presídio só teve início com a lei de 3 de outubro de 1833 que mandava cumprir na ilha, as penas de galés⁶⁶ perpétuas ou temporárias impostas aos moedeiros falsos. Anteriormente, foram enviados ao presídio, militares condenados ao carrinho⁶⁷, destinados ao trabalho na construção e manutenção das fortalezas do arquipélago. Alguns condenados a galés ou degredo passaram a ser enviados a Noronha para cumprir pena, mais por um ato costumeiro, já que não havia legislação que a fundamentasse. Por prática a

⁶⁵ No entanto, esta sensação de “liberdade” era passageira, já que qualquer falha na conduta do preso era sinônimo de novos castigos, inclusive o físico, que envolvia os instrumentos de tortura e o isolamento nas ilhas Rasa ou Rata (desprovida de água e sombra). Desta forma, os sonhos de fuga tomavam forma. O trabalho excessivo, como “caçar ratos” era uma forma de cansar o homem até a exaustão, e assim supô-lo conformado ou acomodado.

⁶⁶ Galés é a pena dos condenados a remar em galé – antiga embarcação de guerra impelida por grandes remos – e também os trabalhos forçados executados com correntes aos pés.

⁶⁷ Desde os tempos coloniais Fernando de Noronha recebe as praças de pré condenadas por crimes militares aos trabalhos públicos. Essa condenação aplicada aos militares recebeu o nome de “carrinho” porque assim se chamava a argola de ferro que se adaptava, por castigo, às pernas dos soldados (PESSOA, 1994).

ilha tornou-se “um depósito de reós de todos os crimes” (MAC-DOWELL, 1886 apud COSTA, 2009, p. 136).

É apenas com o Decreto nº 2.375, de 5 de março de 1859, que se estipulam, claramente, as penas que poderiam ser cumpridas no presídio de Fernando de Noronha. Eram elas: 1º Os condenados por fabricação e introdução de moeda falsa; 2º Por fabricação, introdução, falsificação de notas, cautelas, cédulas e papéis fiduciários da nação ou do banco, de qualquer qualidade e denominação que sejam; 3º Os militares condenados a seis ou mais anos de trabalhos públicos, ou de fortificação; 4º Ou condenados a mais de dois anos de galés; 5º Os condenados a degredo; 6º Os condenados à prisão, quando no lugar em que se deve executar a sentença não haja prisão segura; 7º Os condenados, cuja sentença fosse comutada para cumprimento de pena no presídio.

A situação da ilha continuava a reforçar a questão do degredo tratada no capítulo dois. Por causa de sua posição geográfica, o presídio de Fernando de Noronha sempre foi considerado bastante seguro. No entanto, buscando evitar o “inferno”, os desterrados, galés e os demais sentenciados nunca deixaram de “tratar da prancha”, isto é, preparar, planejar a fuga, segundo a gíria por eles criada.

Para alguns, porém, não havia a possibilidade de evitar o “inferno”. Indivíduos que não podiam mais buscar o Paraíso, fosse pela violência, pela miséria, pela injustiça que os aguardava no continente, por estarem jurados de morte, por ainda terem contas a pagar, por não poderem mais reencontrar aqueles que amavam.

Para os que ainda viam a ilha como condição de purgatório, haveriam de vencer o mar. Desafiar a sua fúria e as estações menos propícias, e dessa maneira descobrirem, ao longo do arquipélago, vários pontos favoráveis ao atracamento de barcos que os levariam de

volta ao “mundo”⁶⁸. Para eles a fuga era uma verdadeira emancipação. Muitas ocorreram na ilha, algumas delas espetaculares.

José Lins do Rêgo, em seu romance *Usina*, narra a prisão do moleque Ricardo na ilha e a raiva que a maioria dos presos tinham do mar: “um ódio igual ao que tivessem pelas grades da cadeia. O mar prendia-os, o mar era o grande carcereiro. Sair de Fernando, fugir, era mais um encontro com a morte, um suicídio a que muitos se haviam submetido” (RÊGO, 2008, 49).

O mar apresentava-se não apenas como um muro, mas um mar vigilante que cercava, murava, confinava os presos, roncando nos ouvidos, como um carrasco que não se cansava de repetir a sentença.

O mar da ilha não baixava a fúria de suas ondas nas pedras. Espumava rugia todas as horas, enraivecido. Era um carcereiro que não dormia, um elemento que os homens aproveitavam de Deus para castigar outros homens. Por todos os lados o mar era o mesmo. Aventurar-se por ele era querer a morte, porque o bruto não se amansava como nas praias do outro lado, não baixava o lombo das ondas, convidando a gente para o seu regaço (RÊGO, 2008, p. 56).

Em Fernando de Noronha, não havia sistema celular ou de confinamento. Apenas um prédio chamado Aldeia (Imagem 51) guardava precariamente os presos tidos como incorrigíveis e abrigava outros tantos para o pernoite. Localizado na Vila dos Remédios, na antiga Praça d’Armas, próxima ao Palácio São Miguel, teve - no século passado e a partir da permissão para serem enviadas mulheres presas ao arquipélago - também a denominação de “Presídio Feminino”⁶⁹, por abrigar as sentenciadas. No seu interior, existiram celas coletivas, espaços para presos confinados, padaria, refeitório, cozinha, setores administrativos e pátios internos “a céu aberto”.

⁶⁸ Expressão utilizada pelos prisioneiros para designar a cidade de Recife, o continente, e num sentido mais amplo, todo o mundo livre, do qual não faziam mais parte.

⁶⁹ Até meados do século XIX era proibido o envio de mulheres, tanto prisioneiras como companheiras dos correccionais ou dos dirigentes. Nem mesmo o comandante geral tinha autorização para trazer sua família. Isso gerou problemas terríveis, alguns identificados como “inversão sexual” em relatórios de ocorrência.



Imagem 51: Praça do Commando do Presídio de Fernando de Noronha, Aquarela sobre papel, Alexandre Spetz, 1845

Fonte: Acervo Memorial Noronhense, 2005

A maior parte das pessoas vivia na Vila dos Remédios (Imagem 52) onde, em torno de duas praças, concentrava-se a administração do presídio e as moradias dos empregados⁷⁰. A população era composta de militares, empregados da administração, sentenciados e paisanos – aqueles que não cumpriam penas, nem eram militares – entre estes estavam os *vivandeiros*⁷¹, mulheres, crianças e até mesmo escravos.

⁷⁰ Até 1873 as casas construídas pelos habitantes da ilha não eram muito seguras nem resistentes. Grande parte era coberta de palha e feita de taipa, não suportava as intempéries, poucas vezes durava dois invernos. A partir deste ano houve um aumento significativo do número de casas de pedra devido a ordem do comandante Alexandre de Barros Albuquerque que determinou: *que se concedesse a todo o sentenciado, que tivesse de levantar uma pequena casa, uma fachina de pedras e um numero razoavel de praças para auxilia-lo no transporte de pedras e em outro qualquer mister, de que porventura precisasse* (ALBUQUERQUE, 1873 apud COSTA, 2009, p. 155).

⁷¹ Negociantes paisanos que praticavam toda sorte de comércio na ilha. Compravam produtos no Recife e vendiam a retalho. Rohan (1942, 179) os chamava de “ratoneiros”, que traficavam e extraíam *por meio de um commercio cheio de fraude, o dinheiro com que o governo contribui para as despesas do prezidio*. Segundo Costa (2009, p. 148) os vivandeiros em seus negócios escusos, possibilitavam aos presos algum alívio da condição de prisioneiros e a aproximação de uma vida livre, ao terem acesso a produtos para além das necessidades essenciais.

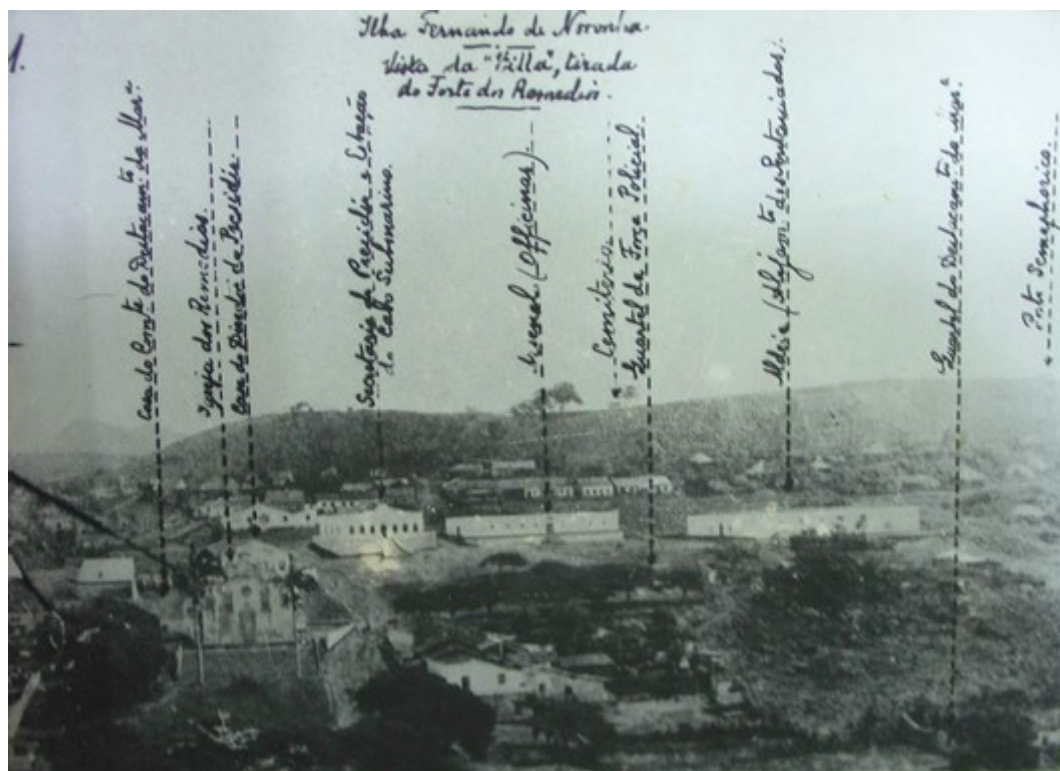


Imagem 52: Vila dos Remédios e suas edificações

Fonte: Paraíso do Vulcão, 2003

Segundo Marcos Paulo Pedrosa Costa em Fernando e o Mundo – O presídio de Fernando de Noronha no século XIX (2009, p. 137, grifo nosso):

Fernando era uma máquina devoradora de homens. A todos parecia desviar. Os criminosos não se recuperavam. Os agentes da autoridade se corrompiam. Aqueles que lá estavam para edificar uma sociedade pautada na moral se contaminavam perdidos na falta de referências morais. Ou, a bem da verdade, já carregavam consigo o germe da corrupção. **Era paisagem paradisíaca e vida infernal.**

O texto anônimo Revoluções do Brasil: Idéia Geral de Pernambuco em 1817, citado anteriormente, afirmava, como Fernando de Noronha ocupava o papel de mais importante baluarte contra as investidas de corsários e piratas. No entanto, o mais relevante no texto, é a sua visão sobre a importância do ingresso das mulheres no arquipélago. Vale lembrar que, em 1817, Noronha ainda não era legalmente destinada ao cumprimento de sentenças de presos civis, porém, na prática, já tinha essa destinação, como o próprio desterro, que ocorria desde datas bem remotas. O autor adentra para um novo fato dentro do arquipélago: as transgressões

dos padrões sexuais e deixa claro que os homens sensatos, ou seja, zelosos do bem do Estado, da religião e da soberania, lamentavam que o “gênio do mal” tivesse saído vencedor com estragos a “homens da moral e do bem publico”.

A maior parte dos homens sensatos, queremos dizer, homens zelosos do bem do Estado; dos interesses da Religião, e Soberano, seguem a affirmativa; e **lamentão a fatalidade com que o Genio do mal tem até agora pugnado, e sahido vencedor, com estragos de homens, da moral, e do bem publico.**

Tem se teimado invensivelmente, em conservar a Ilha impenetravel á mulheres, á Sanctidade dos Matrimônios, ás vantagens da população: os mesmos officiaes, e Soldados casados são obrigados a deixar em Pernambuco suas mulheres, expostas ao risco da incontinência, para ellas mesmas irem observar huma **castidade forçada**, e reprovada por todas as boas Leis! (ANONIMO, 1883, p. 32, grifo nosso).

A obra, em todo o seu texto, é permeada pelo moralismo do autor. Nesse trecho, pode-se perceber o cuidado com a potencial infidelidade a que as mulheres seriam submetidas, pois, segundo ele, a ausência das obrigações matrimoniais contrariava o regimento das boas leis, ou seja: as da igreja e as da natureza. Somava-se a isso ainda, que os soldados de Pernambuco não tinham ideia de moral e tampouco eram capazes de guardar castidade. Assim caíam em habituais “depravadas relações”, deixando que a natureza animal se responsabilizasse pela mais “exaltada torpitude” (ANONIMO, 1883, p. 32).

De facto, os crimes contra a natureza, em gêneros de Luxuria, são tantos, tão variados, tão escandalosos, e nefandos, que a nossa penna se horrorisa, e recusa mencional-los: basta-lhe escrever, que semelhantes attentados são vulgarmente designados, e entendidos sob o modesto titulo de – **pecados de Fernando – e que o nome de – Sodô mamui fracamente exprime a Ilha de Fernando!!** (ANONIMO, 1883, p. 33, grifo nosso).

No Gênesis, o conceito de sexualidade traduz-se num relacionamento entre um homem (Adão) e uma mulher (Eva), o sexo estava sempre relacionado a procriação e fazia parte do lastro animal do homem. A nudez era pura e desprovida de erotismo e ou vergonha, até o momento do pecado e da expulsão do Éden.

A consciência da própria nudez dá-se no Paraíso por conta da transgressão, da desobediência. Quando Adão e Eva percebem-se nus, têm vergonha e medo do Senhor e tentam esconder-se. A novidade alcançada foi o conhecimento do ato, do corpo. O casal busca ocultar-se, por inteiro, da face do Senhor porque estão envergonhados do que fizeram e também de sua nudez física e espiritual, pois agora adquiriram a consciência do estado de seus corpos.

Ao sair do Paraíso, o homem toma consciência do tempo, e das mudanças que este acarreta. É através da observação corporal que sabe não só que vai morrer como também que vai ficar velho, faminto, precisar de proteção, ter desejos sexuais. E, sabendo de todas essas coisas, ele agirá conscientemente para prover a si próprio as gratificações exigidas.

Sob este ponto de vista, é possível estabelecer um liame entre a vergonha de Adão e Eva no Paraíso após tomarem consciência da própria nudez e o sentimento de Ricardo, personagem de José Lins do Rego, que se sente ameaçado e tenta de todo modo esconder-se por transgredir a ordem geral ao comungar do mal de Fernando:

Uma mulher em Fernando tinha o valor de diamante. Contava-se no dedo as que existiam por ali. [...] Ricardo sonhava com as mulheres nas noites calmas da ilha. Isaura e Odete lhe apareciam nos sonhos como visitas camaradas, **enchendo os seus sonos de contatos, de uma luxúria boa, de uma mágoa profunda no coração ao desperar.** [...] Como nos tempos de menino, ele se entregava, nestas horas de silêncio, aos prazeres que arranjava com suas próprias mãos. **A princípio teve vergonha.** Fazer aquilo que há tanto tempo não fazia! **Depois acostumou-se, familiarizou-se com o vício. Também na ilha o amor era quase sempre impossível. Os homens se acostumavam da falta de mulheres amando uns aos outros.**

[...]Ali em Fernando a coisa era outra. Os homens-mulheres não eram raros como no engenho. Seu Manuel cozinheiro era um. Não havia mais dúvida [...] um homem com três mortes, fazendo coisas assim, feito uma mulher no cio, atrás dele, do médico. Custava a compreender. **O mundo dava voltas que só o diabo sabia. E Deus? O que diria Deus daquilo tudo? Deus não sabia de nada. Perdidos no meio do mar, eles estavam perdidos dos olhares de Deus. Deus não devia olhar para preso de Fernando** (RÊGO, 2007, p. 42-43, grifo nosso).

Diante da ausência da mulher, da carência e solidão insular, o corpo masculino era um objeto a ser entendido, controlado e usado. O corpo também era o abrigo e representante

de forças instintivas poderosas, que a razão não podia controlar por completo e que ameaçavam constantemente subjugar-lo.

A vida do corpo era uma vida de corrupção; somente o espírito era incorruptível e eterno. Uma decorrência dessa situação era atribuir ao corpo um valor menor, ao passo que as funções psíquicas recebiam um valor mais alto.

As reminiscências do preso Manoel Batista Cavalcante intitulada Memória de um preso político em Fernando de Noronha também se referem à ilha “como uma verdadeira fábrica de delinquência e de perversão sexual”, onde os próprios guardas em troca de propinas estimulavam e até promoviam a pederastia, levando jovens recém-chegados para as celas de indivíduos que lhes pagavam para isto. Os jovens eram forçados a prática da perversão sob ameaças ou outros meios e indefesos se submetiam a tal situação. “E quem faz um cesto faz um cento e dali para frente virava rotina” (CAVALCANTE, S.d. apud SILVA, 2007, p. 195).

É sensível a importância que o presídio de Fernando de Noronha ganhou no século XIX. No começo deste século, Henry Koster em Viagem no Brasil refere-se à ilha “como uma instituição, ou antes um abuso, cujos resultados são tão funestos nessa província, que exige urgente reparação; é uma vergonha para o governo que a tolera” (1961, p. 97).

Este seria o motivo pelo qual os “Clérigos de probriedade” fugiam ao desígnio de serem capelães de “semelhante inferno”:

[...] vendo-se Ordinário constrangido a lançar mão dos clérigos criminosos, prendê-los, e degredá-los para aquela infame Colônia; aonde em lugar de instruírem, e edificarem, não fazem mais, que augmentar o numero de incorrigíveis, e escandalosos? (ANONIMO, 1883, p. 33).

Henry Koster também se refere à proibição de mulheres na ilha e a dificuldade em encontrar padres que queiram exercer a função de Capelão da ilha por um ano,

quando o governo pede um ao bispo este manda procurá-lo pelos seus servidores. As pessoas desta profissão que estão no caso de preencher as funções escondem-se;

havendo por fim necessidade de mandar-se para este serviço alguns dos jovens sacerdotes que se acham a disposição da autoridade” (KOSTER, 1961, p. 97).

Por isso, para lá se enviavam os clérigos criminosos, para prendê-los e degredá-los. Este tipo de religioso, no lugar de instruir nas moralidades cristãs, servia para aumentar o número dos incorrigíveis e dos escândalos. Segundo Costa (2009, p. 164) é possível que estas informações sejam exageradas pelo excesso de moralidade dos textos, mas não deixam de informar sobre um tipo de imagem que as pessoas do continente tinham a respeito da ilha, sobretudo, pela importância atribuída à presença das mulheres e da família.

Em 1865, um projeto moralizador de correção dos presos pela família proposto pelo brigadeiro Beaurepaire Rohan intitulado A Ilha de Fernando de Noronha, considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia agrícola-penitenciária, vai estimular a constituição das famílias e valorizar a presença das mulheres na ilha.

Era alli antigamente prohibido o ingresso de mulheres, prohibição que se estendia as dos próprios empregados públicos. Se estes, porém, podião resignar-se a tão insólita regra, com a esperança de voltar algum dia ao seio de suas famílias, outro tanto não acontecia aos infelizes que tinham de cumprir uma sentença, que, se não era perpetua de direito, o era a maior parte das vezes de facto, pelo lapso de tempo a que erão condemnados, e a cujo termo chegavão raramente com vida. **D’ahi resultavão desordens, que o sentimento da moralidade devia ter procurado evitar. Enquanto suas mulheres, abandonadas no continente, procuravão, para si e seus filhos, um recurso na devassidão, seus maridos, isolados no presídio, entregavão-se aos mais degradantes desvios, d’onde se originavão as únicas enfermidades conhecidas naquele abençoado clima** (ROHAN, 1942, p.184).

Os pilares do projeto de reforma para o presídio estavam alicerçados em dois pontos: o reforço das moralidades e o “trabalho moralizador”. Tudo isto perpassado por uma atenção filantrópica, que exigia “caridade”, direito a compaixão” e uma justiça “benévola e humana”, “defensora da humanidade” (COSTA, 2007, p. 58).

A “depravação dos costumes”, segundo o brigadeiro (1942, p. 186), tinha suas origens na “falta absoluta de toda e qualquer cultura religiosa” no presídio. Seria necessário,

um trabalho de missionário, que levasse aos presos palavras de esperança de reconciliá-los “com Deus e com a sociedade”.

Para instalar um regime de moralidade para os sentenciados, a religião deveria desempenhar um papel fundamental. No entanto, o apoio religioso e missionário dispensados aos presos era insignificante, sobretudo, tratando-se de criminosos. De acordo com Rohan (1942, p. 186) esses indivíduos afastados de Deus e da sociedade, precisavam se reconciliar, com estes, e consigo mesmos. Recomendava, portanto, um trabalho missionário consciencioso. “Alguns capuchinhos fariam no presídio relevantes serviços, mais necessários e de melhor resultado do que aqueles que vão prestar entre selvagens, que habitam as nossas florestas”.

O criminoso desviado ou desconhecedor das moralidades encontraria na religião o elo com o arrependimento e o reconhecimento da culpa. Seu encarceramento representava uma punição da sociedade a um desvio. Neste momento, punir já não era suficiente: era necessário. Por outro lado, corrigir era fundamental. Mas, como se corrigir sem o reconhecimento da própria culpa? Aqueles que, por alheios à moral ou por afrontá-la, cometem o delito, precisam descobrir, aprender ou reconhecer o que é certo. E o certo vem da moral dos homens, advinda de Deus. A vida em sociedades civilizadas exige preceitos que afastem o indivíduo da barbárie. Aqueles que desconhecem as palavras divinas desconheciam uma prática civilizada. Desse modo, conhecer a moral cristã seria um passo essencial para se ter práticas civilizadas e quem sabe fazer-se novamente, candidato ao Paraíso. Tocar o coração daqueles homens com uma cultura religiosa era fundamental.

“Fernando” veio a ser o reduto derradeiro das humanidades monstruosas, do reino do próprio demo. Homens condenados a longas penas, ladrões e assassinos, moedeiros falsos e contrabandistas, vindos de Pernambuco, viveram esse cárcere a céu aberto, cumprindo longas e dolorosas jornadas de trabalho, escolhidos e indicados pelos que os comandavam,

para todos os serviços da população que se juntava ao acaso. Também aqueles que por razões políticas, eram banidos para a ilha, vinham juntar-se a esses malfeitores, vivendo uma vida de privações e sofrimentos. Afora as condenações que os havia levado para lá, qualquer outra infração, por mais simples que fosse, servia de pretexto para novas punições, num regime cruel e desumano, que se valia da força e da intimidação para subsistir: “um longo tempo de cativeiro, de vidas sofridas e solitárias, de absoluto desencanto” (SILVA, 2007, p. 193).

As notícias sobre a violência não eram novidade. Os moedeiros falsos escreveram muitas vezes para denunciar os bárbaros castigos aplicados na “ilha-presídio”⁷². São vários os relatos sobre o uso das fortificações da ilha pensadas inicialmente como possibilidade de construção do Paraíso, como local de tortura.

Dentre eles, o publicado por Lourdes Coelho no Jornal do Commercio, caderno Cidades de 1990 que trata da existência de uma “sala do suplício” na Fortaleza dos Remédios, onde os degredados eram presos pelos pés, por correntes de ferro, conhecidas como “divisas”. No local, uma pequena porta fechada fazia comunicação com o subterrâneo. Este terminava na “Caverna dos Suspiros” ou “Funil”, no penhasco abaixo do forte. Quando as torturas não davam resultado, o último argumento era precipitar a vítima pela abertura, de onde jamais sairia com vida (apud SILVA, 2007, p. 163).

Essa crença, de que uma passagem especial e misteriosa seria local de extermínio, é evocada por Nelson e Josina Corrêa (1984) no livro Roteiro de Aventuras em Antigas Fortalezas do Brasil.

[...] Uma misteriosa passagem subterrânea, fechada por uma porta de ferro, termina em uma caverna, cuja abertura fica encoberta na maré alta. Ontem que um militar, aventurando-se a pesquisar o túnel da “Poterna” 35, nunca mais voltou. Segundo dizem, poderia ter sido morto por asfixia, queda, ou vitimado por um

⁷² A coragem distinguia os prisioneiros. Tanto maior fosse o crime, maior a consideração que acompanhava o criminoso. Nas mais altas posições dessa hierarquia social estavam todos os que haviam cometido o crime de homicídio e cumpriam penas muito longas ou perpétuas. Os condenados pelos crimes de furto e de roubo eram desprezados pelos mais perigosos, que cometeram crimes mais graves. Os ladrões eram considerados homens de pouca coragem e os que roubavam cavalos eram, em especial, ridicularizados (PESSOA, 1994, p.45).

tubarão ou polvo, que habita a caverna submarina (CORRÊA & CORRÊA apud SILVA, p. 163).

Para o uso prisional ao qual foi destinado, foram construídos na Fortaleza dos Remédios os deploráveis “leitos de pedra”, ou “leitos de cimento” (Imagens 53 e 54), para que a tortura se desse também durante o sono do prisioneiro.



Imagem 53: Sala abobadada da Fortaleza dos Remédios

Fonte: Atlas Arqueológico, 2006

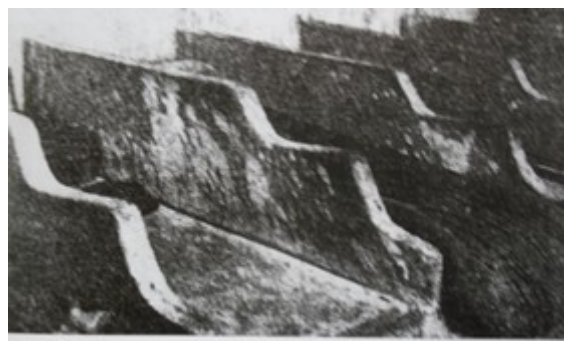


Imagem 54: Leitos de pedra da Fortaleza dos Remédios, 1930

Fonte: SILVA, 2007

[...] O alojamento, que foi chamado com razão de catacumba, é uma das curiosidades da ilha. Na sala muito longa e ampla existe uma plataforma de cimento de enorme extensão. Essa plataforma é dividida por um relevo pouco elevado em pequenos segmentos estreitos e longos. Cada um desses segmentos, em ligeiro declive, constitui uma cama para os prisioneiros. Revestem elles a cama dura e fria com escassa esteira e ali dormem. A dureza da cama como symboliza a propria dureza da vida. Antes o leito de folhas seccas das catingas, coberto com o lençol branco do luar, pensarão elles melancolicamente, quando, ao toque de silencio, se acercam daquelles frios leitos de pedra. Com certeza as cavernas dos troglodytas deviam ser mais confortaeis que a catacumba de Fernando de Noronha (DANTAS, 1939, p.21-22).

Apropriando-se das palavras de Melo (1984) sobre a Fortaleza dos Remédios: “Pedaços de lembranças de uma época infeliz, recordações de lamentos de tantos coitados cercam de mistério cada degrau do Forte”.

Olavo Dantas (1938, p. 21-23) faz alusão a sinistra sala abobadada que os presos chamavam de “quebra-rôço” que queria dizer quebra orgulho, quebra vaidade. Era a sala dos suplicios, em tempos passados:

[...] O mais curioso, porém, é que nesse “quebra roço” existe uma porta pequena, tomada hoje com cimento, que se comunicava com um subterrâneo, o qual terminava numa abertura para a caverna dos Suspiros. **Quando as torturas não davam os resultados esperados, o ultimo argumento era precipitar o recalcitrante na caverna tenebrosa, pois dali o sujeito sahia com passagem directa para os circulos infernaes de que falava Dante** (DANTAS, 1938, p. 21-22, grifo nosso).

Fernando a todos encarcerava, fossem livres ou sentenciados. Era o antiparaíso. Corpo de anjo. Alma de demônio. Corrompia até quem devia ser veículo de moralidades, ainda que se saiba que muitos chegavam até lá atraídos pela possibilidade de enriquecer facilmente de forma ilícita ou através da exploração dos sentenciados. Mas, mesmo os de boa vontade, desviavam-se do caminho da moral. Punir e resgatar o delinqüente para a sociedade através do aprendizado dos valores de civilidade propiciados pelo trabalho e norteados pelo ensino moral e religioso era o propósito. No entanto, parecia não ser possível o resgate desses indivíduos, que aos olhos do **Mundo**, eram desvirtuados ao ponto de ser um foco de contaminação e irradiação da imoralidade, perversidade e corrupção.

4 PARAÍSO À VISTA: OS JARDINS DO ÉDEN OFERECIDOS PELA MÍDIA.

Segunda-feira, 6h30 da manhã. O despertador tocou e eu, como de hábito, enfiei um sopapo nele. Acordei, mas continuei de olhos fechados, pensando – como, imagino, todo mundo faz – no que viria a seguir: levantar, tomar banho, engolir rapidinho o café, entrar no carro, enfrentar o trânsito, chegar ao trabalho, etc, etc. respirei meio desanimado, abri os olhos e fiquei encarando o lustre, no quarto semi-escuro. Mas... pôra lá: que lustre era aquele? E aquele quarto? E aquela cama? Foi quando a ficha caiu e me toquei que, a despeito do filme rotineiro que passava na minha cabeça, eu não estava em casa, muito menos a caminho do trabalho. Eu estava em Fernando de Noronha! E lá, como se sabe, não existem segundas-feiras!

Mesmo assim, pulei cedo da cama. O objetivo (logo lembrei a razão do despertador!) era ver o sol nascer no mar e curtir uma das praias da ilha, antes de os outros turistas despertarem. Assim, experimentaria a deliciosa sensação de ter um pedaço do paraíso só para mim. Quinze minutos depois, eu era o primeiro ser humano do dia a macular, com meus pés branquelos, as areias lisinhas da estupenda Praia do Leão [...] ⁷³.

Passados os sombrios anos de prisão e chegando aos tempos atuais, a ilha volta surpreendentemente a figurar como reduto de elementos edênicos. Esta mudança já é assinalada com o início do turismo em 1974, quando a aeronáutica autorizou um voo regular da TRANSBRASIL, iniciando também uma pequena estrutura para recepção dos mesmos (BRASIL, 2006, p. 10).

Em função da situação geográfica, importância ecológica (área de reprodução de diversas espécies animais, potencial genético e complexidade dos ecossistemas), grau de preservação e beleza cênica é que entidades ambientalistas e a comunidade científica nacional e internacional iniciaram no começo da década de oitenta o movimento para a criação de uma unidade de conservação no arquipélago, seguindo recomendação do documento "Estratégia Mundial para Conservação" (BRASIL, 2006, p. 7).

Deste movimento resultou a criação da área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha em 1986. O Decreto-Lei nº 96693, de 14/09/88 cria o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR-FN) com área total de 11.270 hectares, sendo 85% no mar, e os 15% terrestres correspondem a cerca de 65% das terras do

⁷³ Fernando de Noronha de Bolso, Revista Viaje Mais, Ano 2, nº 30, Novembro de 2003.

arquipélago. Os restantes 35% de terras do arquipélago estão na ilha de Fernando de Noronha e constituem a APA de Fernando de Noronha (BRASIL, 2006, p. 7).

As excepcionais condições ambientais de Noronha mais uma vez despertam a atenção dos ambientalistas de todo o mundo e de organismos preservacionistas, envolvidos na luta em defesa da natureza, fazendo surgir a proposta de concessão – pela UNESCO – de um título que reconhecesse essas características especiais, com a inscrição do arquipélago na lista dos lugares contemplados como “patrimônio mundial”. Assim, em 13 de dezembro de 2001, Fernando de Noronha foi inscrito nesse seletivo grupo de lugares privilegiados, com o título de sítio do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Imagem 55), local onde o contato mais estreito entre o homem e a natureza é perfeitamente possível.

Como se realizasse, longa trajetória em arco, o termo Paraíso volta a ser vinculado a ela. Mas o que significa hoje, em tempos dessacralizados, esta noção?

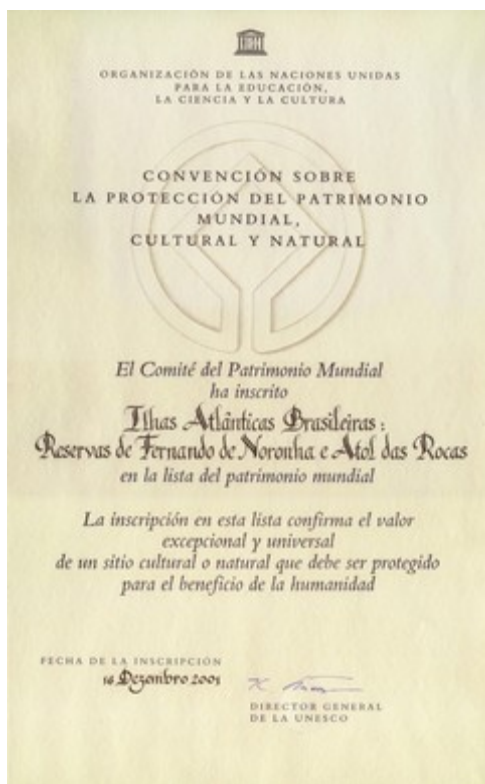


Imagem 55: Inscrição da Reserva de Fernando de Noronha na lista de Patrimônio Mundial

Fonte: <http://www.fernandodenoronha.pe.gov.br/popups/pmn.html>, 2009

Neste contexto, as insulas novamente se destacam: as mais valorizadas são as oceânicas tropicais, como as do Caribe, as do Oceano Índico e da Polinésia que invadiram os meios de comunicação sendo divulgadas como os últimos recantos de paz, de tranquilidade e do exótico, lugares ideais para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo. Cada vez mais, as pessoas correspondem às invocações da magia insular, buscando pequenos pedaços de terra no oceano, fragmentos de um Paraíso que se conservariam intactos ante os avanços da História e da sociedade Moderna.

Se durante todo o período dos Descobrimentos, as ilhas aparecem envoltas no fantástico e no miraculoso, onde se dizia esconder a felicidade, hoje, nem mar nem terra, nem espaço desconhecido nem lugar conhecido, e por outro lado, todas essas coisas ao mesmo tempo, a ilha converte-se numa espécie de “entremeio”, um provisório, mas imprevisível, em que a diferença se deposita, se coalha, se espessa, tornando-se, desse modo visível, palpável.

Através do turismo a idéia de Paraíso perdido numa forma terrena e atraente ressurge. O antigo e acalentado desejo de voltar ao jardim do Éden, ao lugar da origem humana, apesar de difícil agora é possível?

Contudo, o Paraíso não abandonou seus contornos naturais “Santuário”, “templo”, “Éden”, “Origem” são palavras freqüentemente empregadas pela mídia, como complementos de fotografias de locais considerados idílicos, naturais e sofisticados. É o sagrado na comunicação publicitária do turismo, que recorrentemente vem associando a idéia de viagem e descanso a expressões, conceitos e referências provenientes do universo religioso para vender seus diversos produtos de consumo.

O turismo em si, procura pelo tempo livre das pessoas, e vive de oferecer e vender lugares. Entre as linguagens que utiliza, a mais persuasiva é a visual, na qual uma boa e bem elaborada imagem, fala por si só. Estas imagens, geralmente impactantes, vêm acompanhadas de um texto breve, eloqüente e que envolve o leitor num mundo de promessa e magia, em

contraste óbvio e flagrante com as urgências de seu cotidiano, representado por um cenário de vida urbana altamente violenta, estressante e opressora.

Para verificar os contornos da noção de Paraíso no contexto contemporâneo, optou-se pela análise dos discursos de artigos turísticos. Foram analisadas sete revistas⁷⁴ (Viaje Mais, Viagem e Turismo, Continente Documento e Continente Turismo, Passaport Nordeste, Trip, Geográfica Universal e Host – hospitalidade & Turismo Sustentável) e artigos disponíveis na rede universal de computadores, veiculados nas últimas duas décadas⁷⁵.

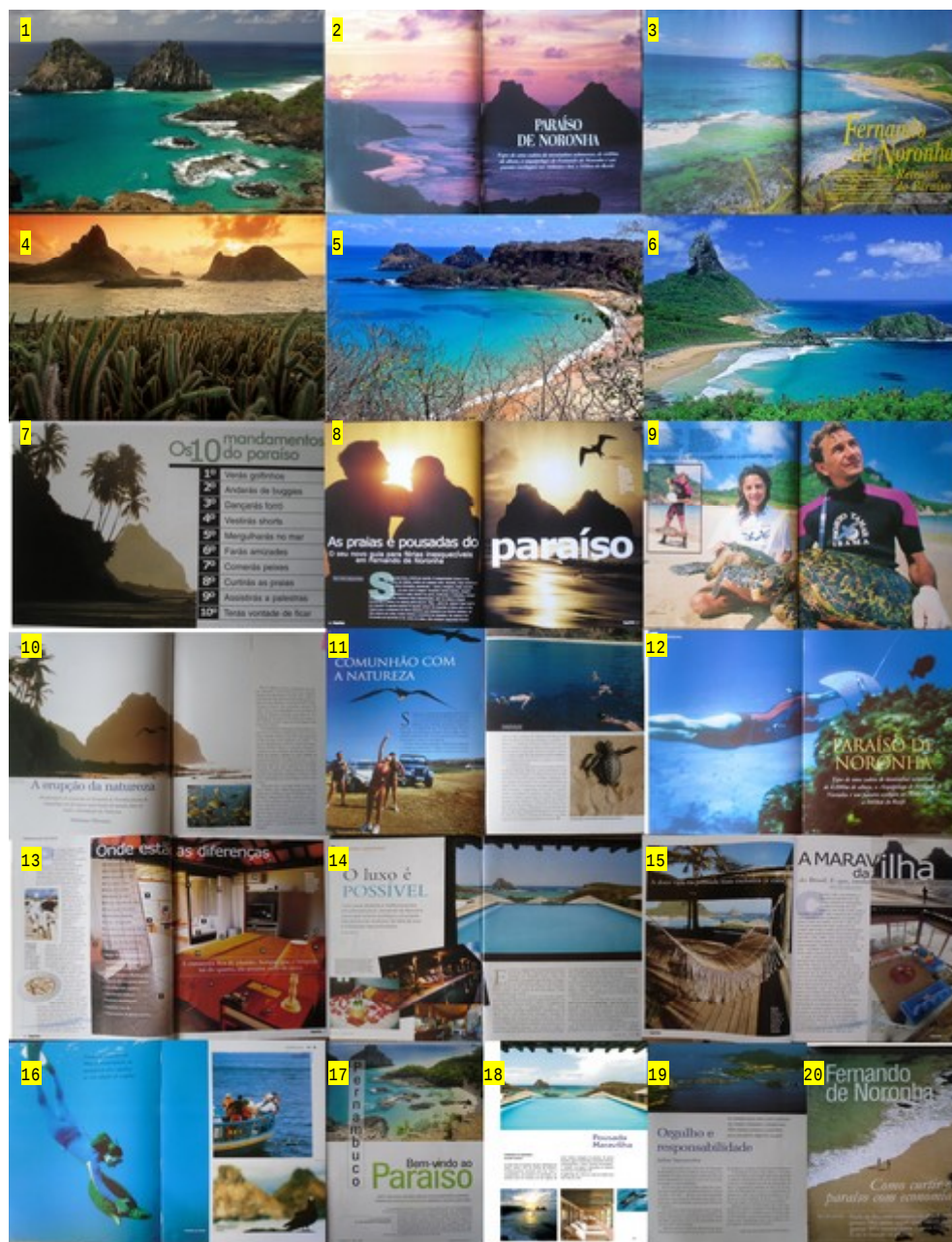
A busca da paisagem ideal para a produção e construção da embalagem do Paraíso nas revistas pesquisadas se adequa a diversas chaves. Pode-se vender o Paraíso no discurso do humor, da ironia, na seriedade, apelando para a exclusividade em acessá-lo ou no discurso ecológico e preservacionista vigente no momento.

O principal aspecto observado nas vinte imagens selecionadas (Imagem 56) é que a maioria das *midias* conhece e evoca o caminho para o Paraíso e sabe indicá-lo para seus leitores principalmente através de vistas panorâmicas. Nelas a “familiaridade” de Fernando de Noronha com a temática do Paraíso é confirmada pela insularidade e natureza exuberante representada por seus principais monumentos naturais: Os morros Dois Irmãos e do Pico (Imagem 57).

As imagens e os textos reafirmam que Fernando de Noronha é de difícil acesso, distante do continente, bem no meio do nada, ainda mais inacessível ao turismo tradicional e de massa. Por sua localização geográfica distante do continente se associa à imagem de lugar sagrado, localizado fora do mundo terreno e profano. A lonjura embeleza e o isolamento preserva.

⁷⁴ Metodologia semelhante foi aplicada por Sabáh Aoun em A procura do paraíso no universo do turismo que procurou analisar os discursos de vendas dos artigos turísticos utilizando como base para sua pesquisa três revistas especializadas em turismo: Vacanes, Horizonte Geográfico e VIP Exame.

⁷⁵ A preferência a respeito do material escolhido não recaiu sobre o uso, a consulta ou análise dos canônicos guias de viagem. A seleção foi voltada para um tipo de comunicação, bem mais ampla, flexível, mais valorosa e com mais diálogos. Um universo onde houvesse maior aproveitamento das metáforas.



- 1 Fernando de Noronha - O Paraíso na terra, por Multisport - AuroraEco, 2009
- 2 Revista Continente Turismo, Ed. Especial, Dez, 2001
- 3 Revista Geográfica Universal, nº 248, Set, 2005
- 4 O Paraíso Brasileiro FERNANDO DE NORONHA, Skyscrapercity / Bucki, Jul, 2006
- 5 Paraíso Escondido em Noronha, por Vanessa Lima, Portal MSN.ONNE, 2009
- 6 O Paraíso Fernando de Noronha - Imagens que não cansamos de ver!, Blog Eco4you
- 7 Guia de Bolso, Viaje Mais por Menos, Ed. Especial, nº1001, Maio, 2003
- 8 Revista Viaje Mais, Ano 2, nº 30, Nov, 2003
- 9 Revista Geográfica Universal, nº 248, Set, 2005
- 11 Revista Continente Turismo, Ed. Especial, nº 3, 2005
- 12 Revista Continente turismo, Ed. Especial, nº 3, 2005
- 13 Viaje Mais por menos, Ano 2, nº 30, Nov, 2003
- 14 Revista Host, Ano 2, Nov, 2005
- 15 Revista Viaje Mais por menos, Ano 2, nº 30, Nov, 2003
- 16 Revista Continente Turismo, Edição Especial, nº 3, 2005
- 17 Revista Passaporte Nordeste, Ano I, nº 01, Abr, 2004
- 18 Revistas Grandes Destinos, Ed.Especial, Interpoint, 2009
- 19 Revista Continente documento, Ano 1, nº 12, 2003
- 20 Revista Viaje Mais por menos, Ed. especial, nº 1001, Mai, 2003.

Imagem 56: Fernando de Noronha – Imagens Analisadas

Fonte: Adaptado pela Autora, 2009



- 1 Fernando de Noronha - O Paraíso na terra, por Multisport - AuroraEco, 2009
 3 Paraíso Escondido em Noronha, por Vanessa Lima, Portal MSN.ONNE, 2009
 5 Revista Geográfica Universal, nº 248, Set, 2005
 7 O Paraíso Brasileiro FERNANDO DE NORONHA, Skyscrapercity / Bucki, Jul, 2006
 8 Revista Passaporte Nordeste, Ano I, nº 01, Abr, 2004

- 2 Revista Continente Turismo, Ed. Especial, Dez, 2001
 4 Revista Continente Documento, Ano 1, nº 12, 2003
 6 O Paraíso Fernando de Noronha - Imagens que não cansamos de ver!, Blog Eco4you
 9 Revista Continente documento, Ano 1, nº 12, 2003

Imagem 57: Fernando de Noronha – Natureza e Insularidade

Fonte: Adaptado pela Autora, 2009

Das vinte imagens analisadas, nove apresentam o arquipélago como um local despovoado, isolado de criaturas capazes de perturbar o sossego e a harmonia desenhada pela natureza, circunstância ideal para se viver e apreciar as coisas belas da vida. Da forma que Noronha é apresentada, se mostra um lugar raro, único e excludente, a que poucos “eleitos” têm acesso. A intenção clara é de que os leitores passem a almejar esse Paraíso da exclusividade. Numa linguagem religiosa, a idéia que se tem é que Deus escolheu apenas a Adão e Eva para cultivar e guardar o jardim.

Aliando-se a este pensamento, dez imagens são desprovidas da figura humana, seis apresentam pessoas solitárias ou um casal, contemporâneos de Adão e Eva e privilegiados por poderem apreciar as belezas naturais exóticas e ainda intocadas (Imagem 58).



Imagem 58: Fernando de Noronha – “Os eleitos”

Fonte: Adaptado pela Autora, 2009

As imagens, geralmente impactantes vêm acompanhadas por chamadas como: “O Paraíso é aqui!”, “O Paraíso existe e nós sabemos onde”. O acesso é garantido como possível e seguro: “Nós levamos você ao Paraíso”. “O Paraíso pode ser seu para sempre”, atendendo assim a uma antiga promessa ou fantasia moderna de retorno ao Paraíso perdido, agora também compromisso respeitado pelo turismo⁷⁶.

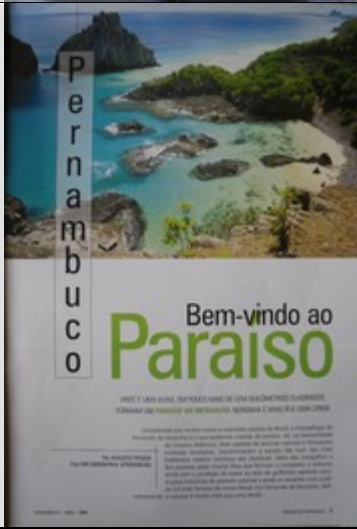
A palavra “acesso” representa mais do que uma passagem entre espaços físicos, ou trânsito de um lugar para o outro, que demande certo tempo. Ela é entendida como a garantia que os “eleitos” possuem de experimentar e desfrutar desse Paraíso, onde o grau de congestionamento de pessoas é mínimo. E mais. O acesso pode ser também entendido como ingresso, entrada que tem um valor, que custa um preço, geralmente alto, efetivamente seletivo e fora do alcance da turba de turistas, mantida em convenientes distâncias. Quem o alcança conquista *status* e privilégios que não são para qualquer um, “pois ainda é caro ir para lá. Um pacote custa quase o dobro de outro para o Nordeste” (SOUZA, 2003, p. 13).

As imagens de Fernando de Noronha oferecidas pela *midia* se aproximam do relato idílico consagrado no Ocidente em sua forma mais tradicional. Embora vinculado a um mundo profano, evoca de alguma forma o Paraíso original descrito na Bíblia, nos primórdios

⁷⁶ As idéias primordiais a respeito do Paraíso no Ocidente repousam basicamente em duas questões: uma que trata do retorno e a outra, da promessa. O retorno foi algo vivido incansavelmente pelo homem, por meio da nostalgia, da busca por um bem maior, como lugar de repouso e de origem. Já a promessa está ligada ao homem no processo cristão, baseada na constatação e na descrição feitas no Gênesis 2, tamanha era a angústia do homem em atingir aquele estado (AOUN, 2003, p. 115-116).

A constante descrição do Paraíso é uma referência para tentar localizá-lo em virtude do estado de impermanência deste. Está incluído no Gênesis por se tratar de uma criação divina. Então, o homem se lança em busca de sua localização por tê-lo perdido. No Novo Testamento⁷⁶, a promessa feita por Jesus Cristo, em seu último momento na Terra, representa um ponto fundamental para sedimentar uma grande esperança nos homens daquele tempo.

da humanidade e desaparecido do contato humano. Uma natureza entendida como intocada, caprichosa e exuberante. Um lugar criado para ficar para sempre. Também é marcante o elo estabelecido entre a ilha e seu descobridor Américo Vespúcio, o primeiro a vislumbrar e registrar sua paisagem e flora paradisíacas (Quadro14).

TRANSCRIÇÃO	IMAGEM	FONTE
Para quem acha que Noronha é um verdadeiro sonho , uma surpresa. O arquipélago esconde uma praia deserta que está entre as mais lindas do mundo (LIMA, 2009, p.1, grifo nosso).		Paraíso Escondido em Noronha, por Vanessa Lima, redação ONNE Fonte: http://msn.onne.com.br/conteudo/3596/um-para-so-escondido-no-para-so, 2009
Paraíso de Noronha – Topo de uma cadeia de montanhas submersas, de 4.000m de altura, o Arquipélago de Fernando de Noronha é um paraíso ecológico no Atlântico Sul, a 545 Km do Recife (MACIEL, 2001, p. 4, grifo nosso).		Paraíso de Noronha – Foto: Alexandre Belem/ Titular, p. 4-5 Fonte: Revista Continente turismo, Ed. Especial, Dez, 2001.
Bem-vindo ao Paraíso – Vinte e uma ilhas, em pouco mais de cem quilômetros quadrados, formam um paraíso do Mergulho. Noronha é mais que uma lenda (PESSOA, 2004, p. 7, grifo nosso).		Bem vindo ao Paraíso – Foto: Kiki Baron/Paul Spierenburg, p. 7 Fonte: Revista Passaporte Nordeste, Ano I, nº 01, Abr, 2004
“O paraíso é aqui” . Foi assim que o navegador Américo Vespúcio definiu seu mais novo achado em 10 de agosto de 1503. Ele tinha razão. Com sua areia dourada e mar cristalino, Fernando de Noronha é a representação mais próxima do que nós definimos como divino (AURORAECO, 2009, p. 1, grifo nosso).		Fernando de Noronha - O Paraíso na terra, por Multisport - AuroraEco, 2009 Fonte: http://www.auroraeco.com.br/PDF/noronha_zemaria_09, 2009

O paraíso é aqui!, assim definiu Américo Vespúcio o arquipélago de Fernando de Noronha. E ele tinha razão. Com as suas areias douradas, o mar em tons de azul turquesa e verde esmeralda, pontilhadas pelos recifes e corais, este é o verdadeiro cenário do paraíso (BUCKI, 2006, p. 1, grifo nosso).		O Paraíso Brasileiro - FERNANDO DE NORONHA, postado por Bucki, jul, 2006 Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=373870, 2009
---	--	--

Quadro 14: Fernando de Noronha – Paraíso Natural e Américo Vespúcio - Transcrição e Imagens

Fonte: Adaptado pela Autora, 2009.

Além das recorrentes referências ao descobridor oficial de Fernando de Noronha, como forma de dar credibilidade à natureza exuberante da ilha que “permanece intocada” desde o século XVII, a ilha também é citada como motivo de orgulho para o povo brasileiro. Afinal, “O Paraíso é Aqui!”:

O primeiro a dizer a frase "o paraíso é aqui", foi o navegador Américo Vespúcio, numa expedição com seis naus portuguesas em agosto de 1503, data da descoberta de Fernando de Noronha. **E que descoberta! O paraíso na terra e, ainda por cima, Brasileiro!** (ECO4YOU, 2009, grifo nosso).

Além do difícil acesso, este Paraíso exige um tipo especial de viajante; apto a aventuras como surfar, mergulhar, velejar, passear de bugre, acordar com os golfinhos, percorrer as trilhas em busca de um belo pôr-do-sol e explorar os recantos da ilha através de cavalgadas, pois estes proporcionarão a emoção de estar próximo à natureza, não esquecendo de sua total e inteira condição de visitante. “São atividades de intenso contato com o meio ambiente impoluto, uma experiência prazerosa que, segundo os praticantes, a gente nunca esquece” (SILVA, 2003, p. 26).

“Para os adeptos do surfe, Noronha é o “Havaí Brasileiro” – suas ondas são as melhores do Brasil. Como o ecossistema esta equilibrado, os surfistas podem curtir à vontade, pois, apesar do grande número de tubarões, eles nunca atacaram” (SILVA, 2003, p. 26).

Vai-se até Noronha com o compromisso de preservação e não de agressão ao meio ambiente. Esta forma de abordagem acolhe e abrange mais pessoas, é “inclusivo” e também compartilha uma noção comum de bem supremo. Parafraseando o texto de Gênesis, aqui cabe a frase bíblica “Cultiva-o e Guarda-o” (Gênesis 2,15) (Imagem 59) .



Pratica-se mergulho até 90m de profundidade, na modalidade livre (apnéia) ou com cilindro de oxigênio.

Turistas interagem com golfinhos.

Noronha é importante colônia reprodutiva de aves.

Imagem 59: Mergulho de Apnéia, Fotos: Hans V. Manteuffel, Robert Fabisak e Claudio Bellini, p. 60-61

Fonte: Revista Continente Turismo, Ed. Especial, nº 3, 2005

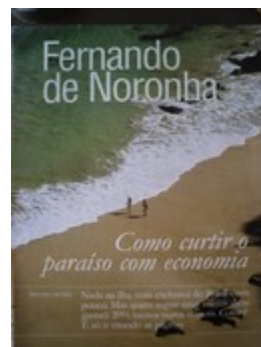
No tocante ao item “qual é o preço do Paraíso?” a resposta é que o preço ainda é alto, mas mesmo que custe muito dinheiro, vale a pena! Será inesquecível! “A visão esplendida provoca a sensação aliciante, batizada de euforonha” (euforia de Noronha) (SILVA, 2003, p. 30). Algumas dicas serão dadas e a recompensa será traduzida na forma de poder estar em um lugar natural e do não-trabalho, entendido como lazer, preguiça, contemplação. Enfim, todos os clichês básicos de um Paraíso Terrestre (Imagens 60-62).



As praias e pousadas do Paraíso. O seu novo guia para férias inesquecíveis em Fernando de Noronha.

Imagem 60: Os 10 mandamentos do Paraíso, p. 12

Fonte: Guia de Bolso, parte integrante da Revista Viaje mais por Menos, Ed. Especial, nº 1001, Mai, 2003



As praias e pousadas do Paraíso. O seu novo guia para férias inesquecíveis em Fernando de Noronha.

Imagem 61: As praias e pousadas do paraíso, Foto: Jorge de Souza, p. 20 -21

Fonte: Revista Viaje Mais, Ano 2, nº 30, Nov, 2003

Fernando de Noronha – Como curtir o paraíso com economia. Nada na ilha mais exclusiva do Brasil custa pouco. Mas quem seguir estas nossas dicas gastará 20% menos numa viagem. Como? É só ir virando as páginas.

Imagem 62: Como curtir o paraíso com economia, Foto: Jorge de Souza, p. 2

Fonte: Revista Viaje Mais por menos, Ed. Especial, nº 1001, Mai, 2003

Um dos recentes atributos dedicado ao “Paraíso” de Fernando de Noronha é colocá-lo como sinônimo de sofisticado e caro. Lugar de comodidade e mordomias, onde as pessoas só desfrutam da ilha. O Paraíso neste caso significa o deleite. Um produto a ser vendido, e palavras como “pecado” ou “culpa” sequer existem ou preocupam. Afinal de contas: “O luxo é possível. Com novas atrações e melhoramentos em infra-estrutura, Fernando de Noronha prova que turismo ecológico consciente não precisa ser sinônimo de falta de luxo e instalações desconfortáveis” (BETING, 2005, p. 24).

A revista Host 10 – Hospitalidade & Turismo Sustentável (2005) refere-se a uma notícia do jornal de São Paulo de 1997 que começava com a frase: “Se Noronha é um paraíso para surfistas, ecologistas e mergulhadores, pode se tornar um inferno para quem não abre mão de conforto, boa comida e banho quente”. Hoje o turista “endinheirado, claro” pode encontrar em Noronha mordomias inimagináveis há alguns anos, como fazer uma massagem relaxante e aromaterápica com vista para o mar, tomar um café expresso italiano bem tirado no charmoso centrinho de visitantes do IBAMA, participar de jantares gastronômicos em restaurantes estrelados, pagando com cartões de crédito e, depois de tudo isso, dormir em pousadas de cama king-size, para poder no dia seguinte, fazer passeios de mergulho e lancha dignos dos oferecidos nas ilhas caribenhas mais bem aparatadas para turistas internacionais (BETING, 2005, p. 24) (Imagens 63-66).



Charme nas pousadas: abaixo (cama com flores), surpresa preparada pela Solar dos Ventos para hóspedes em lua-de-mel; à direita, terraço da pousada Maravilha; abaixo, entrada do badalado restaurante da Pousada do Zé Maria. Na outra página, turista toma sol com vista para a Baía do Sueste na Maravilha.

Imagem 63: O luxo é possível, Foto: Graziella Beting, p. 24-25

Fonte: Revista Host, Ano 2, Nov, 2005



MARAVilha da Ilha. A doce vida na pousada mais exclusiva (e cara!) do Brasil. E que, também, é claro, fica em Noronha.

R\$ 1.200 por dia. O preço é salgado, mas a vida é doce na nova Maravilha, a pousada de Luciano Hulk e Cia.

Imagem 64: A Maravilha da Ilha, Foto: Jorge de Souza, p. 44-45

Fonte: Revista Viaje Mais por menos, Ano 2, nº 30, Nov, 2003



Imagem 65: Onde estão as diferenças, Foto: Jorge de Souza, p. 46-47

Fonte: Revista Viaje Mais por menos, Ano 2, nº 30, Nov, 2003

Onde estão as diferenças

1. Poltrona para TV 2. Arrumação permanente 3. Mesinha para o café 4. Vista para o mar 5. Rede na varanda 6. Banheira de ofurô 7. Portas enormes de vidro 8. Futon para descanso 9. Almofadas felpudas 10. cama extragrande 11. Colção com controle de peso 12. Ar-refrigerado com controle 13. Vela com aroma de frutas 14. Poesia antes de dormir 15. roupa de cama perfumada 16. Lençol de algodão egípcio 17. Aparelho de CD e DVD 18. TV de tela plana 29 polegadas 19. Sistema de som home theater 20. Ar-refrigerado regulável 21. Iluminação indireta 22. Incenso aromatizante 23. Telefone sem fio 25. Travesseiro de pluma sintética.

A camareira fica de plantão. Sempre que o hospéde sai do quarto, ela arruma tudo de novo.



Pousada Maravilha

FERNANDO DE NORONHA
Encanto natural

A união entre um paraíso natural, celebrado nos quatro cantos, com um serviço de primeira, cuidadosamente pensado para dar toda a tranquilidade, sem interferir na intimidade, um estímulo para se conhecer um dos lugares de

maior beleza selvagem do planeta, de praias desertas, águas translúcidas, formações rochosas surpreendentes e fauna marinha encantadora. E, também, de relaxar e aproveitar ao máximo comodidades e facilidades mil!

A partir de: R\$ 1.000 por noite em duplo luxo mais taxa de 15%.

A união entre um paraíso natural, celebrado nos quatro cantos, com serviço de primeira, cuidadosamente pensado para dar toda a tranquilidade, sem interferir na intimidade. Um estímulo para se conhecer um dos lugares de maior beleza selvagem do planeta, de praias desertas, águas translúcidas, formações rochosas surpreendentes e fauna marinha encantadora. E, também, de relaxar e aproveitar ao máximo mordomias e facilidades mil!

A partir de: R\$ 1.000 por noite em duplo luxo mais taxa de 15%.



Imagem 66: Pousada Maravilha, p. 95

Fonte: Revistas Grandes Destinos, Edição Especial, interpoint, <http://interpoint.com.br/gd/edicao10/files/edicao10.pdf>, 2009

O melhor de tudo é que a paisagem arrebatadora de Fernando de Noronha, sua natureza rica e bem preservada e, principalmente, as praias desertas, continuam lá, alheias a toda a sofisticação e profissionalização de infra-estrutura da ilha, conquistando tantos aventureiros como os turistas mais exigentes (BETING, 2005, p. 24).

O Paraíso aqui oferecido também não é o do estado perfeito e harmonioso, mas sim o jardim das delícias, rico em prazeres, em deleites, em situações idílicas, feitos na medida e ao gosto de qualquer pessoa apta a pagar por ele e disposta a aventurar-se, a romper com seu cotidiano, dando vazão aos seus desejos e às mais extravagantes fantasias, pois de lá não se é expulso, ao contrário, permanece-se e desfruta-se de tudo o que ele pode oferecer. Nele, o pecado e a serpente não existem para interromper a permanência deste estado.

O último aspecto identificado é o discurso preservacionista e “politicamente correto”. A ilha esta sempre protegida por invólucros de não-degradação: exigem-se atitudes respeitadas diante da natureza e de seus diversos cenários. A natureza é sempre mostrada como único recurso capaz de renovar e reciclar as energias do ser humano, desperdiçadas em atividades estressantes em seu cotidiano. Respeitá-la é, assim, um compromisso com algo mais profundo.

Como se viu Noronha é chamada de santuário, sinônimo de natureza intocada, preservada. A palavra santuário também esta associada à idéia de um lugar consagrado à preservação, à proteção e à defesa de espécies e ambientes únicos e remanescentes, dos quais se tem consciência da sua total fragilidade, definindo-se, portanto, como um templo que deve ser mantido inexplorado, ou então, no caso da presença do homem civilizado, que ele seja cuidado e respeitado por ele.

Para acessar Noronha, o viajante precisa ter como bagagem fundamental, uma certa atitude, um comportamento característico, ser despojado e principalmente ter um claro propósito de total respeito para com o natural, uma identidade com valores preservacionistas,

para poder fazer parte desse grupo seletivo. Caso contrário, encontrará querubins com espada de fogo impedindo-lhe a entrada nesse santuário.

É necessário aos “escolhidos” ter disposição para as caminhadas, vencer vãos de 70 metros através de escadas esculpidas na rocha e ser agraciado com a visão do Sancho, percorrer trilhas cheias de mosquitos, calor ou poeira. Em Fernando de Noronha, não se deve deixar sacos plásticos, bitucas de cigarro e latinhas de cerveja nas praias. É vetado o mergulho em determinados pontos, bem como o uso de protetores solares e bronzeadores nas piscinas naturais e coleta de conchinhas em algumas praias, como na Atalaia, de entrada controlada. Preservação é a palavra de ordem dada aos seus freqüentadores, pois este lugar tão rico em belezas naturais de tirar o fôlego tem que seguir sendo sagrado, intocado e original.

No entanto, esses desafios e obstáculos não são empecilhos, desde que estejam em contato com o que mais procuram e preservam: a emoção de estar próximo à natureza (Imagens 67 a 70).



Devido a sua posição geográfica, distante do continente, o Arquipélago abriga sítios ecológicos sem par. Encontram-se no arquipélago as maiores colônias reprodutoras de aves entre as ilhas oceânicas do Atlântico Sul Tropical. Da fauna marítima, as tartarugas marinhas, os golfinhos rotadores e os cardumes de peixes coloridos são atrações para os turistas e objeto da atenção de pesquisadores do mundo inteiro.

Imagem 67: Comunhão com a natureza, Foto: Alexandre Belém/ Titular, p. 54-55

Fonte: Revista Continente Turismo, Ed. Especial, nº 3, 2005



Peculiaridades do ecossistema de Fernando de Noronha fazem do Arquipélago um dos lugares mais bonitos do mundo, fonte de estudo e contemplação da natureza.

Imagem 68: A erupção da natureza, Foto: Hans V. Manteuffel, p. 14-15

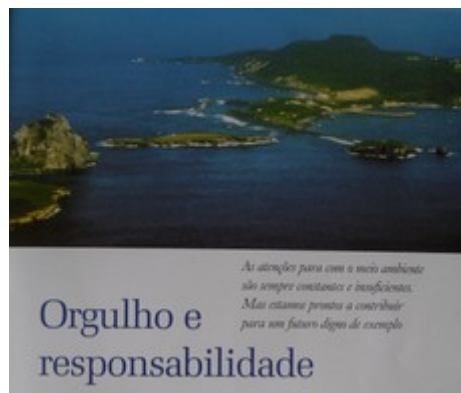
Fonte: Revista Continente documento, Ano 1, nº 12, 2003



Taisi Sanches e Claudi Bellini, do Projeto Tamar – IBAMA, pesam, medem e marcam com plaquinhas de metal as tartarugas marinhas do arquipélago.

Imagem 69: No cotidiano da ilha, o cuidado com a preservação. Foto: Daniela Dacorso, p. 14-15

Fonte: Revista Geográfica Universal, nº 248, Set, 2005



As atenções para com o meio ambiente são sempre constantes e insuficientes. Mas estamos prontos a contribuir para um futuro digno de exemplo.

Imagem 70: Orgulho e responsabilidade, Foto: André Seale/Titular, p. 1

Fonte: Revista Continente documento, Ano 1, nº 12, 2003

Desta forma, conclui-se que a *mídia* analisada aponta os caminhos a serem seguidos por quem estiver disposto a ser devolvido ao Paraíso, rompendo assim com o seu cotidiano. Vende-se Paraíso pela necessidade de distanciamento desse fenômeno social atual e pelo desejo coletivo de retornar ao lugar das origens. Trata-se, portanto, de uma imagem que desperta, assim, os mais íntimos sonhos e ambições, escondidos na alma humana e recorrentemente acessada, seja pelo homem religioso, como se viu, seja pela sociedade laica e modernizada do século XXI.

CONCLUSÕES: POR ARES NUNCA D'ANTES NAVEGADOS

Apesar de decorridos mais de 500 anos desde o descobrimento do Arquipélago de Fernando de Noronha este continua a exercer certo fascínio sobre os navegadores que o acessam através do mar ou do ar. Ao se comparar alguns relatos do século XVII aos contemporâneos diários de bordo virtuais Vieira 2008⁷⁷, é interessante observar que apesar das grandes mudanças nos meios de navegação e comunicação o discurso dos navegadores que avistam o Arquipélago de Fernando de Noronha continua praticamente o mesmo, salientando-se sempre a importância do lugar como local de reabastecimento em meio à travessia e a exuberância de seu relevo:

Uma escala em Fernando de Noronha vai permitir-nos fazer aguada potável e comprar frutas frescas, que as securas do equador foram muitas. Há sete anos, também no mês de Abril, fiz aqui uma escala e para além dos veleiros da regata comemorativa dos 500 anos só havia pequenas embarcações de pesca; hoje tudo é diferente. Na baía estão ancoradas mais de 30 embarcações, a maioria delas dedicada ao turismo, ao mergulho e à observação da natureza. **O ambiente é bucólico e sereno, um paraíso de verdura que contrasta com a aridez de Cabo Verde. [...] Tem aquele pedregulho que se avista a mais de 30 milhas do mar, qual dedo de Deus ou pedra filosofal, suspenso acima da água por um anel de verdura, tem arvoredos e praias imaculadas, pássaros e golfinhos, tem um ar de paraíso, uma nostalgia perfumada. Uma paisagem de festa!**

Hessel Gerritsz, o cartógrafo das Índias Ocidentais, em 1630 descreve o relevo da ilha de forma semelhante:

[...] Vista desde o mar **apresenta-se primeiro como uma torre ou uma vela, à causa duma ponta alta de 321 metros sobre o nível do mar.** Aproximando-se mais a ela distinguia-se a oeste dessa ponta uma série de rochas, **cujo conjunto dava à ilha o aspecto duma igreja com uma torre.** Estava rodeada de ilhotas e recifes. Só poucos lugares ofereciam bons acoradouros. O melhor sítio achava-se em frente da baixa costa norte de dunas de areia e rala vegetação (GERRITSZ, 1630 apud BOOGART, 2005, p.20, grifo nosso).

Da mesma forma Joan de Laet, em História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636 descreve a utilidade da ilha como local para provisão de água e lenha:

⁷⁷ 23 de Abril de 2007, ilha de Fernando de Noronha. Disponível em <http://blogs.ua.pt/diariobordo/?p=65>. Acesso em: 30 de Mar. 2009.

[...] Quando a avistou, a ilha representava à vista umas sete ou oito ilhazinhas, semelhante uma delas uma torre de alta, de través com a qual o fundo é mui sujo. [...] **tem muitas cabras, rolas, vários legumes, e o mar é mui piscoso.** (LAET, 1644, p.119, grifo nosso) (Imagens 71- 74).

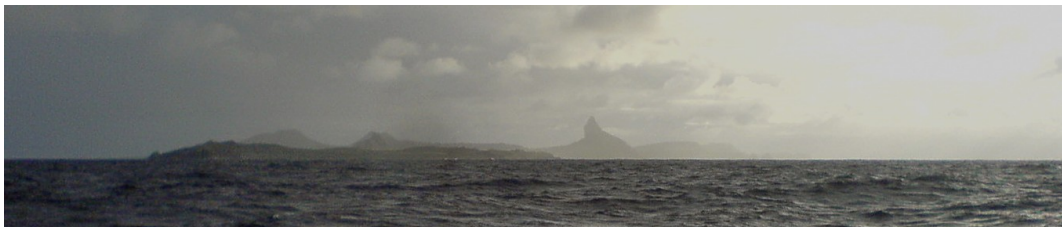


Imagem 71: Arquipélago de Fernando de Noronha avistado do mar

Fonte: Rodney, 2007



Imagem 72: Arquipélago de Fernando de Noronha avistado do mar

Fonte: Autora, 2005



Imagem 73: O navio sueco Götheborg avista Noronha depois de quase 30 dias de mar aberto

Fonte: Renata Beltrão, 2007



Imagem 74: Arquipélago de Fernando de Noronha avistado de uma embarcação

Fonte: Diário de Bordo Vieira, 2007

Hoje, ao acessar o Arquipélago de Fernando de Noronha pelo ar é possível avistar os tons das águas, degradês de verdes esmeralda, a silhueta das ilhas, o branco das ondas que quebram na areia amarelada. Seria como Américo Vespúcio a descreveria caso chegasse pelo alto?

Talvez como um gigantesco monstro verde abraçado ao mar e na iminência de se mover. Teria ele conhecimento da lenda do Pecado que revela o simbolismo fálico presente na

Ilha – o Pico representando o órgão decepado do gigante, evocando as lendas de Fernando de Noronha? (Imagens 75-78).



Imagem 75: Vista aérea de Fernando de Noronha

Fonte: Piloto FAB, 2004



Imagem 77: Vista aérea de Fernando de Noronha

Fonte: Piloto FAB, 2004



Imagem 78: Vista aérea de Fernando de Noronha

Fonte: Piloto FAB, 2004



Imagem 76: Vista aérea de Fernando de Noronha

Fonte: Piloto FAB, 2004

Conta-se que nos seus primeiros instantes de ser, após a explosão vulcânica, fora povoada por humanos gigantesco, que viviam obedecendo aos mais rígidos padrões morais. Devido à má conduta de uma esposa infiel, para dar exemplo aos demais gigantesco habitantes da ilha, estes tiveram seus órgão genitais decepados⁷⁸. As partes ficaram expostas à vista de todos, para que outros adultérios jamais fossem cometidos. Assim, os seios da mulher

⁷⁸ É igualmente, para as ilhas Afortunadas que se transfere o desejo da felicidade terrestre ou eterna. O corpo de Aquiles também teria sido transportando para uma ilha por Tétis, para a ilha Branca, na embocadura do Danúbio, onde o herói teria desposado Helena e conhecido com ela uma vida de Felicidade eterna (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2009, p. 502). A deusa Vênus (Afrodite) também esta associada às ilhas, particularmente à ilha de Chipre. O sexo de Urano, cortado por seu filho Kronos, caiu nas ondas do Pontos (mar) que o levou para longe. Transportado, por muito tempo pelas vagas, o sexo cortado de Urano misturou à espuma do mar, que o envolveu, a espuma do esperma que saiu de sua carne. Desta espuma (aphros) nasceu uma menina, que os deuses e os homens chamaram de Afrodite. Desde que colocou o pé em Chipre, onde desembarcou, o Amor e o Desejo (Eros, Himéros) dela se enamoraram (DIEGUES, 1998, p. 142-143).

foram extirpados e colocados em uma praia e o falo do pecador exposto no ponto mais alto da Ilha (SILVA, 1999, p. 43) (Imagens 79 e 80).



Imagem 79: Morro do Pico e Dois Irmãos - Gigantes Adormecidos segundo a lenda do Pecado

Fonte: Autora, 2005



Imagem 80: Morro do Pico e Dois Irmãos - Gigantes Adormecidos segundo a lenda do Pecado

Fonte: Autora, 2005

Apesar do fascínio que a natureza de Fernando de Noronha exerce sobre seus visitantes sedentos por um encontro íntimo com um dos últimos “reduto natural intocado”, ao acessar a ilha é possível identificar as marcas dos tempos infelizes e de sofrimento pelos quais passou. A paisagem de Fernando de Noronha é muito mais do que uma visão, é a epiderme de toda sua condição histórica. Esta oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. Como uma pele, esta condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas. O que

restou dos 500 anos de história do arquipélago? Como se apresentam as profundas marcas edificadas “rasgadas” na paisagem deste Paraíso Natural?

A história de Fernando de Noronha, quando observada na longa duração, apresenta tanta variedade de ciclos e contatos humanos com suas paisagens, cabe uma reflexão sobre a questão da memória e do esquecimento e das inúmeras possibilidades de arranjo que se colocam quanto à função de preservar e quanto ao destino das marcas humanas na paisagem. Estas, nem sempre se obliteram totalmente e muitas vezes, se suas reminiscências são manipuladas com inteligência e sensibilidade, podem legar para os habitantes e visitantes, um mosaico curioso. Um jogo, em busca de origens e paraísos a desvendar.

Homens que implantaram vilas para se abrigar, ergueram monumentos para proclamar sua fé ou guardar prisioneiros submetidos aos rigores do cárcere, que desbravaram o verde original, permeando-o de casas, capelas, mirantes, solitárias, prédios para comando e estocagem de produtos. Esse patrimônio cultural ampliado pela transmissão oral de bens imateriais tem quase cinco séculos de história permanece quase desconhecido. No “paraíso ecológico”, na “esmeralda do Atlântico” não cabe o ciclo que vai do amor contemplativo dos colonizadores, permeado pelo desejo de fazer a paisagem “produzir” ao abandono, à depredação e à tutela (base militar, presídio, território federal) e hoje, novamente o reconhecimento de suas belezas naturais.

Evidencia-se na conduta acerca da preservação do arquipélago, uma compreensão da natureza desvinculada da cultura humana, que justificaria o olhar distraído e até mesmo displicente com relação às marcas edificadas de sua paisagem.

Se hoje a postura exploratória e utilitária da natureza é colocada sob cerrado julgamento, por outro lado a defesa dos ambientes de presença do natural rege-se por uma postura teórica que dicotomiza a ação humana sobre a ecúmene, separando duramente o natural e o edificado.

REFERÊNCIAS

23 de Abril de 2007, ilha de Fernando de Noronha. Disponível em <http://blogs.ua.pt/diariobordo/?p=65>. Acesso em: 30 de Mar. 2009.

A Epopéia de Gilgamesh. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Alvará de 31 de maio de 1535. Leis extravagantes collegidas e relatadas por Duarte Nunes do Lião per mandado do muito alto e poderoso Rei Dom Sebastião. Lisboa: Imprensa da Universidade, 1569.

Catalogos dos Productos Naturaes e Industriaes remetidos das provincias do Imperio do Brasil que figurarão na exposição Nacional inaugurada na côrte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ALBUQUERQUE, Duarte de. Memórias Diárias da Guerra do Brasil [1654]. Edição Multimídia. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasilica.** 1. Ed. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD – ROM.

ALBUQUERQUE, Cleonir X.; MELLO, José A G. **Cartas de Duarte Coelho a el-Rei.** Pernambuco: Imprensa Universitária, 1967.

AMARAL, Melchior Estácio do. **Descrição de Fernando de Noronha.** In: Tratados das batalhas e sucessos. Lisboa, [s.n], 1604. Parte 1.

AOUN, Sabáh. **A procura do paraíso no universo do turismo.** 2. Ed. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

AULER, Guilherme. Os Fortes de Fernando de Noronha. **Revista do Arquivo Público de Pernambuco,** Recife, v.1, n.2, 1946.

BARRETO, Antonio de Sá. **Fernando de Noronha sem retoques.** Rio de Janeiro, 1957.

BETING, Graziella. O luxo é possível. **Host 10, Hospitalidade & turismo sustentável.** São Paulo: IPSIS Gráfica e Editora S. A, Ano 2, Nov. 2005.

BETTENCOURT, Francisco. A Simbólica dos Espaços nos Romances de Cavalaria. In: CENTENO, Yvette Kace (org); FREITAS, Lima de (org). **A Simbólica do Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins.** 1. Ed. Lisboa: Editorial Stampa, 1991.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada.** Trad. Centro Bíblico Católico. Ed. 79. São Paulo: Ave Maria, 1991.

BOOGART, Ernest van Den. Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654. In: GALINDO, Marcos (org). **Viver e Morrer no Brasil Holandês.** Recife: Massangana, 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio - O Brasil dos Engenheiros Militares (1500 - 1822)**. 2003. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: a verdadeira história da expedição do Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

BRASIL. Ministério do Turismo. Caderno de Subsídios. **Ecoturismo com Mergulho Fernando de Noronha**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CALADO, Frei Manuel. Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade [1648]. Edição Multimídia. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira**. 1. Ed. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD – ROM.

CAZZETA, Miriam. Vila dos Remédios Setecentista. In: TEIXEIRA, W. et all, (Coord). **Arquipélago Fernando de Noronha**: o paraíso do vulcão. São Paulo: Terra Virgem, 2003.

CHAHAD, Jessé. **A História da alimentação na sociedade do hedonismo**. Blog Navegando na História. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <<http://navegandonahistoria.blogspot.com/2008/06/histria-da-alimentao-na-sociedade-do.html>>. Acesso em: 24 de jul. de 2008.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias Diárias de la Guerra del Brasil, 1630-1638 [1654]. Edição Multimídia. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira**. 1. Ed. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD – ROM.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2. Ed. Fac. simulada da edição de 1951. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana, 10v.).

COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. **O Caos ressurgirá da ordem. Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2007.

_____. Fernando e o Mundo – O presídio de Fernando de Noronha no século XIX. In: MAIA, Clarissa Nunes (Org). **História das Prisões no Brasil**, volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____. Fernando e o Mundo – O presídio de Fernando de Noronha no século XIX. In: MAIA, Clarissa Nunes (Org). **História das Prisões no Brasil**, volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DANTAS, Olavo. **Sob o céu dos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 1938.

DARWIN, Charles. **Entendendo Darwin**: a autobiografia de Charles Darwin. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso. O jardim das delícias**. Lisboa: Terramar, 1992.

DIEGUES, Carlos. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FOLMANN, Eric Thomas. **A influência da epopéia de Gilgamesh na escrita do Gênesis**. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra23/gilgamesh.htm>>. Acesso em: 12 de jan. de 2008.

FONTANA, Riccardo. **O Brasil de Américo Vespúcio**. Brasília: UNB/Linha Gráfica Editora, 1994, 1995.

GALINDO, Marcos (org). **Viver e Morrer no Brasil Holandês**. Recife: Massangana, 2005.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Fernando de Noronha. In: **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.1, 1908.

GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940. (Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil).

GIL, Juan. **As Ilhas Imaginárias**. Revista Oceanos. Ilhas Fantásticas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 46, p. 11-24, abr-jun. 2001.

GIUCCI, G. **Viajantes do Maravilhoso**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

GISBERT, Teresa, **El paraíso de los pájaros parlantes – a imagen del otro en la cultura andina**. La Paz: Plural Ediciones, 2001.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas: O Deslumbramento do Novo Mundo**. 1. Ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

GUEDES, Max Justo. **As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira**. In: **História Naval Brasileira**, Rio de Janeiro, 1975, v. I, tomo I.

HEINBERG, Richard. **Memórias e visões do paraíso explorando o mito universal de uma idade de ouro perdida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991. (Série Somma).

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

HETZEL, Bia. **Fernando de Noronha**. São Paulo: Prêmio, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

KOSTER, Henry. Viagem no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, v. IX, n. 51, 1961.

KRAUSS, Heinrich. **O Paraíso: de Adão e Eva às utopias contemporâneas**. 1. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

KÜHNER, A. G. **São Brandão e os cistercienses**. In: XII Encontro Regional da Anpuh, 2006, Niterói. Anais do XII Encontro Regional da Anpuh. Rio de Janeiro: APERJ, 2006. p. 1-7.

LAET, Joan de. História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636 [1644]. Edição Multimídia. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasilica**. 1. Ed. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD – ROM.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. **História e Memória**. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário da Teologia Bíblica**. 7. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LERY, Jean de. **Viagem a Terra Brasil**. São Paulo: Itatiaia: USP, 1980.

MARCIEL, Marcelo. O céu por testemunha. **Continente Turismo**. Ed. Especial, Recife: Companhia Editora de Pernambuco, Dez, 2001.

MELO, Mario Carneiro do Rego. Archipelago de Fernando de Noronha: geographia physica e política. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v.18, n.91, mar, 1916. (Separata).

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos**. 2. Ed. Recife: DEC/ SEC/ PE, 1978. (Coleção Pernambucana; 1ª fase; v. 15).

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. Natureza e Artificio Sérgio Buarque de Holanda e as formae mentis portuguesa e espanhola na conquista e colonização do Novo Mundo. Rio de Janeiro, 2005. 86 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MELLO e SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

_____. **Inferno atlântico: demonologia e colonização - séculos XVI-XVIII**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. v. 1.

MENDONÇA, Ana Teresa Pollo. **Por mares nunca dantes cartografrados**: a permanência do imaginário antigo e medieval na cartografia moderna dos descobrimentos marítimos ibéricos em África, Ásia e América através dos oceanos Atlântico e Índico nos séculos XV e XVI. Rio de Janeiro, 2007. 257 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. São Paulo: Ed. Itatiaia: Edusp, 1981.

PANOSFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. 2. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

Paraíso de Noronha. **Continente Turismo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco. Ed. Especial, n. 03, 2005

PEREIRA, Moacir Soares. O descobrimento da Ilha de Fernando de Noronha. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, v. 30, 1973, p. 95-110.

PESAVENTO, Fábio. O Azul Fluminense: O anil no Rio de Janeiro Colonial, 1749-1818. Niterói, 2005. 84 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Universidade Federal Fluminense.

PESSOA, Augusto. Bem-vindo ao Paraíso. **Passaport Nordeste**. Maceió: Gráfica Moura Ramos, Ano I, n. 01, Abr, 2004.

PESSOA, Gláudia T. de A. **Fernando de Noronha, uma ilha-presídio nos trópicos 1833-1894**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994. (Caderno de Pesquisa 1).

PIERONI, Geraldo. **No Purgatório mas o olhar no Paraíso**: O degredo inquisitorial para o Brasil Colônia. In: Revista Textos de História: Revista de Pós-Graduação em História da UNB, v.6, n. 1 e 2, 1998.

_____. **Vadios e Ciganos, heréticos e bruxas**: os degredados no Brasil – colônia. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.

_____. Piores que a peste o que pensavam as autoridades coloniais sobre os degredados? Revista **Cidade Nova**, Set, 1999.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados**: a aventura dos Descobrimentos. São Paulo: Contexto, 2008.

REGO, José Lins do. **Usina**. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

Revoluções do Brasil: Idéia Geral de Pernambuco em 1817. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. IV, n. 29, 1883).

RODRIGUES, Lysias. Fernando de Noronha: provável formação geológica do arquipélago. **Revista do Arquivo Público de Pernambuco**, Recife, v.38, 1943.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. A Ilha de Fernando de Noronha. **Revista de Arquivos da Prefeitura Municipal do Recife**, Recife, A.1, n.1, 1942.

SAZIMA Ivan; HAEMIG, Paul D. **Aves, Mamíferos e Répteis de Fernando de Noronha**. Ecologia. Info. n. 17, 2006. Disponível em: < <http://www.ecologia.info/fernando-de-noronha.htm>> Acesso em: 15 de jan. de 2007.

SOARES DE DEUS, Paulo Roberto. Paraísos Medievais – esboço para uma tipologia dos lugares de recompensa dos justos no final da Idade Média. **Revista Mirabilia – Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval**, Internet, v.4, dez. 2004. Disponível em: < <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num4/artigos/art11.htm>>. Acesso em: 25 de jan. de 2006.

SOUZA, Jorge. Fernando de Noronha, como curtir o paraíso com economia. **Viaje mais por menos**. São Paulo: Editora Europa, Ed. Especial, n. 1001, Mai, 2003.

_____. As praias e pousadas do paraíso. **Viaje mais por menos**. São Paulo: Editora Europa, Ano 2, n. 30, Nov, 2003.

SOUZA-LEÃO, Joaquim de. **A ilha de Fernando de Noronha na cartografia**. Navigatur: subsídios para a história marítima do Brasil. Imprensa Naval. Dez 1973.

SILVA, Marieta Borges Lins e. **Fernando de Noronha**: Lendas e fatos pitorescos. Recife: Inojosa Editores, 1999.

_____. História de 500 anos. **Continente Documento**. Recife: CEPE, Ano I, n. 12, 2003

_____. **Fernando de Noronha**: cinco séculos de história. Recife: Celpe, 2007. (Coleção “Cadernos Noronhenses”; v.1).

TAVARES, Aurélio de Lyra. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. (Coleção General Benício; v. 362).

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica**. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.

VARNHAGEN, F. A. História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, 1956. tomo 1.

VELLOZO, Diogo da Sylveira. **Arquitetura militar ou fortificação moderna**. Transcrição e comentários: Mario Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA, 2005.

WÄTJEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. (Série 350 Anos: Restauração Pernambucana, v.7).

ZAMORA, Carmem. Fernando de Noronha Retratos do Paraíso. **Revista Geográfica Universal**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 248, set, 1995

ZIERER, Adriana. Paraíso versus Inferno: a Visão de Túndalo e a Viagem Medieval em busca da salvação da alma. In: **Revista Mirabilia**: Revista eletrônica de História Antiga e Medieval. Alemanha/Barcelona. Dez. de 2002. Disponível em: <<http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num2/tundalo.html>>. Acesso em: 21 de dez. de 2008.

ZUMTHOR, Paul. **A Holanda no tempo de Rembrant**. São Paulo: Cia. Das Letras: Círculo do Livro, 1989. (A vida cotidiana).